

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS, EDUCAÇÃO E LINGUAGENS DE BACABAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO ACADÊMICO**

TATIANE DA CONCEIÇÃO MARQUES SILVA

OS PERSONAGENS NEGROS NA LITERATURA BRASILEIRA OITOCENTISTA: a
representação do negro nas obras abolicionistas *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis e *As*
Vítimas-Algozes, de Joaquim Manuel de Macedo

**BACABAL - MA
2023**

TATIANE DA CONCEIÇÃO MARQUES SILVA

OS PERSONAGENS NEGROS NA LITERATURA BRASILEIRA OITOCENTISTA: a representação do negro nas obras abolicionistas *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis e *As Vítimas-Algozes*, de Joaquim Manuel de Macedo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Centro de Ciências, Educação e Linguagens, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção de título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Linguagem, Cultura e Discurso.

Linha de Pesquisa: Literatura, Cultura e Fronteiras do saber.

Orientador: Prof. Dr. Cacio José Ferreira

TATIANE DA CONCEIÇÃO MARQUES SILVA

OS PERSONAGENS NEGROS NA LITERATURA BRASILEIRA OITOCENTISTA: a
representação do negro nas obras abolicionistas *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis e *As*
Vítimas-Algozes, de Joaquim Manuel de Macedo

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Letras, do Centro de Ciências,
Educação e Linguagens, da Universidade Federal
do Maranhão, como requisito para a obtenção de
título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Cacio José Ferreira

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada em 31 de julho de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Cacio José Ferreira (UFAM/UFMA)
Orientador

Prof. Dr. Rubenil da Silva Oliveira (UFMA/PGLB)
Membro interno

Profa. Dra. Priscila Vasques Castro Dantas (UFAM)
Membro externo

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

da Conceição Marques Silva, Tatiane.

OS PERSONAGENS NEGROS NA LITERATURA BRASILEIRA
OITOCENTISTA: : a representação do negro nas obras
abolicionistas Úrsula, de Maria Firmina dos Reis e As
Vítimas-Algozes, de Joaquim Manuel de Macedo / Tatiane
da Conceição Marques Silva. - 2023.
130 f.

Orientador(a): Cacio José Ferreira.
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Letras - Bacabal, Universidade Federal do Maranhão,
Bacabal, 2023.

1. Abolição. 2. As Vítimas-Algozes. 3. Negro. 4.
Representação. 5. Úrsula. I. José Ferreira, Cacio. II.
Título.

País e pais, África e América e Europa – África
País e nações
Angolas, jagas e os povos de Benin
País e nações
Palmares, Bahia, Sergipe – Brasil
País e nações
Atlântico – mãe

*Eu sou atlântica. Agora descobri uma referência
bela.*

Uns foram por esse oceano
Outros vieram por ele
E eu estou aqui, fui e vim por ele.

*Ó paz infinita, poder fazer elos de ligação numa
história fragmentada.*

(Trecho da obra *O negro visto por ele mesmo*, de
Beatriz Nascimento)

À minha mãe

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e por ter me guiado até aqui. Mesmo sem vê-lo, sinto sua presença em todos os momentos que cogitei desistir de meus sonhos.

À minha mãe, Stella Marques, por tanto amor e carinho. Tudo que sou é um reflexo da sua maravilhosa criação. Agradeço pelo incentivo e todas as orações. Sempre acreditou em mim, encorajando-me enquanto dizia que chegaria à vitória.

Aos professores e professoras que passaram na minha vida e deixaram a sua contribuição para a minha formação intelectual, ética e moral. Em especial ao professor Rubenil da Silva Oliveira, meu pai do coração. Ajudou-me a amadurecer como pesquisadora, reafirmando em mim também o interesse de estudar Literatura. Grata por sua amizade.

Ao grupo de pesquisa GEPELIND, pois as leituras do grupo estão refletidas neste texto. Cada membro do grupo colaborou para o enriquecimento desta pesquisa por meio de suas contribuições durante as discussões dos textos nos encontros. A voz de cada um ecoou no meu trabalho.

Ao meu orientador Cacio José Ferreira, pela orientação, compreensão, apoio e confiança.

À minha amiga Mairylande Nascimento, que sempre me encorajou e me ajudou quando eu mais precisei.

À minha equipe querida da graduação, “Jedais”, que são amigos e irmãos do coração, que levarei para o resto da minha vida. Aprendi muito com cada um.

À minha amiga da graduação, Eliana Lima, pela amizade e apoio.

Enfim, sou grata a todos que direta ou indiretamente fizeram parte desta jornada.

RESUMO

O objeto de estudo e temática geral da presente investigação foi o estudo da representação do negro em duas obras do período oitocentista: *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, e *As Vítimas-Algozes*, de Joaquim Manuel de Macedo. Os dois autores pesquisados são considerados abolicionistas, contudo, cada um tem uma visão diferente em relação ao negro e essas concepções divergentes se refletem na escrita por meio da construção dos personagens negros de distintas maneiras. Para que esta pesquisa se concretizasse, o objetivo geral da pesquisa foi investigar a representação do negro nas obras *Úrsula* e *As Vítimas-Algozes*, analisando se os autores representam o negro como um objeto ou como sujeito. Para sustentar a análise investigativa, utilizou-se como método o comparatismo e como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica e documental, ancorada na fortuna crítica de David Brookshaw (1983), Domício Proença Filho (2004), Evaristo de Moraes (2019), Kabengele Munanga (2019), Marcos Francisco Alves (2012), José Antônio Dias de Abreu (2004), Laurentino Gomes (2019, 2021, 2022), entre outros, como aporte para responder às questões-problemas e fundamentar a temática abordada, verticalizando a análise. Ademais, como resultados obtidos, percebeu-se que o romance *Úrsula* destaca a abolição da escravidão a partir da fala dos escravizados trazendo à baila, a voz, a história, os sentimentos, as emoções do negro como protagonista, com isso, o texto firminiano desconstrói imagens estereotipadas do negro escravizado, desvinculando-o de um mero objeto. No entanto, enquanto Maria Firmina dos Reis tem uma escrita comprometida e luta pelo fim da escravidão no Brasil por razões humanitárias, o abolicionismo na obra *As Vítimas-Algozes* ocorre às avessas, Macedo acaba imprimindo na escravidão, por motivos políticos e econômicos, elementos em que os senhores escravocratas se tornavam vítimas dos negros cativos. Por meio das três histórias presente no livro, o autor constrói o negro de forma demoníaca, prevalecendo somente estereótipos negativos sobre o negro, que permeavam a mentalidade do século XIX. Observa-se, no decorrer da narrativa, a desvalorização do escravizado enquanto sujeito histórico.

Palavras-chave: Negro; Representação; Abolição; *Úrsula*; *As Vítimas-Algozes*.

ABSTRACT

The object of study and general argument of this investigation was the study of the representation of the Black in two nineteenth-century works: *Úrsula*, by Maria Firmina dos Reis, and *The Executioner-Victims*, by Joaquim Manuel de Macedo. Both of the researched authors are considered as abolitionists, however, each one of them has a different point of view as to the Black and these distinct conceptions are reflected in their writing by means of the making of the black characters in many ways. As a means to carry out this research, its general aim was to analyze the representation of the Black in the works *Ursula* and *The Executioner-Victims*, verifying if the authors depict the Black as an object or as a subject. In order to maintain this inquiry, comparativism was utilized as a method, whereas bibliographic and documental research was its methodological procedure, supported by the critical fortune of David Brookshaw (1983), Domício Proença Filho (2004), Evaristo de Moraes (2019), Kabengele Munanga (2019), Marcos Francisco Alves (2012), José Antônio Dias de Abreu (2004), Laurentino Gomes (2019, 2021, 2022), among others, so as to answer to the problem questions and to base the matter addressed, verticalizing the analysis. In addition, as obtained results, it was noticed that the novel *Ursula* points out the abolition of slavery from the speech of the enslaved mentioning the voice, the history, the feelings, the emotions of the Black as a protagonist, this way, the Firminian text deconstructs stereotyped images of the enslaved black, detaching it from the idea of a mere object. Nevertheless, while Maria Firmina dos Reis writes with commitment and fights for the end of slavery in Brazil for humanitarian reasons, the abolitionism in the work *The Executioner-Victims* occurs in an inverted manner, Macedo ends up imprinting into slavery, for political and economic reasons, elements that make the slaveowners become the victims of the captive black. By means of the three stories in the book, the author constructs the image of the black as something demoniac, prevailing only negative stereotypes as to the Black, which permeated the nineteenth-century mentality. What can be observed, throughout the narrative, is the devaluation of the enslaved as a historical subject.

Keywords: Black; Representation; Abolition; *Úrsula*; *The Executioner-Victims*.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1: ENTRE SILÊNCIOS E ESTEREÓTIPOS: AS REPRESENTAÇÕES DO NEGRO NA LITERATURA BRASILEIRA.....	18
1.1 Na Terra: a escravidão no Brasil.....	18
1.2 Na palavra: escravidão nas páginas literárias.....	29
1.3 No Percurso: designações e representações do negro na literatura brasileira.....	37
CAPÍTULO 2: ABOLICIONISMOS NA LITERATURA BRASILEIRA.....	47
2.1 A primeira voz abolicionista feminina no Brasil: O caso de Maria Firmina dos Reis.....	47
2.1.1 Fotografia.....	47
2.1.2 A narrativa em movimento.....	54
2.1.3 A cristalização da palavra.....	59
2.2 O abolicionismo às avessas em Joaquim Manuel de Macedo.....	63
2.2.1 A escravidão delineada.....	63
2.2.2 Ecos no ladrilho.....	68
CAPÍTULO 3: SUJEITO OU OBJETO? A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO EM ÚRSULA E AS VÍTIMAS-ALGOZES.....	75
3.1 Primeiros passos: entre textos, há comparação.....	75
3.2 A escrita de si: o negro sob o olhar de “Uma maranhense”.....	80
3.3 A escrita do outro: O negro na palavra de Joaquim Manuel de Macedo.....	95
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
REFERÊNCIAS.....	120

INTRODUÇÃO

Senhor Deus! Quando calará no peito do homem a tua sublime máxima – ama ao teu próximo como a ti mesmo e deixará de oprimir com tanta repreensível injustiça ao seu semelhante! Aquele que também era livre em seu país... aquele que é seu irmão?

(Maria Firmina dos Reis, em Úrsula, 1859).

Oh! Bani a escravidão!...A escravidão é um crime da sociedade escravagista, e a escravidão se vinga desmoralizando, envenenando, desonrando, empestando, assassinando seus opressores. Oh!...Bani a escravidão! Bani a escravidão! Bani a escravidão!...

(Joaquim Manoel de Macedo, em As Vítimas-Algozes, 1869).

Esta pesquisa abordou traços específicos da história que atravessou o *Atlântico*¹ e desencadeou o comércio europeu, erigindo-se o que foi chamado de *Novo Mundo*. Entretanto, o que foi o Novo Mundo? Quais perspectivas foram lançadas sobre o ideário que instituiu o *ethos* do colonizador como verdade absoluta de domínio e poder? O que conferiu o poder a uma parcela da humanidade? A efeito de resposta, Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel (2018), afirmam que o projeto da colonização intentou a criação de uma nova cultura – uma cultura coercitiva e excludente. Essa lógica cultural foi regida por um sistema de obediência, sendo ele um traço histórico-cronológico que une passado e presente, refletidos na vida da classe discriminada, em especial, dos negros (as) que foram escravizados (as). Isto pode ser observado a partir das epígrafes deste estudo, quando Maria Firmina dos Reis (1825-1917)², no romance *Úrsula* (1859 [2018]), explicita que a máxima do cristianismo (estrutura religiosa advinda da lógica ocidental) não é

¹ A referência realizada ao termo Atlântico refere-se à obra *Um rio chamado Atlântico* (2011), de Alberto da Costa e Silva. O oceano Atlântico, na textualidade de Alberto da Costa e Silva, é transfigurado em uma metáfora, a qual faz menção às sutilezas de um rio. A principal marca do recurso expressivo (rio e Atlântico) deve-se ao fato que, historicamente, o oceano no período da colonização foi estreitado em duas margens – África e Ocidente, África e Brasil. Linha tênue abordada nesta pesquisa.

² Segundo os pesquisadores Dilercy Adler (2018) e Agenor Gomes (2022), as pesquisas documentais e historiográficas a respeito da data de nascimento de Maria Firmina dos Reis apresentam controvérsias, uma vez que em alguns documentos aparece a data de 11 de outubro de 1825 e em outros 11 de março de 1822.

devidamente cumprida sobre todos os seres humanos, visto que “o amor ao próximo” que foi escravizado, expropriado de sua terra sem piedade e sem direito à memória e à ancestralidade, numa “repreensível injustiça”, não conheceu tal sentimento. Maria Firmina dos Reis assinalou em *Úrsula* (2018) a desconstrução da suposta inferioridade dos negros em relação aos brancos. A personagem Preta Susana, com *seu lenço encarnado e amarelo*, de espírito *bom e compassivo*, um corpo de rememoração, de dor, sofrimento e perda, entrou no plano discursivo em pleno oitocentos pelas mãos de uma outra mulher negra – dissociando a figura feminina negra da literatura e da sociedade brasileira como um corpo-objeto. (Reis, 1859, p. 99).

Entretanto, Joaquim Manoel de Macedo (1820-1882) em *As Vítimas-Algozes* (1869 [2010]) reforça os estereótipos negativos que foram atribuídos aos negros (as), estabelecendo, contrariamente a Maria Firmina dos Reis, a legitimidade hegemônica. O corpo negro, em *As Vítimas-Algozes*, é carregado de influências das teorias científicas acerca da institucionalização do racismo³. A culpabilização do escravo é a ideia que subjuga o negro na estética literária de Macedo. De maneira inversa, o autor explana a postura dos escravos como ofensiva aos senhores da Casa-Grande. Se Gilberto Freyre em *Casa-Grande & Senzala* (2003) traz o olhar paternalista dos senhores da Casa-Grande, Macedo culpa os sujeitos escravizados pelas violências que eles vivenciaram, logo, exime a escravidão de seu efeito desumanizador, destruidor e opressivo, que despoja os sujeitos de sua cultura, de suas crenças e de seu lugar no universo.

Diante dessa esteira de relações, vale ressaltar que o projeto literário de Maria Firmina dos Reis (2018) e de Joaquim Manoel de Macedo (2010) se conflui à historicidade hostil que seguiu os negros (as) “na zona do não ser” (Fanon, 2008, p. 26), o que pode ser observado a partir dos dados levantados por Laurentino Gomes em *Escravidão II* (2021). Segundo Gomes, entre 1536 e 1888, cerca de quase cinco milhões de homens e mulheres foram arrancados de suas raízes africanas, embarcados à força nos porões dos navios negreiros e transportados para o Brasil. Muitos foram vendidos em leilões públicos antes de seguir para as senzalas onde, sob a ameaça do chicote, trabalhariam pelo resto de suas vidas. A forma como eram tratados excedia o verdadeiro limite da condição humana em suportar castigos, “os quais iam desde as surras amarradas em troncos, até o absurdo de serem enterrados vivos, castrados, deformados ou mesmo jogados em caldeirões de água ou azeite fervendo” (MOURA, 1992, p. 18).

³ Para saber sobre as teorias científicas que institucionalizaram o racismo na sociedade brasileira desde o período colonial, pesquisar por Lília Katri Moritz Schwarcz em *O espetáculo das raças* (1983).

Na conjuntura da época da colonização das Américas e do Caribe, o negro não possuía direitos e nem amparos, em outras palavras, ele podia ser vendido, emprestado e/ou trocado. Isto posto, pode-se afirmar que os negros eram tratados como uma verdadeira moeda, não tendo, por muitos anos, a quem recorrer a seu favor. Eram marcadamente retratados como sujeitos sem mente, primitivos e selvagens, assim, fortificando a soberania branca. No contexto do Brasil, o auge da exploração se deu no século XIX, palco de grandes transformações econômicas, políticas e sociais, as quais levaram a sociedade daquele período a perceber a grande exploração que ocorria em relação aos negros, dessa maneira, corroborando para a emergência de movimentos antiescravistas, a exemplo: o abolicionismo.

Esse movimento aflorou tardiamente, uma vez que, segundo Bernardino-Costa *et. al.* (2018, p. 16, grifos dos autores), o Brasil, em relação a outros países, foi o território que mais recebeu africanos escravizados.

Os estimados 12,5 milhões de africanos que saíram à força do seu continente e se espalharam pelas Américas, Europa e outras localidades da própria África não eram corpos sem mente, que reduziram sua participação nas novas localidades ao trabalho braçal. Entre 1525 e 1867, segundo o *Voyages: the transatlantic slave trade database*, o maior banco de dados sobre o tráfico negreiro transatlântico, 3.189.262 de africanos escravizados desembarcaram nas Américas, em portos europeus ou em outros portos africanos. Comparado a outros países, o Brasil foi o que mais recebeu africanos, seguido da Jamaica (934.886), Cuba (774.020), São Domingos (694.906), Barbados (374.886), Estados Unidos (308.025) e Martinica (174.295).

Em vista desses dados, percebe-se que o Brasil foi o mais extenso território escravista do Ocidente aproximadamente por quase três séculos (GOMES, 2019). Portanto, a presença negra no país e nos entremeios da literatura como forma de protesto, denúncia e estereotipada não é algo ocasional, haja vista que a herança colonial permanece ativa – revestindo-se apenas de novas roupagens, ganhando contornos mais sutis na sociedade contemporânea. Para Gomes (2019, p. 25), “a escravidão é um fenômeno tão antigo quanto a própria história da humanidade”. Sempre houve pessoas sendo capturadas, compradas e vendidas como escravos, o que reflete a situacionalidade do *ser negro* no espaço-tempo da história.

Com base nesse contexto, esta pesquisa refletiu acerca das linhas temáticas que conduzem a narrativa do ser negro na arte da palavra: escravidão, história e literatura. Isso implica no reconhecimento das instâncias estereotipadas que recaem sobre a população negra,

situando, ativamente, esses sujeitos na condição de oprimidos e mais vulneráveis na estrutura social e na escala de emprego e sobrevivência. Essa estrutura hierárquica foi, nitidamente, formalizada nas sociedades terceiro-mundistas ou do Sul Global⁴. Desse modo, houve, paulatinamente, dentro da história a reconfiguração da escravidão e dos modos de representação individual e coletiva – pautadas na vertente hegemônica.

Segundo Marcelino Santana e Poliene Bicalho (2021, p. 112), mesmo com a “libertação” de homens e mulheres escravizados, a estrutura social brasileira se revelou ainda mais restritiva. A transição das sociedades, que de escravistas passaram a se dividir em classes, manteve a marginalização dos recém-libertos.

Passado mais de um século da Abolição no Brasil, as populações negras e mestiças, constrangidas pelo passado histórico, permanecem na condição de marginalidade, sobretudo no que infere às questões mais fundamentais para a reprodução da vida. A negligência, em relação aos prováveis efeitos que séculos de submissão produziram sobre esses povos, é causa sintomática da negação do racismo pela sociedade, como efeito que opera de cima para baixo. Igualmente, a justificativa para a condição dos negros, pela “via social”, foi a forma encontrada pelo Estado, para “invisibilizar” essas populações, num enclaustramento categórico que deu início ao debate envolvendo classes e “raça” no Brasil (Santana; Bicalho, 2021, p. 112, grifo dos autores).

De forma mais pontual, é perceptível que a inferioridade do negro foi naturalizada como se fosse da natureza humana (raça inferior e a raça superior – branca). Isso encaminhou esta pesquisa para o exame das relações raciais, as quais põe em xeque a tratativa do negro escravizado, estereotipado e condenado a servidão. Outrossim, quando os sujeitos negros se colocam e são postos no lugar discursivo e de protagonismo, a problemática racial ganha tons de re-existência. Mesmo que ainda em lugares subalternos, os negros vistos em situações degradantes, a voz denunciante pode ser evocada por meio da exposição. Isso sugere a personificação decadente da existência das personagens. Lembrar da dor, é denúncia; sofrer açoites, é denúncia; reescrever o passado a partir da visão de quem sofreu, é uma reparação histórica; evidenciar a distorção do pensamento ocidental, é questionar a configuração do servilismo. O que não pode e nem deve acontecer é perpetuação de estereótipos e

⁴ Para saber mais sobre as sociedades do Sul Global, consultar *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*, de Boaventura de Sousa Santos (2007). O autor divide as sociedades mundiais em linhas que atravessam os corpos de seus habitantes de acordo com parâmetros de legalidade e ilegalidade. A legalidade, a lei, a justiça, bons modos, a garantia de direitos e detentores do pensamento moderno, são elementos conferidos aos sujeitos considerados modernos, pertencentes ao Norte Global. Quanto ao Sul Global, são atribuídos todos os elementos que contradizem a ordem colonial – os sujeitos que se localizam desse lado da linha são descritos como selvagens.

preconceitos como sintomas de uma história quase inquestionável. Se assim for feito, é reproduzida a ideologia de classe e o não reconhecimento das classes minorizadas. No campo da literatura, isso pode ser observado desde *Úrsula* (2018) e *As Vítimas-Algozes* (2010) até a literatura contemporânea.

Segundo a pesquisadora Regina Dalcastagnè (2011), a ausência do negro na literatura resulta de séculos de racismo estrutural. De acordo com sua pesquisa intitulada *Entre silêncio e estereótipos: relações raciais na literatura brasileira contemporânea* (2011), verificou-se que em 15 anos de produção literária no Brasil, de 1991 a 2006, quase 80% das personagens são brancas e protagonistas. O que mudou do romance oitocentista para o contemporâneo?

Dalcastagnè (2011, p. 90) salienta que “a personagem do romance brasileiro contemporâneo é branca. Os brancos somam quase quatro quintos das personagens, com uma frequência mais de dez vezes maior do que a categoria seguinte (negros). Em 56,6% dos romances, não há nenhuma personagem negra”. Posto isso, fica clarividente a concepção de raça que prevalece na escrita literária. Potencializando que “certos humanos são mais ou menos humanos do que outros, o que, conseqüentemente, leva à naturalização da desigualdade de direitos” (Carneiro, 2011, p. 15). Nessa atmosfera, nota-se que a abordagem do negro na sociedade brasileira não se dá apenas em contexto histórico ou antropológico. Na literatura do século XIX, muitos escritores citavam os negros de diferentes formas, mas, até então, ainda sob uma visão renegada e sem privilégios ou qualquer garantia.

Segundo Gregori Rabassa (1965), na literatura produzida no Brasil até 1888, o negro apareceu em papéis diversos e sob ângulos diferentes. Como pessoa, o negro foi representado como quase tudo cabível na escala humana de interpretação: um escravo nobre; uma figura semelhante a feras que servia apenas para o trabalho pesado; um selvagem em quem não se podia confiar e que se revoltará na primeira oportunidade; um herói lutando contra uma opressão injusta; um servo fiel imbuído de grande amor por seu senhor; uma figura exótica que desperta desejo; um ser bondoso que, apesar da escravidão, mantém seus valores cristãos. Em poucas palavras, o negro apareceu sob quase todos os ângulos concebíveis pelos autores que dele se ocuparam. Partindo dessa premissa, a pesquisa teve seu problema delimitado. Como se dá a representação do negro nas obras abolicionistas *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, e *As Vítimas-Algozes*, de Joaquim Manuel de Macedo?

Neste sentido, muitos foram os autores que falaram sobre o negro em suas obras; percebe-se, no entanto, que nem todos possuíam uma atitude crítica e compromissada em

e elevar o negro para o plano do protagonismo; ao contrário, suas obras o marginalizam, silenciando sua voz.

Conforme Carvalho (2018, p. 23-24), devido a literatura incorporar estereótipos que manipulam a identidade do negro, e, conseqüentemente, determina padrões estéticos e culturais, o preconceito é negligenciado e mascarado dentro do cânone nacional.

No Brasil, a presença do personagem negro na literatura tem sido marcada por estereótipos que mascaram o preconceito nas letras nacionais, corroborando com uma imagem do homem e da mulher negra apenas como objetos, longe de um protagonismo ou consciência sobre o sistema e práticas de exclusão e racismo. Na literatura nacional, sua apresentação ocorre muito mais como tema do que como voz do discurso, o que sugere uma história de escravização, em que o sujeito negro foi colocado à margem e visto mais como força braçal do que como intelectual [...].

Sendo assim, esta investigação se justificou na compreensão de que a presença do negro na Literatura brasileira é um tema que precisa ser constantemente debatido, visto que, embora muitos autores tenham falado sobre o negro e a escravidão em suas obras, nota-se, sob um olhar mais atento, que há em geral, segundo Proença Filho (2004), dois posicionamentos diferentes adotados pelos escritores nacionais, sendo eles: o negro como objeto (numa atitude descompromissada) e o negro como sujeito (numa atitude compromissada). E foi observando esses dois posicionamentos divergentes que se chegou ao *corpus* deste trabalho, os livros: *Úrsula* (2018) e *As Vítimas-Algozes* (2010), pois as duas obras analisadas constroem o negro sob óticas distintas, exprimindo posicionamentos específicos e particulares frente à luta contra a escravidão, que deixou marcas doloridas até hoje.

Diante dessa concepção, para a realização desta pesquisa, teve-se como objetivo geral investigar a representação do negro nas duas obras que foram escritas no período oitocentista, *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, e *As Vítimas-Algozes*, de Joaquim Manuel de Macedo. Nesse sentido, a pesquisa não só investigou como o negro é construído nas duas obras escolhidas, mas também como elas reforçam ou descontrolam preconceitos e estereótipos negativos sobre o negro, estes enraizados na sociedade oitocentista e que ainda perduram na contemporaneidade.

A partir disso, os objetivos específicos que nortearam esta pesquisa foram: (1) descrever como é apresentado o negro sob a ótica de Macedo; (2) discutir a construção da figura do negro apresentada na obra *Úrsula* como uma característica antiescravista inovadora

para a literatura da época; (3) analisar se ambas as obras constroem ou desconstróem preconceitos e estereótipos negativos sobre o negro, a partir de uma análise comparativa.

A metodologia utilizada neste estudo norteou-se ao campo da pesquisa em Literatura comparada. Baseada nos pressupostos teóricos de Sandra Nitrini (2010), Tania Carvalhal (2006), Eduardo F. Coutinho (2011), dentre outros. De acordo com Carvalhal:

Pode-se dizer, então, que a Literatura Comparada *compara* não pelo procedimento em si, mas porque, como recurso analítico e interpretativo, a comparação possibilita a esse tipo de estudo literário uma exploração adequada de seus campos de trabalho e o alcance dos objetivos a que se propõe (Carvalhal, 2006, p. 08).

Assim, para sustentar a análise investigativa, e alcançar os objetivos que esse trabalho se propôs, utilizou-se como método o comparatismo. Visto que, visão díspares sobre o negro reinam nos textos em análise. A pesquisa empreendeu-se não só em apontar as diferenças e similaridades no que tange a representação do negro, mas, sobretudo, refletir a partir de pontos específicos entre as obras analisadas, que o negro transita entre as condições de sujeito ou objeto. O procedimento metodológico adotado para a proposta deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica e documental.

Nesse sentido, propôs-se no primeiro capítulo discutir a escravidão no Brasil, considerando-se, a partir disso, o contexto de produção das obras *Úrsula* (2018) e *As Vítimas-Algozes* (2010). Atrelou-se a isto as contribuições de historiadores comprometidos com a história do negro escravizado no Brasil, tais como Laurentino Gomes (2019; 2021; 2022) e Jaime Pisk (1997). Acerca das relações intrínsecas entre literatura e história, que foram delineadas no decorrer do capítulo, recorreu-se ao suporte teórico de Sandra Pesavento (2006) e Marília Conforto (2012). O quadro teórico sobre a presença do negro na literatura brasileira, que ao longo do tempo foi marcada pelo silêncio e/ou estereótipos, é composto por Brookshaw (1983), Rabassa (1965), Gomes (1988) e Sayers (1958).

No segundo capítulo, trouxemos Maria Firmina dos Reis e Joaquim Manuel de Macedo, duas vozes abolicionistas, mas com visões diferentes sobre a escravidão e o negro. Assim, os motivos que levaram ambos os autores a voltarem sua atenção para o escravizado, confirmam que na literatura brasileira não existiu apenas um tipo de abolicionismo, mas diversos. Evidenciamos que as obras abolicionistas *corpus* desta pesquisa, *Úrsula* e *As Vítimas-Algozes*, transitam entre um discurso senhorial e um discurso humanitário.

No primeiro momento, apresentou-se um breve olhar sobre a vida e obra de Maria Firmina dos Reis, com ênfase no contexto de produção de *Úrsula* (2018), sociedade marcada pelo patriarcalismo, misogênismo, escravismo e em um contexto dominado pelo racismo. Destacamos que a autora é considerada a primeira romancista negra e abolicionista que aborda a temática da escravidão pela perspectiva do negro. No segundo momento, apresentou-se a voz e a produção literária de Joaquim Manuel de Macedo, principalmente em *As Vítimas-Algozes* (2010). Além disso, foi destacado ainda que o autor fez parte do rol dos abolicionistas da época, mas pregava um abolicionismo às avessas, visto que tentou convencer os proprietários de escravos a libertarem os negros escravizados, não por razões humanitárias, e sim por questões políticas e econômicas. As teorias científicas raciais também foram delineadas nesse tópico na tentativa de entender o que levou Macedo a escolher trilhar pelo caminho falseado da abolição, haja vista que o autor reforça o *status* negativo e marginalizado do negro.

No terceiro e último capítulo, realizou-se a análise verticalizada das obras – ***Sujeito ou objeto? A representação do negro em Úrsula e As Vítimas-Algozes***, com base no método comparativo, analisando as similaridades e divergências entre a produção e visão de Macedo e Maria Firmina dos Reis. Nele foi investigado como foi formado o simbolismo (estereótipos e posição social) do negro no contexto colonial (da escravidão). Assim, destacando que apesar dos autores compartilharem do mesmo recorte histórico, os personagens negros presentes nas suas obras caminham entre a posição de sujeito e objeto. Essa perspectiva é refletida na construção de cada romance. No tópico intitulado ***A escrita de si: o negro sob o olhar de “Uma maranhense”***, destacou-se que a autora Maria Firmina dos Reis tem uma perspectiva que se identifica com o negro e a África. Isso difere *Úrsula* das obras literárias canônicas que representaram o negro com a visão distanciada, tornando-o apenas um objeto.

Contrariamente a isso, a seção ***A escrita do outro: O negro na palavra de Joaquim Manuel de Macedo*** analisou, em *As Vítimas-Algozes*, a inversão do lugar do opressor e oprimido. Apesar do autor ser atravessado pela efervescência das violências coloniais, ele utiliza um discurso que favorece o *senhor*, proprietários dos sujeitos escravizados. Macedo descreve o negro escravizado como *algoz*, isto é, o malfeitor que fere o senhor que lhe oprime. Nas três narrativas presentes em *As Vítimas-Algozes*, intituladas *Simeão, o crioulo*, *Pai-Raiol, o feiticeiro* e *Lucinda, a mucama* (Macedo, 2010), os donos da casa-grande são sempre colocados como pessoas nobres, de boas intenções e generosos para com seus

escravos. Em contrapartida, os escravos são sempre apresentados como seres cruéis, imorais, feios e desprovidos de todos os sentimentos humanos – características que não podem ser abrandadas, devido sua natureza racial.

No conjunto destes capítulos propostos, este estudo teceu um panorama da escravidão e da condição do negro enquanto portador da “humanidade incompleta”, ou seja, é comum que ele não desfrute dos mesmos direitos que as pessoas brancas e europeias (Carneiro, 2011, p. 15). As análises favoreceram, por meio dos romances *Úrsula* (2018) e *As Vítimas-Algozes* (2010), que a abolição da escravatura e a própria visão do negro escravizado foram analisadas e absorvidas pelos intelectuais e escritores de diversos períodos históricos de modo distinto. O que gerou contradições e, conseqüentemente, repetições das desigualdades raciais na sociedade brasileira. Os capítulos seguintes discorrem sobre essas questões.

CAPÍTULO I

ENTRE SILÊNCIOS E ESTEREÓTIPOS: AS REPRESENTAÇÕES DO NEGRO NA LITERATURA BRASILEIRA

*“Um romance pode ensinar mais do que um livro de história”
(Maria de Fátima Marinho)*

Este capítulo apresenta a escravidão no Brasil e a representação do negro na literatura a partir da relação entre literatura e história, unindo o passado e o presente da realidade da população negra evidenciada dentro dos textos literários. Considera-se, neste processo, a formação histórica do período escravagista, relacionando essa realidade aos contextos de produção literária, nos quais os negros escravizados foram retratados de diferentes formas e sob perspectivas particulares, a depender da cultura, da sociedade e da formação ideológica do autor. Além disso, evidencia-se a formação dos estereótipos que ocasionaram o silenciamento do negro na literatura brasileira, na medida que colaboraram para condições desvantajosas que viviam os negros em relação aos brancos. Deste modo, a discussão aqui proposta organiza-se em torno da ideia de escravidão, história, literatura e representações do negro. Como explicita a epígrafe *“um romance pode ensinar mais do que um livro de história”*, entretanto, este trabalho não exclui os documentos historiográficos, antes eles se complementam.

1.1 Na Terra: a escravidão no Brasil

Existem períodos na história brasileira que devem ser constantemente revisitados e debatidos, visto que são primordiais para tentar entender o presente, e um desses períodos é a escravidão no Brasil, pois as marcas deixadas pelo passado escravista ecoam até hoje na sociedade brasileira, que ainda é marcada pelo racismo e a segregação racial.

Ressalta-se que falar de escravidão no Brasil requer sempre um olhar apurado, pois segundo Hayden White (1994), um mesmo evento histórico pode ser narrado sob pontos de vistas diferentes. Um exemplo nessa vertente é a narrativa histórica brasileira sobre a escravidão, pois a historiografia oficial se deteve em pontos estratégicos ao contar o triste passado do Brasil pelo olhar da classe dominante, silenciando a voz do negro, deixando diversas lacunas em relação ao passado escravista.

Nessa perspectiva, a presente pesquisa empreende-se a trazer as visões de autores e historiadores que buscaram narrar a história do negro no Brasil sob o ponto de vista do indivíduo negro, que foi silenciado na história, na literatura e em variadas áreas da vida social brasileira. Desse modo, nesse tópico faremos um breve resumo da escravidão no Brasil, do contexto no qual as obras analisadas, *Úrsula* (2018), de Maria Firmina dos Reis, e *As Vítimas-Algozes* (2010), de Joaquim Manuel de Macedo, estão inseridas.

A lei que aboliu a escravatura no Brasil (Lei Áurea – 1888) completou 134 anos em 2023. Ela se resume a apenas dois artigos e revoga qualquer decisão contrária. Embora muito sintética, foi uma “*conquista*” para os povos escravizados, entretanto os negros trazidos forçadamente, em sua maioria do continente africano para o Brasil, foram jogados ao *relento* sem nenhum apoio estatal ou mecanismo de sustentação após a abolição, conforme posto a seguir:

Procedendo-se à interpretação literal e teleológica da norma, extrai-se que a finalidade da Lei Áurea foi a imediata extinção da escravidão no Brasil. A partir de então, uma a uma as portas das senzalas foram sendo abertas e os negros puderam irromper, pela primeira vez, os limites das cercas das propriedades de seus senhores, como forma de concretizar os ditames literais da lei. (Monteiro, 2012, p. 360).

Na citação mencionada, Patrícia Cavalieri Monteiro, em *Discussão acerca da eficácia da Lei Áurea*, destaca uma sensação de liberdade sancionada pela princesa Imperial regente⁵ por meio da Lei nº 3.353, em 13 de maio de 1888, declarando extinta a escravidão no Brasil. Contudo, a liberdade dos grilhões não libertava o estigma de ser negro e ex-escravizado a ser perpetuado ao longo da história brasileira. Logo, por mais que já se tenha passado mais de 100 anos da assinatura da Lei Áurea, o país ainda convive com as marcas deixadas pela exploração da mão-de-obra escrava. Segundo Wlamyra Albuquerque e Walter Fraga, “no Brasil, a escravidão contemporânea manifesta-se na clandestinidade e é marcada pelo autoritarismo, corrupção, segregação social, racismo, clientelismo e desrespeito aos direitos humanos” (Albuquerque; Fraga, 2006, p. 200). A permanência dos trabalhos em regime análogo à escravidão tem como alicerce direto o passado escravista histórico em que o Brasil esteve inserido, pois, por quase quatro séculos, os negros foram explorados e maltratados por uma elite burguesa, patriarcal, heterossexual e branca que objetivava apenas o lucro e a exploração humana, dispensando o humanismo social existente entre as etnias.

⁵ Princesa Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela (Gomes, 2019).

Os negros foram trazidos para o solo brasileiro por meio dos processos de colonização por volta de 1530, a fim de serem mão de obra dentro de um modelo mercantilista que fora instituído pelos portugueses. Vieram em navios negreiros e eram exibidos como objetos para compra. Entretanto, os historiadores Albuquerque e Fraga (2006) ressaltam que a história do negro brasileiro não teve início com o tráfico de escravos, pois “é uma história mais antiga, anterior a escravização na América, à vida do cativo no Brasil” (Albuquerque; Fraga, 2006, p. 14). Por isso, saber sobre a história do continente africano é imprescindível para tentar compreender como foi possível que milhões de seres humanos foram aprisionados e trazidos nos porões dos monstruosos navios destinados às Américas.

Albuquerque e Fraga (2006), Gomes (2019) e Chiavenato (1987), ressaltam que a escravidão já existia na África⁶ entre os próprios africanos, mas foi somente com as expansões marítimas em busca de novas terras e por meio, principalmente, do tráfico negreiro, que ela vai atingir números espantosos, deixando os países africanos praticamente devastados populacionalmente. Desse modo, a história da escravidão no Brasil se entrelaça com a história da escravidão no continente Africano.

Segundo o pesquisador Evaristo de Moraes (1933), na obra *A escravidão africana no Brasil: Das origens a extinção*, a modalidade da escravidão doméstica era uma prática estabelecida no continente africano desde a antiguidade. Nos confrontos entre tribos, grupos e reinos era comum os vitoriosos escravizarem as pessoas vencidas nas batalhas. No entanto, com a chegada dos europeus na costa africana, a escravidão doméstica cedeu lugar à escravização em alta escala, pois os líderes africanos começaram a comercializar os cativos em acordo comercial com os holandeses, franceses, ingleses, espanhóis e, principalmente, portugueses, almejando, com isso, o aumento do poderio econômico.

Logo, para as nações que iam em busca de mercadoria humana, negociar com os chefes africanos era a melhor alternativa, visto que a captura de negros por eles próprios lhe rendia altos custos e o perigo de morte devido ao desconhecimento das terras do continente. Assim, alianças entre africanos e as outras nações escravocratas foram feitas ao longo do tempo, tornando assim o tráfico humano o negócio mais rentável durante séculos.

⁶ A escravatura antiga ou simbiótica que os portugueses encontraram nas sociedades africanas, do vale do Zambeze com que se depararam, era alimentada de vários modos sendo o principal, o chamado *corpo vendido*, ou seja, homens que vendiam a si mesmos em troca de tecidos, aguardente, proteção ou até mesmo o livramento de uma pena de sentença de morte. Havia também, segundo Capela, hierarquias neste tipo de escravidão, como os butacos, os quais eram uma categoria de escravos que também eram senhores, pois eram proprietários de bens e de homens. (Capela *apud* Maceno, 2021, p. 107).

Por isso, não se pode entender a prosperidade do tráfico de escravos sem levar em consideração a combinação de interesses entre europeus e africanos. É bem verdade que as nações europeias tentaram manter o controle sobre as regiões produtoras de escravos, mas o tráfico africano era um negócio complexo e envolvia a participação e cooperação de uma cadeia extensa de participantes especializados, que incluía chefes políticos, grandes e pequenos comerciantes africanos. Há estimativas de que 75 por cento das pessoas vendidas nas Américas foram vítimas de guerras entre povos africanos (Albuquerque; Fraga, 2006, p. 02).

Nesse sentido, por mais assustador que pareça ser, o tráfico de negros do continente africano para os outros países atingiu dimensões gigantescas devido, em grande parte, à participação dos próprios africanos nessas negociações, ou seja, “os africanos participaram ativamente dessa atividade, pois eles determinavam quem embarcavam ou não para o Novo Mundo” (Albuquerque; Fraga, 2006, p. 10)⁷. Logo, essa é uma parte da história do tráfico ainda pouco discutida.

Entretanto, é imprescindível destacar que, se a escravidão existia desde a antiguidade em diversos territórios e, como evidenciado, entre os próprios africanos, é somente “por meio dos colonos europeus que, pela primeira vez na história da escravidão, a cor negra se torna sinônimo de sujeito escravizado” (Gomes, 2019, p. 10). Desta forma, o racismo nasce no tráfico de negros africanos para os países europeus, pois os europeus justificaram o sistema de compra e venda dos afrodescendentes afirmando que os africanos eram seres inferiores devido à cor de sua pele. Com isso, a escravidão de africanos atingiu uma escala industrial altamente lucrativa naquele continente e no Brasil.

No que diz respeito ao tráfico dos africanos para as Américas, estudiosos e historiadores como Gomes (2019), Moraes (1933), Albuquerque e Fraga (2006) estimam que mais de 12 milhões de africanos foram levados à força para os novos continentes entre os séculos XVI e XIX, e é importante destacar que na contagem não consta as milhares de vidas que foram sendo perdidas durante a travessia do Atlântico. A maioria desses cativos que sobreviveu à viagem nos navios negreiros desembarcaram no Brasil, sendo assim, “nenhuma região americana esteve tão ligada ao continente africano por meio do tráfico como o Brasil.

⁷ É importante ressaltar que, segundo Maceno (2021), retomando os estudos de Raymond F. Betts, esses acordos também faziam parte da estratégia da “**missão colonizadora**” no continente africano, pois os colonizadores tiravam proveito da agraphia desses líderes para fazê-los assinarem acordos e tratados de vassalagem. Para a autora, “O *modus operandi* para tal intento utilizou-se de três estratégias diferentes: reforma dos sistemas judiciários, recurso ao trabalho forçado e instituição de impostos pessoais, sendo o principal deles o imposto de palhota, que era o imposto cobrado por habitação” (Maceno, 2021, p. 110, grifo do autor).

O dramático deslocamento forçado, por mais de três séculos, uniu para sempre o Brasil à África” (Albuquerque; Fraga, 2006, p. 40).

O tráfico de africanos para o Brasil começou em 1560 de forma mais sistemática, mas segundo o historiador Gomes (2019), há indícios da chegada de escravos africanos já em 1538 nas terras brasileiras, destinados para trabalhar na extração do Pau Brasil. Deste modo, a escravidão negra no Brasil perdurou por quase quatro séculos e a legitimação desse sistema de compra, venda e exploração de mercadoria humana foi embasado por teorias científicas⁸, pela igreja e, principalmente, pelo preconceito de cor da sociedade que durante todo o período em que a escravidão foi vigente no Brasil, via o negro como um ser inferior, como discute Frantz Fanon: “O preto é um animal, o preto é ruim, o preto é malvado, o preto é feio” (Fanon, 2008, p. 106).

Nesse raciocínio, o escravismo brasileiro começa em pequena escala, mas a partir da segunda metade do século XVI, com a chegada de milhares de africanos, atinge números espantosos, se expandindo rapidamente por todas as áreas da sociedade e da economia, colocando o Brasil no posto de principal colônia escravocrata. Corroborando tal ideia, Gomes (2019) postula que:

No total, o Brasil escravizou cerca de 4,9 milhões de africanos, o equivalente a 40% dos 12,5 milhões que embarcaram da África para o continente americano até meados do século XIX. O auge do tráfico ocorreu entre o início do século XVIII e meados do século XIX. Em um período de 150 anos, 4 milhões de escravos atravessaram o Atlântico para trabalhar em fazendas, cidades, minas e garimpos brasileiros (Gomes, 2019, p. 22).

Desse modo, foi a demanda por mão de obra para suprir as necessidades econômicas da coroa portuguesa, ou seja, o lucro, que fez com que milhares de africanos fossem arrancados das terras nativas e transformados em mercadoria humana nas terras brasileiras. Isto posto, verifica-se que nos quase quatro séculos de regime escravocrata, a escravidão negra no Brasil era vista como algo comum e estava presente em todos os setores da sociedade brasileira, e a principal fonte de renovação da população cativa, como já mencionado, foi a migração transatlântica forçada, responsável pela morte de grande parte dos negros escravizados destinados às américas, como é o caso do Brasil.

⁸ As teorias científicas raciais referem-se ao Darwinismo social e Determinismo racial, as quais sugerem a teoria do branqueamento e, consequentemente, influenciam na ideologia reinante do racismo (Schwarcz, 1993). Estas podem ser melhor observadas no capítulo II desta pesquisa.

No que diz respeito ao tráfico transatlântico forçado, ressalta-se que a saga do negro escravizado no Brasil se inicia não exatamente quando chegavam aqui, mas ainda dentro dos navios negreiros, pois após sua captura, os escravizados ainda eram obrigados a enfrentar a perigosa travessia da África para o Brasil nos navios negreiros, conhecidos como tumbeiros, responsáveis por cerca de um terço da morte dos negros que embarcavam. Nesse sentido, acerca da descrição dos navios negreiros, Gomes (2021), destaca que:

Dentro dos navios, os compartimentos destinados aos cativos eram minúsculos, insalubres, sem ventilação e iluminação adequada. Os porões, adaptados para o transporte de cativos, eram subdivididos em camadas construídas com pranchas de madeira, tão próximas umas das outras que era impossível caminhar de pé entre elas. Por isso, os escravos passavam a maior parte da viagem deitados, muitas vezes de lado por não haver espaço suficiente para que todos ficassem de costas. Acorrentados aos pares, perna direita com perna esquerda e mão direita com mão esquerda, cada escravo tinha menos espaço do que um homem dentro de um caixão (Gomes, 2021, p. 256).

Além das condições precárias e da superlotação dos navios negreiros, a travessia da África para o Brasil, que durava no mínimo trinta dias, era extremamente penosa. Os cativos, durante toda viagem, eram submetidos às doenças e aos maus-tratos. Schwarcz e Starling (2015) trazem em seu livro *Brasil: uma biografia*, o depoimento de um frei Italiano que foi um tripulante dos navios negreiros, ele desabafa: “Aquele barco [...] pelo intolerável fedor, pela escassez de espaço, pelos gritos contínuos e pelas infinitas misérias de tantos infelizes parecia um inferno” (p. 84).

Logo, devido aos infortúnios em que os negros eram sujeitos, Pinsky (1997) ressalta que cerca de quatrocentas mil vidas foram perdidas antes mesmo de chegarem ao Brasil. Vidas estas que viraram apenas números. Seres humanos que foram privados de alimentação, água, luz, ficando sujeitos a todos os tipos de doenças contagiosas. Pessoas que, além de serem acometidas pelas doenças físicas, ainda adquiriram doenças mentais como a depressão, pois a separação de seus entes queridos e a incerteza do que lhes aguardava os angustiam, levando-os ao desespero e, conseqüentemente, ao suicídio.

Após a longa travessia no Atlântico, os africanos sobreviventes desembarcavam nos portos brasileiros com o estado físico e mental fortemente debilitados e ainda tinham que enfrentar a difícil preparação para a venda, inspeção e compra. Segundo Albuquerque e Fraga (2006), os grandes portos importadores e redistribuidores de escravos para diversas regiões da colônia eram das cidades do Rio de Janeiro, Recife, Fortaleza, Belém e São Luís. Falando

dessa preparação e venda de mercadoria humana, nos principais portos de entrada dos navios negreiros, declara-se que:

Nessas ocasiões, homens e mulheres eram lavados, depilados, esfregados com sabão, untados com óleo de coco ou dendê, pesados, medidos, examinados e apalpados em suas partes íntimas, obrigados a correr, pular e exhibir a língua e os dentes. Ao término desse metódico ritual, vendedores e compradores acertavam o preço de acordo com a idade, o sexo e o vigor físico dos cativos que, em seguida, eram marcados a ferro quente com as iniciais da fazenda ou do nome do seu novo proprietário. Por fim, com argolas e correntes atadas aos pés e ao pescoço, marchavam a pé rumo ao novo local de trabalho (Gomes, 2020, p. 325).

Em conformidade com o excerto, após esses leilões em praça pública, os negros escravizados eram destinados ao trabalho em diversos setores da sociedade escravocrata brasileira, mas, *a priori*, os principais destinos foram as fazendas de açúcar, pois foi o “esplendor do açúcar que consolidou o comércio de negros” (Chiavenato, 1987, p. 33). Posteriormente ao ciclo de açúcar, a economia brasileira baseou-se nos ciclos do ouro, do café, e do algodão, e em todos eles a mão de obra escrava esteve presente, como destaca Gomes: “No século XVII, o açúcar fez uso de 350 mil escravos. No século XVIII e XIX, o açúcar utilizou um milhão de negros, a mineração 600 mil negros e o café usou 250 mil negros, o algodão 200 mil negros” (Gomes, 2022, p. 302).

Observa-se, no entanto, segundo Chiavenato (1987), que ao longo do tempo os produtos dos ciclos econômicos brasileiros foram mudando, mas em todos eles o negro foi a principal força braçal. Desse modo, “o Brasil não existiria sem os negros. Toda a economia brasileira baseou-se na escravidão” (Chiavenato, 1987, p. 31). Entretanto, a historiografia oficial, na maioria das vezes, omitiu – ou antes, apagou – o quanto os negros escravizados contribuíram para o enriquecimento do país.

Além dos negros serem os principais responsáveis pelo sucesso dos principais ciclos econômicos do Brasil, também estiveram presentes em todos os outros setores da sociedade brasileira, ou seja, a sociedade escravocrata do Brasil, durante quase 400 anos, alimentou-se de forma desumana do trabalho dos negros escravizados em todas as áreas.

O luxo e as excentricidades da corte portuguesa sustentavam-se no trabalho escravo no Brasil. Tudo dependia do sangue e do suor africano, base e motor da economia colonial. Dele usufruíam mineradores, senhores de engenho, bispos, padres e missionários, oficiais e funcionários, tropeiros e comerciantes (Gomes, 2021, p. 64).

Chiavenato (1987) enfoca que durante o período escravocrata ocorreu um dos maiores genocídios da história brasileira, pois milhares de africanos morreram durante a travessia do Atlântico e os que chegavam aqui, devido às condições de trabalho precárias e desumanas em que eram submetidos nos engenhos de açúcar, nas minas de ouro, fazendas de café e algodão, morriam em grande número. O autor mencionado cita, por exemplo, que “a mineração matava 85% de seus escravos, que representavam mais de 70% dos que chegavam ao Brasil. Seiscentos mil negros morreram nas minas” (Chiavenato, 1987, p. 44).

Outrossim, além dos negros escravizados serem submetidos às condições precárias de serviços e explorados ao máximo, muitas vezes levando-os à morte, ainda eram submetidos a castigos físicos, legitimados pela igreja e pela coroa, que instruíam os senhores escravocratas sobre as melhores maneiras de tratar os negros merecedores de punição. Dentre os castigos mais comuns utilizados para corrigir os negros, Pinsky destaca, por exemplo, o chicote:

O castigo mais frequente era o de açoites. De tão comum, sua aplicação pelo feitor tornou-se frequentemente a representação deste empunhando um chicote. No período escravocrata era comum dizer-se que para o negro são necessários três pês: pão, pano e pau. (...) O castigo era banalizado pela sua constância e se chegava a ter um caráter oficial com surras públicas e programadas, era muitas vezes improvisado já que para funcionar bastava uma simples vara de marmelo ou outra madeira flexível e o lombo de um negro (Pinsky, 1997, p. 49).

Para a sociedade escravocrata, não havia erro em castigar e violentar os negros nas formas físicas e morais, pois a classe dominante acreditava numa suposta superioridade racial do branco sobre o negro. Com isso, a escravidão, em sua forma mais perversa ligada ao racismo, foi justificada pela igreja e pelas teorias científicas. Os preconceitos seguiram na história e prevalecem ainda hoje, mais de cem anos depois da abolição, como afirma Souza (1993):

A sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior” (Souza, 1993, p. 19).

Uma das ideologias disseminadas pela igreja, para justificar o regime escravocrata e todas as violências ligadas à escravidão, preconizava que a escravidão era necessária, pois

fazia bem para os africanos. “Afirmava-se que os negros seriam batizados e sua capturas e escravidão serviriam para salvar-lhe a alma” (Pinsky, 1997, p. 25), devido ao fato de os africanos serem vistos como povos cruéis, bárbaros e primitivos. Os padres, nesse período, também disseminaram a ideia de que o negro “nascera naturalmente escravo” (Gomes, 2022, p. 201). Desse modo, é por meio dessas e outras ideologias racistas que a igreja vai apoiar a escravidão durante todo regime, mantendo-se omissa durante muito tempo, visto que também lucrava com o sofrimento dos negros escravizados, como enfatiza Chiavenato (1987).

Ninguém viu a igreja tomar a parte dos escravos, fazer usos da religião para suavizar-lhes o cativeiro e para dizer a verdade moral aos senhores. Nenhum padre tentou, nunca, impedir um leilão de escravos, nem condenou o regime das senzalas. Tacitamente abençoavam a crueldade dos senhores contra os negros. Os padres estavam em todo lugar, menos nas senzalas (Chiavenato, 1987, p. 34).

Além de um discurso religioso que justificava a escravidão, surgiu, durante o período escravocrata, o enredo justificador baseado na ciência, as chamadas teorias científicas raciais, que colocaram o negro ainda mais numa posição inferior ao branco. “Ao ver os cientistas europeus confirmando seus preconceitos, o senhor de escravos passou a crer mais facilmente na superioridade do homem branco” (Moraes, 1983, p. 35). Dessa maneira, cientistas e intelectuais do século XIX disseminaram a ideia de que havia uma hierarquia entre as raças, e a raça branca seria superior a todas as outras raças, reforçando ainda mais na mentalidade da população a normalidade da escravidão.

Não seria de admirar que os beneficiários do sistema tivessem conceitos extravagantes a respeito dos negros. Diversos cientistas, bilotados pelo racismo da época, manifestaram ideias racistas. E houve a forte colaboração da igreja católica, de teólogos e filósofos, afirmando em bulas papais, sermões e livros, que Deus e a natureza determinaram a inferioridade do negro (Chiavenato, 1987, p. 73).

Como a escravidão havia se tornado sinônimo de cor da pele, a inferioridade racial dos negros escravizados em relação aos brancos foi demonstrada não somente por meio da exploração física, mas principalmente mediante outros tipos de violências. Segundo Pinsky, “menos perceptível, mas talvez mais brutal, foi a violência ligado ao processo de destruturação cultural do negro que chegava no Brasil” (Pinsky, 1997, p. 26), pois tudo que era ligado a África e ao negro também foi visto como algo inferior, ruim e atrasado.

Da captura da África até sua integração ao sistema de trabalho escravo nas fazendas brasileiras, os negros perdiam contato com sua tribo, seus costumes, sua família. Eram privados até do idioma. Os escravos perdiam tudo, eram proibidos de praticar suas culturas, sua religião era vista como algo demoníaco. Essa desestruturação constituía um método de dominação (Chiavenato, 1987, p. 46).

Nessa perspectiva, além da ideologia racista preconizar a suposta inferioridade biológica do negro, associou-se também os aspectos biológicos e físicos aos culturais. A cultura do negro era vista pelo europeu como inferior, com isso, tenta-se de todas as formas impor a cultura do branco aos negros, pois esta era tida como padrão de perfeição e a do negro, ligada a degeneração.

Buscadas no contexto escravocrata e colonial, relacionam-se à sua justificação e legitimação, visando alienar e inferiorizar os negros em todos os planos. Nesse processo, fez-se um paralelismo forçado entre o cultural e o biológico. Pelas diferenças biológicas entre povos negros e brancos, tentou-se explicar as culturais e concluir-se por uma diminuição intelectual, e moral dos primeiros (Munanga, 2019, p. 05).

Foi para lutar contra essas formas de violências, tanto de desestruturação cultural como de exploração física, que os negros começam a traçar estratégias de lutar contra esse sistema de dominação que tanto os oprimia e os inferiorizava e, por mais que a historiografia oficial mostre, por muitas vezes, uma certa passividade dos negos em relação à situação de escravos, a construção da liberdade escrava não se restringiu aos discursos abolicionistas ou antiescravistas, pois as manifestações de inconformismo dos escravizados em relação à situação de maus tratos estiveram presentes durante todo o período de cativeiro. Inclusive convém mencionar que estudiosos como Laurentino Gomes (2022) esclarecem que o fim da escravidão no Brasil aconteceu não por razões humanitárias das elites brancas dominantes, mas sim por razões políticas e econômicas, principalmente por causa da forte resistência negra. Assim, os negros foram os principais protagonistas de sua libertação.

Laurentino Gomes (2022) evidencia que as principais formas de resistência do negro para lutar contra o regime de dominação foram as fugas, a formação de quilombos, revoltas, paralizações de serviços, sabotagens, cartas de alforrias, suicídios, abortos. Dessa forma, a liberdade foi um sonho alimentado por todos os negros escravizados durante os três séculos e meio de regime escravista no Brasil. Em busca de sua concretização, fizeram tudo o que

estava ao seu alcance. Com isso, começaram a surgir leis que foram, gradativamente, levando à abolição.

Cada lei criada a fim de amenizar a situação dos negros escravizados já era uma pequena conquista, embora só adiasse ainda mais o processo de libertação, como afirma Gomes (2020). O ápice ocorreu no ano de 1888, por meio da lei Áurea. No entanto, qualquer lei a favor dos negros era acompanhada de resistências por parte da classe senhorial. O Brasil foi o último país a abolir a escravidão e esse fato só aconteceu devido à pressão da Inglaterra. Entretanto, apenas decretar a extinção da escravidão não foi suficiente para corrigir anos de exploração da força negra. Muitos problemas precisavam ainda ser revistos.

[...] a abolição, mesmo tendo havido movimentação dos negros, foi um negócio de brancos. Ela tirou o negro da condição de escravo, mas deixou de lado as propostas de abolicionistas como Patrocínio, Nabuco e Rebouças: distribuição de terras para os ex-escravos, assistência econômica e social, acesso à educação, ampliação do direito à participação política, reformas, enfim, que fizessem do negro um cidadão (Biblioteca Nacional, 2018, p. 49).

Sendo assim, “deu-se” a liberdade, mas não houve a propiciação de condições para os negros se readaptarem à sociedade e, em vista disso, aqueles que não tiveram a oportunidade de estudar ou de se qualificar profissionalmente, continuavam na situação de escravos ou eram marginalizados socialmente, isso os tornou mercê da criminalidade, do alcoolismo, da prostituição e, principalmente, da rejeição social devido à cor da pele e ao passado como escravizado.

Na sociedade atual, as consequências do passado escravagista ainda persistem, pois pessoas negras enfrentam dificuldades em conseguir um emprego devido a sua cor, mesmo possuindo qualificação profissional. Por causa do passado escravista e da cristalização de estigmas sociais, ainda se tem uma visão estereotipada do negro, sendo constantemente associado a algo ruim e tido pela sociedade como inferior ao branco em todas as áreas.

Deste modo, para compreendermos o que significa ser negro no Brasil hoje, é necessário voltarmos ao passado escravista, pois a escravidão no Brasil não é assunto de museu. Os ecos desse período estão em todas as áreas da sociedade brasileira. O retorno a esse passado escravista pode ser efeito por intermédio da história e também por meio da literatura, pois, segundo Chalhoub (2003), a literatura reflete a história, e é sobre essa relação entre a literatura e a história, ou seja, como os escritores brasileiros representaram a temática da escravidão e o negro escravizado, que o próximo tópico tratará.

1.2 Na palavra: escravidão nas páginas literárias

No pensamento de White (2020), a literatura e a história caminham juntas. No entanto, por muito tempo, acreditou-se que o texto literário não poderia ser lido como uma maneira de interpretar a história. Mas, recentemente, com uma nova revisão da historiografia, a literatura tem se tornado um grande instrumento para a reconstrução do passado, pois por intermédio das obras literárias pode-se ter acesso a fatos históricos que as outras fontes da história não são capazes de fornecer, um exemplo são as obras literárias que tematizam a escravidão no Brasil.

O mergulho na literatura tem fornecido novos prismas, outros quadros, perspectivas diversas das fontes usuais (jornais, relatórios de policiais, anais, etc.) acerca da escravidão na formação social brasileira. E foi trilhando a produção literária que encontramos elementos que muito auxiliam na compreensão desse complexo tema. A maneira como a literatura descreveu, instituiu, desenhou o quadro da escravidão, por um lado reflete o pensamento dominante de uma época, e por outro, descortina uma parte do que a sociedade projeta, modula, antecipa para com o futuro (Montenegro, 1988, p. 05).

Observa-se, por meio da historiografia literária, que, mesmo de forma heterogênea, a escravidão foi representada em diversas obras literárias. Desse modo, o entrelaçamento entre a literatura e a história pode ser observado grandemente em obras abolicionistas do século XIX, conhecido como século negro, como é o caso de *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, e *As Vítimas-Algozes*, de Joaquim Manuel de Macedo, *corpus* da presente investigação, pois ambos os autores dos textos mencionados romancearam a vida do negro escravizado, pedindo pelo fim da escravidão, ainda que com pontos de vistas diferentes.

No entanto, antes de efetivar o mergulho na maneira como alguns escritores brasileiros representaram a escravidão, é interessante evidenciar alguns pressupostos teóricos sobre a intrínseca relação entre literatura e história, a fim de entendermos como o discurso literário, bem como o discurso histórico nos fornecem visões díspares sobre determinados períodos da história brasileira.

Alves (2012) ressalta que a narrativa literária atualmente é vista como primordial para o entendimento do passado, mas nem sempre foi assim, pois a velha separação entre a História, vista como o discurso da verdade, e a Literatura, como o discurso da imaginação, fez com que, por muito tempo, as fronteiras entre os dois saberes ficassem intransponíveis. Essa

visão que prevalecia de que a literatura não poderia ajudar na reconstrução do passado, pois era vista apenas como “ficção”, “pura imaginação”, se acentua fervorosamente no século XIX e vai ser disseminada até o século XX, principalmente por meio do historicismo positivista de Leopold Ranke, o qual acreditava que a história não deveria se ater a textos literários, pois “enquanto à Literatura cabia o papel apenas de ficcionalizar, a história procurava mostrar a verdade dos fatos” (Alves, 2012, p. 17).

Nesse caminho, os historiadores tradicionais críticos à literatura como uma fonte para ter acesso ao passado acreditavam que, por prevalecer no texto literário a imaginação e o subjetivismo, e na história, por ser uma ciência que se pautava na “verdade” e no objetivismo, esta não deveria de modo algum se unir à literatura para uma melhor compreensão do passado. Entretanto, a partir da década de 60, houve uma revisão na historiografia tradicional por meio da Escola de *Annales* e da *Nova História Cultural*. Assim, a relação entre a literatura e a história começa a se estreitar. A partir desse momento, surgem teóricos da literatura, assim como historiadores que vão preconizar, por meio de suas obras, que o discurso histórico e o literário mais convergem do que divergem e vão ressaltar como as obras literárias, bem como as outras fontes, são primordiais para o estudo do passado.

Nesse sentido, Alves (2012) destaca que:

Embora, naquele período não se visse o valor da produção literária como fonte na pesquisa histórica, a historiografia recente lhe deu o devido valor, pois o século XIX chegou até nós através da literatura. Para além de representar aquele período, admite-se que as nossas compreensões atuais dos oitocentos nos chegaram mais pela literatura do que pela disciplina histórica (Alves, 2012, p. 17).

A historiadora Pesavento (2006, p. 51) afirma que a literatura, enquanto representação, é “um discurso privilegiado de acesso ao imaginário das diferentes épocas”. Em seu artigo, *História & literatura: uma velha-nova história*, a autora traz um novo olhar para a literatura, destacando que o texto literário brasileiro representou a história da nação por intermédio dos romances, contos e poemas.

A literatura é, pois, uma fonte para o historiador, mas privilegiada, porque lhe dará acesso especial ao imaginário, permitindo-lhe enxergar traços e pistas que outras fontes não lhe dariam. Fonte especialíssima, porque lhe dá a ver, de forma por vezes cifrada, as imagens sensíveis do mundo. A literatura é narrativa que, de modo ancestral, pelo mito, pela poesia ou pela

prosa romanesca fala do mundo de forma indireta, metafórica e alegórica. (Pesavento, 2006, p. 60).

A historiadora também argumenta sobre o preconceito de olhar a literatura apenas como um discurso da ficção, ligada apenas à ideia de “mentira”, pura fantasia. A teórica prefere usar outros sentidos para a ficção na literatura, e usa, por exemplo, a definição de Ginzburg, que expressa que a palavra “fictício” está ligada àquele que cria à partir de algo, ou seja, o *fictio* era o verossímil. Desse modo, para Pesavento, a literatura não é pura fantasia, mas o diálogo com o real.

É preciso ter em conta, contudo, que os discursos literário e histórico são formas diferentes de dizer o real. Ambos são representações construídas sobre o mundo e que traduzem, ambos, sentidos e significados inscritos no tempo. Entretanto, as narrativas históricas e as literárias guardam com a realidade distintos níveis de aproximação (Pesavento, 2006, p. 52).

Assim, segundo Pesavento (2006), a literatura e a história são narrativas que têm o real como referente, para confirmá-lo ou negá-lo, construindo sobre ele toda uma outra versão, ou ainda para ultrapassá-lo. Como narrativas, são representações que se referem à vida e que a explicam. Falando sobre essa representação da realidade, ou seja, sobre a verossimilhança na literatura, que traz à baila a realidade histórica do passado, a historiadora ainda ressalta que:

O mundo da ficção literária nos dá acesso, às sensibilidades e às formas de ver a realidade de um outro tempo, fornecendo pistas e traços daquilo que poderia ter sido ou acontecido no passado e que os historiadores buscam. Isto implicaria não mais buscar o fato em si, o documento entendido na sua dimensão tradicional, na sua concretude de “real acontecido”, mas de resgatar possibilidades verossímeis que expressam como as pessoas agiam, pensavam, o que temiam, o que desejavam (Pesavento, 2006, p. 56).

Sidney Chalhoub, assim como Pesavento, faz parte do rol dos historiadores brasileiros que trabalham com a aproximação da história com a literatura. Para Chalhoub, “a literatura é testemunho histórico” (Chalhoub, 2003, p. 02). Em seu livro intitulado *Machado de Assis historiador* (2003), o autor aponta como o texto literário é fundamental para o entendimento de determinados momentos históricos que outros meios não são capazes de fornecer, citando assim Machado de Assis que transcreveu a história dos oitocentos por meio das páginas literárias.

Provando que entre a história e a literatura a ligação é sempre próxima e cúmplice, Alves (2012) ressalta que, em relação à literatura do século XIX, poetas e romancistas também tornaram a escravidão um tema recorrente nas produções literárias. Personagens escravos e o retrato da sociedade escravista aparecem em muitos romances, contos e poemas desse período. Assim, para o autor, “analisando a produção, podemos estudar a sociedade escravista do período e a concepção dos autores sobre a escravidão e o processo pela sua abolição” (Alves, 2012, p. 18).

No livro *Escravo de papel: o cotidiano da escravidão na literatura do século XIX* (2012), Marília Conforto aponta, por exemplo, como, mesmo de perspectivas diferentes, a literatura narrou o cotidiano da escravidão no Brasil por meio de personagens escravos. Para a escritora, a história da escravidão foi matéria e invenção na literatura do século XIX. De acordo com a autora,

Admitimos que a literatura é fonte de si mesma enquanto escrita de uma sensibilidade, enquanto registro, no tempo, das razões e sensibilidades dos homens em um certo momento da história. Dos seus sonhos, medos, angústias, pecados e virtudes, da regra e da contravenção, da ordem e da contramão da vida. A literatura registra a vida. Literatura é, sobretudo, impressão de vida (Conforto, 2012, p. 33).

Contudo, na obra *Faces da personagem escrava* (2001), Marília Conforto ressalta que o texto ficcional abolicionista, ao criticar o regime escravista, não compartilhou de um único discurso. Para a autora, se na história prevaleceu durante muito tempo o discurso do dominante, na literatura abolicionista do século XIX, por mais que predominasse o discurso ainda senhorial, alguns textos que trazem a temática da escravidão evidenciam também o discurso do dominado, ou seja, do negro escravizado. Por isso, admite-se que:

Na literatura podem-se ler as fissuras, as contradições, as ambivalências e a crueldade do sistema escravista que a História, como discurso científico e que pretende ser ‘verdadeiro’, unificou e, de certa forma sustentou (Conforto, 2001, p. 135).

No entanto, é singular destacar que a temática do negro e da escravidão foi deixada de lado por muito tempo na literatura. Sendo assim, de acordo com os teóricos Gomes (1988), Conforto (2012) e Brookshaw (1983), a literatura brasileira foi omissa por um longo período à problemática da escravidão, pois a temática da escravidão só começa a aparecer nos textos

literários com maior frequência a partir do século XIX. Para os autores mencionados, o apagamento do negro escravizado na literatura por mais de dois séculos está ligado à questão do racismo que estava enraizado na sociedade oitocentista e refletiu-se na literatura. Corroborando a ideia apresentada, Castilho (2004) ainda destaca:

Esse silenciamento pode ser explicado também, por um lado, sob a ótica de que o escritor brasileiro não considerava o escravo como ser humano e por outro, é possível que a maior parte dos escritores tenha surgido em função dos senhores de escravos, ou dependeu do amparo das instituições escravocratas. Ou seja, estava do lado dos opressores e não poderia dar atenção aos oprimidos (Castilho, 2004, p. 104).

Deste modo, é somente no século XIX, período de maior efervescência de debates sobre a escravidão no Brasil, que os escritores direcionam, ainda de forma iniciática, a atenção para o que estava acontecendo naquele período. Alves (2012) ilustra alguns fatores que influenciaram os escritores brasileiros a trazerem a temática da escravidão e do negro escravizado a partir do século XIX. De acordo com o autor,

Todavia, com a pressão externa, sobretudo britânica, para abolir o tráfico negreiro primeiro, e para iniciar um processo conducente à emancipação e libertação dos escravos, depois, os temas relacionados com a abolição da escravatura e as relações entre senhores e cativos começam a ser problematizados de forma mais visível em diversas narrativas, em particular, a partir do final da década de sessenta, recrudescendo o seu número à medida que se foram promulgando outras leis emancipadoras: *Ventre Livre* (1871), *Sexagenários* (1885) e *Áurea* (1888). (Alves, 2012, p. 101).

Percebe-se, assim, que a representatividade do negro escravizado na literatura foi exibida de forma mais intensa a partir do século XIX, no período oitocentista, devido, principalmente, às discussões a respeito do fim da escravidão e dos movimentos abolicionistas que, de forma direta e indiretamente, motivaram os escritores brasileiros a voltarem sua atenção para os escravizados.

No que se refere à campanha abolicionista que também se refletiu na literatura, como pode se ver por meio de obras abolicionistas, Abreu (2014) destaca que o abolicionismo foi um movimento político e social que nasceu com o propósito inicial de acabar com a instituição escravocrata e existiu em vários países que havia a mão de obra escrava, mas, em cada localidade que esteve presente, manifestou-se de maneiras distintas. A literatura não ficou inerte ao que ocorria no momento, ou seja, aos debates abolicionistas, e foi um

instrumento singular para divulgar as ideias do movimento, influenciando o público a verter os olhos para a problemática da escravidão.

Que a obra reflete influências do ambiente cultural em que surge é, portanto, um fato fácil de compreender [...] Mas se é certo dizer que o ambiente cultural exerce influência sobre o escritor e se expressa em suas obras, não é menos certo dizer que uma obra acaba por exercer influência sobre o meio cultural que envolve (Amora, 2006, p. 133).

Dialogando com Amora (2006), Muñoz (2015) destaca que os escritores abolicionistas não somente escreveram dentro de um contexto histórico e foram influenciados por ele, como também se posicionaram e comentaram os conceitos em voga na sociedade em que viviam. Dessa maneira, procuraram contribuir para a educação moral do leitor. Para a autora, o texto literário abolicionista do século XIX desempenhou uma função pedagógica, pois os escritores abolicionistas instrumentalizam a literatura almejando a transformação da estrutura social da sociedade escravocrata.

É interessante destacar que, antes do surgimento dos movimentos abolicionistas, o negro escravizado era visto como um objeto e privado de todos os direitos, entretanto, quando cometia algum crime, era visto como um ser humano apto a pagar por seus delitos. Somente a partir da segunda metade do século XIX, por meio do nascimento da campanha abolicionista, é que o negro começa a ser enxergado como gente por uma parte da sociedade, porque seria controverso lutar pelo fim da escravatura olhando o negro como uma coisa (Alves, 2012). A partir desse momento, políticos, jornalistas e literatos, mesmo de perspectivas diferentes, começam a usar o que tinham à disposição para falar sobre a necessidade de se pôr fim à escravidão. No caso dos literatos, usaram a pena, a literatura. Desta forma, os autores oitocentistas apresentavam em suas narrativas a presença dos acontecimentos da sociedade, com o objetivo de chamar a atenção dos leitores para as condições sócio históricas do país, como é o caso da escravidão brasileira. Nesse contexto, é afirmado que:

No “século negro” a escravidão, a abolição, as relações entre senhores e escravos se estabeleceram, trazendo para a cena literária romances, contos, crônicas, de referências da literatura do Brasil, quase todas de autores bem conhecidos: Maria Firmina dos Reis, Joaquim Manuel de Macedo, Bernardo Guimarães, Aluísio Azevedo, e, não menos importante, Machado de Assis. Sob o manto da segurança do fazendeiro, do preconceito da cor, da sentimentalidade, da crítica ao desejo de notoriedade burguesa, da denúncia da violência escravocrata, estes escritores, uns de forma mais consciente e

crítica do que outros, evidenciando uma leitura histórica, social e política que problematiza as estruturas de domínio da sociedade brasileira e a forma como exercem a sua autoridade, escreveram e conceberam, indubitavelmente, a história brasileira de oitocentos (Abreu, 2014, p. 01).

Entretanto, observa-se que, neste período, surgem sucessivamente narrativas que abordam a escravidão e a abolição, mas os escritores representam essas temáticas de forma muito heterogênea, porque possuem visões diferentes sobre o negro e a escravidão, e isso é refletido com relevância em suas obras. A maioria dos escritores imprime na palavra o que estava acontecendo naquele momento, mas de forma descompromissada, reforçando valores impostos pela sociedade, enquanto que um número menor, principalmente de obras que não fazem parte do cânone literário, tem uma atitude crítica ao denunciar os horrores da escravidão. A literatura, desta forma, torna-se uma faca de dois gumes. Nesse sentido, pontua-se que:

Na sociedade duramente estratificada, submetida à brutalidade de uma dominação baseada na escravidão, se de um lado os escritores e intelectuais através da literatura reforçaram os valores impostos, puderam muitas vezes, de outro, usar seu instrumento e da sua posição para fazer o que é possível nesses casos: dar a sua voz aos que não poderiam nem saberiam falar em tais níveis de expressão (Candido, 1989, p. 178).

No que diz respeito à temática abolicionista presente nas obras do período oitocentista, Abreu (2013), na tese intitulada *Abolicionismos na prosa brasileira: de Maria Firmina dos Reis a Machado de Assis*, ressalta que não existe somente um tipo de abolicionismo na literatura antiescravidão, mas diversos tipos de abolicionismos. Pode-se perceber isso por meio das várias formas como os escritores brasileiros olharam para o problema da escravatura e defenderam, embora uns de forma mais crítica e compromissada que outros, a sua abolição.

Assim, por mais que haja uma mentalidade de que o movimento abolicionista havia somente uma preocupação humanitária em libertar os negros escravizados, outras motivações também incentivavam as pessoas a fazerem parte do movimento, dentre eles, motivos políticos e econômicos, como é o caso de abolicionistas que pediam a libertação gradual dos escravizados, a fim de não prejudicar a economia do Brasil. Tais atitudes eram um jogo de interesses que, por um lado, havia aqueles que exalavam um discurso humanitário, realmente preocupados com o negro escravizado e, por outro lado, aqueles que pregavam o fim da escravatura visando o atendimento dos ideais e os interesses da classe dominante, como destaca Nabuco (2000):

Os motivos pelos quais essa procuração tácita impõem-nos uma obrigação irrenunciável não são puramente - para muitos não são mesmo principalmente - motivos de humanidade, compaixão e defesa generosa do fraco e do oprimido (Nabuco, 2000, p. 09).

Outrossim, esse jogo de interesse no movimento abolicionista manifesta-se também nos textos literários, pois, mesmo muitos literatos tidos como abolicionistas, não se desvencilharam da escrita tradicional sem o olhar distanciado para o negro, tendo a produção literária eivada de um discurso senhorial.

Nesse caminho, mesmo os abolicionistas brasileiros mais conhecidos como André Rebouças e José do Patrocínio, abolicionistas na ficção e na vida que dedicaram a lutar pelo fim da escravidão, eles mesmos, por intermédio de seus discursos materializados em obras literárias, muitas vezes desprezaram o escravo enquanto sujeito histórico. José do Patrocínio, por exemplo, publica um romance chamado *Mota coqueiro* (1877), no qual comete preconceito quando, trazendo a temática da escravidão, descreve personagens negros repugnantes e sem base moral. Nesta e em várias obras abolicionistas, vêm algumas perguntas: como pode prevalecer a imagem negativa do negro escravizado dentro de um texto abolicionista? Estará o escritor abolicionista reproduzindo os valores dos brancos racistas?

Alves (2012), quando traz a temática do abolicionismo na literatura, impõe uma reflexão. Quem foi que defendeu verdadeiramente a causa abolicionista pensando no escravo? Desse modo, a presente pesquisa utiliza dois autores considerados abolicionistas: Maria Firmina dos Reis e Joaquim Manuel de Macedo, escritores que usaram a literatura para pedir o fim da escravidão no Brasil, mas o tipo de abolicionismo que empregam é divergente: enquanto um usa o discurso humanitário solicitando o fim da escravidão, pensando tão somente nos negros escravizados; o outro pede o fim da escravidão, preocupado tão somente com a situação dos senhores escravocratas. Logo, a forma como representam o negro escravizado e a escravidão é dicotômico.

Portanto, antes do entrelaçamento da forma como cada um representou o negro e a escravidão, é importante debater como, ao mesmo tempo que nasce o movimento abolicionista e os olhos se voltam para o negro escravizado, nesse mesmo período também são reforçados por meio da literatura muitos dos valores impostos pela sociedade escravocrata, no caso, os estereótipos raciais sobre o negro.

1.3 No Percurso: designações e representações do negro na literatura brasileira

Vimos que a representação do negro na literatura brasileira foi exibida de forma mais intensa a partir do século XIX. A literatura desse período estava sendo inclinada para as diversas imagens dos negros e da escravidão. No entanto, a representação dos cativos por meio da cultura e outras características que mostrassem a história ainda não estava sendo abordada. Nesse século, a maioria dos autores trazem os personagens negros em suas obras, mas até então com uma visão distanciada, sendo representados de forma negativa, corroborando com a imagem dos negros ligada a estereótipos negativos cristalizados na sociedade. Nesse sentido, destaca-se:

Porém, cumpre observar, escreveu-se muito mais sobre a escravidão do que sobre o negro. Antes da abolição era a instituição servil que estava em xeque, não a pessoa do negro escravizado, de forma que pouca atenção foi dada a este, enquanto indivíduo ou enquanto coletividade. É claro que, ao darem forma às suas convicções abolicionistas, os escritores criaram personagens representando a raça explorada. Mas, na verdade, ao falarem do negro, falavam mais de si e de seus próprios preconceitos, projetando sobre o negro noções arraigadas reveladoras do racismo há séculos latentes no pensamento ocidental, e agora reforçado pela visão científica das raças (Gomes, 1988, p. 17).

A visão de superioridade e distorcida do branco sobre o negro, desde o período da escravidão, deu origem a estereótipos negativos, ainda presentes atualmente, em relação ao negro no Brasil. Quanto ao conceito de estereótipo, Hall (2016, p. 190) enfatiza que os estereótipos são capazes de reduzir “as pessoas a algumas poucas características simples e essenciais, que são representadas como fixas por natureza”. Hall (2016) ainda ressalta que a estereotipagem é uma espécie de poder de jogo. Por meio dela, classificamos as pessoas segundo uma norma e definimos os excluídos. Quanto aos perigos dos estereótipos, Hall também enfatiza:

Os estereótipos se apossam das poucas características, simples, vividas, memoráveis, facilmente compreendidas e amplamente reconhecidas sobre uma pessoa: tudo sobre ela é reduzido a esses traços que são depois exagerados e simplificados. Ou seja, a estereotipagem reduz, essencializa e fixa a diferença. A estereotipagem divide o normal e aceitável do anormal e inaceitável e depois exclui tudo que não cabe, o que é diferente (Hall, 2016, p. 191).

Homi Bhabha, em *O local da cultura* (1998), também dá ênfase aos estereótipos e ao perigo de simplificação desses. O autor pontua que os estereótipos não podem ser analisados por meio de uma visão simplista, pois o estereótipo em si é uma simplificação do colonialismo sobre os corpos dominados. Ele é uma forma fixa de representação dos negros que, ao negar o jogo da diferença (negando a existência do outro), constitui um problema para a representação do sujeito em significações de relações psíquicas e sociais.

Assim, Bhabha relaciona os estereótipos ao discurso colonial que vai apresentar como consequência direta a discriminação daqueles que são considerados diferentes pelos europeus, no caso, os negros, pois “o discurso colonial é um aparato que se apoia no reconhecimento e repúdio de diferenças raciais” (Bhabha, 1998, p. 108).

Brookshaw (1983) ressalta que em nenhum lugar o discurso estereotipado é mais evidente do que na situação de colonialismo, no qual a escravidão africana no Brasil é seu principal exemplo. Para o autor, os estereótipos foram uma forma de controle social que o colonizador usou para manter o colonizado sob o seu poder. No que se refere ao discurso colonial e sua intrínseca relação com a escravidão, o teórico ressalta que:

Os termos colonizador e nativo bem poderiam ser substituídos por senhor e escravo e nada mudaria. O colonizador é civilizado, racional, decente, religioso, culto: o nativo é bárbaro por natureza, irracional, o inimigo da decência, supersticioso, vivendo em estado de escuridão (Brookshaw, 1983, p. 10).

Dessa forma, dialogando com as ideias de Brookshaw (1983), a teórica Muñoz (2019) destaca que a fabricação da imagem do branco como modelo e do negro como subumano faz parte de um projeto que se firmou, sobretudo, com a colonização das Américas e com a necessidade de legitimar a escravidão no novo mundo. Enquanto “o branco ia se firmando no cenário internacional como modelo a ser seguido, os negros foram marginalizados, estereotipados e desprezados (Muñoz, 2019, p. 20).

Munanga, em *Negritude: usos e sentidos* (2019), destacando a relação entre estereótipos raciais e o discurso colonial, aponta que a sociedade colonial, temendo uma ruptura da ordem e do equilíbrio em seu favor, utiliza-se de mecanismos repressivos diretos (força bruta) e indiretos (estereótipos raciais). Desse modo, por meio da produção discursiva estereotipada, “todas as qualidades humanas são retiradas do negro, uma por uma. Jamais se

caracteriza um deles individualmente, isto é, de maneira diferencial. Eles são isso, todos os mesmos” (Munanga, 2019, p. 25).

Assim, por meio dos estereótipos raciais, os brancos garantiram seus privilégios e consolidaram seu poder colocando o negro no lugar fixo como o diferente, o atrasado, o imoral, conforme o conceito de fixidez no discurso colonial constituído por Bhabha:

Um aspecto importante do discurso colonial é sua dependência do conceito de fixidez. A fixidez, como signo da diferença cultural/histórica racial no discurso do colonialismo, é um modo de representação paradoxal: conota rigidez e ordem imutável como também desordem, degeneração e repetição demoníaca. Do mesmo modo, o estereótipo, que é sua principal estratégia discursiva, é uma forma de conhecimento e identificação que vacila entre o que está sempre no lugar, já conhecido e algo que deve ser ansiosamente repetido. (Bhabha, 1998, p. 103)

Para Bhabha, o discurso colonial se torna crucial para a propagação da diferença e discriminação, pois o discurso do colonizador constrói o colonizado como uma população de tipos degenerados com base em sua origem racial com o intuito de justificar a colonização. Logo, há diversas estratégias para repetir e disseminar o discurso estereotipado, sendo a literatura um desses veículos que reforçam visões distorcidas e discriminatórias sobre diferentes grupos, como é o caso dos negros no período escravocrata, como percebido no excerto seguinte:

Um dos meios utilizados por vários intelectuais brasileiros a fim de propagar suas ideias racistas foi o da literatura. É no período abolicionista, ou seja, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, que o negro é deslocado para o centro da narrativa ficcional. A literatura serviu – e serve – como um importante veículo de ideias e como instrumento na formação de identidades. (Brookshaw, 1983, p. 54)

No que diz respeito à imagem negativa do negro na literatura brasileira, Munõz (2019) salienta que ela não surgiu no texto literário de forma natural e espontânea, ela foi produzida por intelectuais que, em um determinado momento histórico, possuíam o poder material e simbólico para representar o negro como o Outro. Desse modo, as produções literárias foram uma importante aliada no processo de construção do outro.

Nesse sentido, foi no século XIX, segundo Brookshaw (1983), que começaram a aparecer no cenário literário as representações estereotipadas sobre o negro que, com algumas

modificações, são vistas até os dias atuais. Para o autor, a literatura abolicionista foi a grande precursora da criação dos estereótipos raciais na literatura brasileira e a maioria das obras pós-abolicionistas apenas consolidaram essas visões distorcidas e preconceituosas sobre o negro no texto literário.

A seguir, veremos os principais estereótipos do negro na literatura brasileira, de acordo com Brookshaw (1983), Rabassa (1965), Gomes (1988) e Sayers (1958), a fim de entendermos como, ao mesmo tempo em que a literatura tem o poder de dar voz a classes marginalizadas, ela também silencia e perpetua o olhar do dominante sob o dominado.

Castro Alves faz parte do cânone literário brasileiro e é conhecido como poeta dos escravos. É integrante da terceira geração do Romantismo, chamada Condoreira. Sua obra prima é o poema *Navio negreiro*. No entanto, observando as entrelinhas da poética castroliana, a dimensão estereotipada do negro encontra-se presente em muitos de seus escritos. Brookshaw (1983) destaca em sua obra o estereótipo do negro vítima. Neste sentido, assevera-se que: “o poeta baiano não atribui, na quase totalidade dos seus poemas sobre a escravidão, qualquer movimento de reação ou de revolta ao escravo, marcado sempre pela atitude resignada” (Proença, 2004, p. 163).

Deste modo, apesar de seus escritos serem considerados abolicionistas, “seus personagens fogem às características afrodescendentes e não têm voz” (Sayers, 1958, p. 36). A passividade e o conformismo do negro, quanto a sua situação de escravo, são notórios nesses textos, e assim como a historiografia oficial disseminou a ideia de que o negro não lutou pelo fim da escravidão, essa ideia também foi reforçada por meio dos poemas de Castro Alves, como expresso no trecho a seguir:

No poema “Navio Nегreiro”, de Castro Alves, podemos notar que não há a voz do negro, mas alguém falando sobre o negro, se comportando como uma espécie de advogado de defesa do oprimido, que assume, na literatura, um grito de revolta quanto ao processo escravagista do século XIX, tentando comover o público contra a ilegitimidade da escravidão. Porém, em nenhum momento apela, por exemplo, a Zumbi dos Palmares, que empunhe a bandeira da libertação (Proença, 2004, p. 164).

Observa-se, assim, na poética do autor, a exaltação de heróis brancos do novo mundo e o silenciamento de figuras negras importantes, como Zumbi, Negro Cosme e diversos negros anônimos que, por meio de diversas maneiras de resistências, tanto explícitas como silenciosas, lutaram pelo fim da escravidão.

O negro vítima é um estereótipo presente também no famoso romance *A Escrava Isaura*, escrito em 1875 por Bernardo Guimarães, entretanto, o estereótipo que mais sobressai nessa narrativa abolicionista é, segundo Brookshaw (1983), a do escravo nobre. Há, nessa obra, um branqueamento tanto epidérmico quanto cultural da protagonista Isaura, ou seja, uma aceitação e uma submissão ao mundo branco, a fim de ser aceita pelo leitor. De acordo com Brookshaw, “em qualquer situação na qual o escravo estava em posição de superar o branco ou de mostrar moral ou educação, então sua cor não era mencionada, ou se salientava que era branca” (Brookshaw, 1983, p. 29).

Isaura, a heroína da narrativa, é uma escrava branca. Guimarães descreve a protagonista da seguinte forma: “a tez é como o marfim do teclado, alva que não deslumbra, embaçada por uma nuance delicada, que não sabereis dizer se é leve palidez ou cor-de-rosa desmaiada” (Guimarães, 2005, p. 22). Além de ressaltar a todo momento a cor branca da escrava, o narrador destaca sua beleza. Isaura possui uma “nobre figura radiante de beleza e de angélica serenidade” (Guimarães, 2005, p. 48). Tanto suas qualidades físicas como morais são ressaltadas de forma exaustiva durante todo o romance.

Heloísa Gomes, no livro *O negro no Romantismo brasileiro* (1988), salienta que é “certo ter Isaura sangue negro, mas nada em sua figura o revela” (Gomes, 1988, p. 25). Para a autora, o narrador do romance cumula Isaura de tantas perfeições que o resultado é que quanto mais idealizada, mais preconceituosa e artificial é a descrição de sua imagem. Logo, como o texto afirma que nas veias de Isaura corre sangue africano, foi necessário compensar esse “defeito” por meio de seu endeusamento. Ainda segundo a autora, “evidentemente, a equivalência de negritude com beleza, inocência ou pureza moral era imaginável pela sociedade branca do século, a qual estava completamente condicionada ao simbolismo tradicional de branco e preto” (Gomes, 1988, p. 27).

No que se refere ao simbolismo da cor branca e preta, que colaborou para a criação do estereótipo do escravo nobre, ressalta-se que, no período escravocrata, havia uma exaltação da cor branca com todos os correlatos de beleza e pureza e o ódio à negritude que significava o oposto, ou seja, o mal, o feio etc. Desse modo, “o simbolismo positivo da cor branca e o simbolismo da cor preta estão profundamente encalcados tanto na cultura literária brasileira quanto na do velho mundo” (Brookshaw, 1983, p. 21).

Assim, enquanto há no decorrer da narrativa *A escrava Isaura* essa obsessão do autor pela cor branca, favorecendo a criação do estereótipo do escravo nobre, que vence por força

do seu branqueamento, há, em contrapartida, a presença, no texto literário brasileiro, do estereótipo do negro feio, que está ligado também à simbologia das cores, mas dessa vez à cor preta, sempre associada à feiura. Quanto a esse tipo de estereótipo, Brookshaw salienta que “o negro tendia, assim, naturalmente para a feiura, ao passo que somente os europeus podiam ser bonitos. Além disso, a mais comum das mulheres europeias era mais atraente do que a mulher negra ou mulata” (Brookshaw, 1983, p. 34).

As descrições exageradas da feiura do negro estão presentes no romance *Uma história de Quilombolas*, publicado em 1890 por Bernardo de Guimarães. Por meio dessa obra, o autor continua reforçando a ideia de que “beleza não combinava com a população negra”. (Brookshaw, 1983, p. 32). Pois enquanto Isaura é descrita como sinônimo de perfeição e beleza, devido a sua branquitude, o personagem negro Zambi é apresentado como um ser animalesco, uma figura que despertava o medo:

Era o Zambi um negro colossal e vigoroso, cuja figura sinistra e hedionda se refletia ao clarão do fogo, com as faces retalhadas, beijos vermelhos, e dentes alvos e agudos como os da onça; mas o nariz acentuado e curvo, e a vasta testa inclinada para trás revelava um espírito dotado de muito tino e perspicácia, e de extraordinária energia e resolução (Guimarães, 2006, p. 8).

Além da cor preta ser sinônimo de feiura no período oitocentista, também foi associada à maldade, assim, tem-se também na literatura, de acordo com Brookshaw (1983), o estereótipo do negro demônio, que também possui a variação do negro bandido, cruel e violento. Sendo assim, é interessante destacar que a ideologia racista do negro sempre ligado ao mal, ao crime e desprovido de todos os sentimentos bons, foi embasada pelas teorias científicas raciais que preconizavam uma suposta predisposição do negro ao crime. O estudioso Nina Rodrigues, por exemplo, procurou mostrar por meio de experimentos antropológicos e psiquiátricos não só a inferioridade do negro, como também sua relação com o crime, em seu livro *Mestiçagem, Degenerescência e Crime* (2008), como destaca Alves:

Nina Rodrigues medindo o corpo como um todo e sobretudo o crânio, acreditava ele encontrar a chave para a explicação de delinquentes e criminosos. Para identificar o estuprador media-se a genitália masculina, para identificar o criminoso media-se o nariz. Nina Rodrigues denominou seu método de “cálculo nasal”, um cálculo que levava em conta o comprimento e da largura do nariz, de modo que se o nariz apresentasse medidas desproporcionais, estava-se diante de um delinquente. E onde entra os negros nessa história? Muito simples. Que grupo étnico apresentava narizes largos e chatos? Os negros. Então, segundo o pensamento de Nina

Rodrigues, eram os negros os maiores delinquentes e criminosos (Alves, 2016, p. 133).

Desse modo, as visões racistas sobre o negro, enraizadas na sociedade, refletiram-se na literatura, levando muitos autores a representarem o negro no texto literário carregado de maldade e perversidade, reforçando assim o estereótipo do negro mal. Em contrapartida, ao mesmo tempo em que os escritores trazem os afrodescendentes simbolizando, na maioria das vezes, a maldade, os personagens brancos são descritos como bons e carregados de todos os sentimentos generosos.

Nos textos literários oitocentistas, além de prevalecerem essas imagens negativas do negro ligadas à maldade, à feiura, ao crime etc., também é uma prática bastante comum os escritores descreverem os personagens negros associando-os a animais, ou seja, destacando não seus aspectos humanos, mas desumanos, como afirma Gomes (1988), corroborando assim com o estereótipo do negro ligado a algo animalesco, bestial. Em *Tronco do ipê*, publicado em 1871, por José de Alencar, são frequentes as associações feitas entre os negros e animais: “Tição!... Tição é seu pai de você, negro cambaio e bichento que veio da Angola... Cada beijo assim! Hi, Hi (...) Cada beijo, assim como orelha de porco... Tupuru era mato... chegava a sair pelos olhos” (Alencar, 2009, p. 107).

Outro estereótipo presente na literatura é o da mulata imoral, que usa o seu corpo, o sensualismo, para obter vantagens. São vistas como mero objetos sexuais e desprovidas de todas as regras de moralidade. Entretanto, ressalta-se que “a beleza da mulher mulata foi interpretada como produtos de sua “positiva” descendência branca e não da negativa origem negra, pois quanto mais negras, mais feias, quanto menos negras mais belas” (Brookshaw, 1983, p. 46). Dessa forma, a ideologia presente na sociedade em relação à mulher negra manifestou-se no texto literário seguindo o ditado popular que Gilberto Freyre cita no livro *Casa-grande e senzala* (2003): “branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar” (Freire, 2003, p. 102).

No romance naturalista *O cortiço*, publicado em 1890, por Aluísio de Azevedo, temos o estereótipo da mulher negra feia, representada por Bertoleza, que, segundo Gomes (1988), são as anônimas negras da cozinha, desprovidas de qualquer atrativo, de qualquer marca pessoal. Entretanto, não deixam de ser usadas para o prazer sexual dos senhores, pois eram vistas por eles como “comíveis”.

No que se refere ao estereótipo da mulata imoral, Brookshaw (1983) e Sayers (1958) destacam a personagem de Azevedo, Rita baiana, também da obra *O cortiço*, que se tornou símbolo da imoralidade da mulata na literatura brasileira. Para os autores, a criação da personagem colaborou com a visão estereotipada do europeu, que via na mulata apenas um objeto de prazer. Rita baiana é descrita como:

[...] era o veneno, era o açúcar gostoso; era o sapoti mais doce que o mel e era a castanha do caju, que abre feridas com o seu azeite de fogo; ela era a cobra verde e traiçoeira, a lagarta viscosa, a muriçoca doida, que esvoaçava havia muito tempo em torno do corpo dele [Jerônimo], assanhando-lhe os desejos, acordando-lhe as fibras embambecidas pela saudade da terra, picando-lhe as artérias, para lhe cuspir dentro do sangue uma centelha daquele amor setentrional, uma nota daquela música feita de gemidos de prazer, uma larva daquela nuvem de cantáridas que zumbiam em torno da Rita Baiana e espalhavam-se pelo ar numa fosforescência afrodisíaca (Azevedo, 2017, p. 48).

Deste modo, segundo Rabassa (1965), a mulata Rita baiana é controlada inteiramente por sua própria sensualidade e capricho. Sua composição biológica domina o seu comportamento. Em vários momentos da narrativa, Azevedo enfatiza sua amoralidade e hiperssensualidade. “Mas, ninguém como a Rita; só ela, só aquele demônio, tinha o mágico segredo daqueles movimentos de cobra amaldiçoada” (Azevedo, 2017, p. 40). O narrador destaca a todo momento a provocação que a mulata demonstrava por onde passava, despertando sempre nos homens desejos sexuais. A mulata torna-se, assim, apenas um corpo-objeto.

Dessa maneira, as imagens estereotípicas da mulher negra ou mestiça no texto literário apenas reforçaram o olhar preconceituoso sobre a mulher afrodescendente no Brasil, “como se elas fossem dotadas apenas de atributos físicos e sensuais” (Rabassa, 1965, p. 257). Personagens como Rita Baiana, do citado *O cortiço*, Rosa, do romance *A escrava Isaura*, Lucinda, da obra *As Vítimas-Algozes*, consolidaram concepções dominantes racistas e machistas sobre a mulher negra que ainda hoje ecoam na sociedade e na literatura brasileira. Assim, convém mencionar:

Quanto às figurações do feminino, nas mulheres negras o protagonismo ocorre com mais frequência. É, entretanto, um protagonismo marcado, em muitos casos, pela permanência, na ante cena textual, do mesmo projeto de desumanização que subjaz à estereotipia. Ele se manifesta em construções que ressaltam, por exemplo, a sensualidade e a disponibilidade para o sexo sem compromissos ou consequências, novamente de acordo com imagens

sociais determinadas *a priori*, como a da “mulata assanhada”, entre outras. Enquanto forma de aprisionamento social e cultural, o estereótipo petrifica as identidades em figurações de face única, ralas e carregadas de univocidade. Com isto, estabelece uma linha de continuidade entre construções propriamente literárias e um imaginário social eivado de preconceitos (Duarte, 2022, p. 02).

Nesse sentido, é interessante destacar que, enquanto a mulher negra, mulata é sempre vista como imoral, acontece o mesmo com o homem negro, dando origem na literatura ao estereótipo do negro pervertido, imoral. De acordo com Brookshaw:

O estereótipo da potência sexual do negro desenvolveu-se como contraparte lógica do estereótipo da mulher negra sensual. Se a escrava negra estava tão pronta a receber o patrão branco em sua cama, então era lógico supor que o escravo negro fosse igualmente depravado (Brookshaw, 1983, p. 65).

As perversões e a imoralidade do homem negro estão presentes no romance *A carne*, publicado em 1888, por Júlio Ribeiro, em que Lenita, a heroína branca, teve seus instintos sexuais despertados pela proximidade dos escravos na fazenda de seu pai, e por seu testemunho de práticas promíscuas entre eles. Nesse sentido, Brookshaw ressalta que:

A mensagem do romance *A carne* é basicamente que a companhia dos negros não é saudável, porque eles não controlam seus instintos animais e não tendo, portanto, moralidade própria, podem provocar a destruição da vida dos brancos que a têm (Brookshaw, 1983, p. 44).

Dentre todas as representações do negro ao longo da história literária brasileira, que começou no período da escravidão por autores que se declaravam “abolicionistas”, as que mais prevaleceram nos romances brasileiros foram, segundo Brookshaw, “a imagem do negro representada pela tríade: demônio, cruel e imoral” (Brookshaw, 1983, p. 50). Essas três principais formas de representação do negro estão presentes na obra *As Vítimas-Algozes*, de Joaquim Manuel de Macedo. O autor abolicionista empenhou-se em destacar o aspecto maléfico, vingativo, perigoso e imoral do escravo, o que acabou favorecendo que essas características negativas sobressaíssem à sua “boa intenção”.

No que se refere aos estereótipos que destacamos nesse tópico, ainda é apontado que:

Originados na literatura abolicionista, nenhum desses estereótipos foi produto de uma visão melhorada do afro-brasileiro. Ao contrário, eles provêm do ressentimento fundamental de interesses escravistas perante a implacável arrancada da economia antiescravista. Mais tarde, tais estereótipos foram justificados e elaborados como resultados do contato com

teorias científicas que controlavam categorias raciais. Enquanto um bem móvel, o negro tinha sido considerado subumano. Sua entrada na literatura do século XIX impediu para sempre a solidificação desta subumanidade (Brookshaw, 1983, p. 47).

Nota-se, dessa forma, que, apesar de o negro ser apresentado aos poucos nas obras literárias, os estereótipos maioritariamente continuam os mesmos e bastante evidentes como nos séculos passados. Nos capítulos seguintes da dissertação, serão analisados e discutidos os textos *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis; e *As Vítimas-Algozes*, de Joaquim Manuel de Macedo, autores abolicionistas que trouxeram os personagens negros em sua obra, buscando analisar de que forma ambos representam o negro em sua produção literária.

CAPÍTULO 2

ABOLICIONISMOS NA LITERATURA BRASILEIRA

Visões díspares sobre a escravidão e o negro reinam na literatura brasileira. Este capítulo traz Maria Firmina dos Reis e Joaquim Manuel de Macedo, dois escritores com um tema em comum, a escravidão. Contudo, a visão que cada um tem desse problema não é uniforme. Pois, os literatos, ao abordarem a escravidão, escolheram trilhar entre dois caminhos: Joaquim Manuel de Macedo preocupa-se em atender aos interesses dos senhores escravocratas, enquanto que Maria Firmina dos Reis destoa ao pedir a abolição pensando no negro escravizado. Assim, os motivos que levaram ambos os autores a voltarem sua atenção para o escravizado, confirmam que na literatura brasileira não existiu apenas um tipo de abolicionismo, mas diversos. Evidenciaremos que as obras abolicionistas *corpus* desta pesquisa: *Úrsula* e *As Vítimas-Algozes*, transitam entre um discurso senhorial e um discurso humanitário.

2.1 A primeira voz abolicionista feminina no Brasil: O caso de Maria Firmina dos Reis

Caminhando em solo maranhense no século XIX, marcado pelo patriarcalismo, escravismo e misogenismo, encontramos “Uma maranhense”⁹ e, por meio de sua escrita, escutamos as vozes daqueles que por muito tempo tiveram seu clamor silenciado, tanto mulheres quanto negros. É sobre a primeira mulher negra a produzir um romance antiescravista no Brasil que este tópico se debruçará.

2.1.1 Fotografia

“Pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e conversação dos homens ilustrados” (Reis, 2018, p. 13). É com este prólogo do romance *Úrsula*, escrito em 1859, que daremos início à trajetória

⁹ Pseudônimo de Maria Firmina dos Reis.

intelectual da autora Maria Firmina dos Reis, mulher que estava destinada ao silêncio, mas que rompeu todas as barreiras de gênero, classe e etnia, dando lume no período oitocentista ao romance *Úrsula*, obra fundamental para a reescrita da história vista de baixo. Desse modo, a literatura então se torna capaz de abranger diversas vozes de excluídos da história, como as mulheres e os negros, tornando-se, assim, uma fonte histórica primordial para a reconstrução de uma nova história de classes marginalizadas.

Alinhando o conceito de História vista de baixo¹⁰ e a necessidade de redescobrir obras literárias de escritores negros, a discussão da obra *Úrsula* demonstra que existem vozes subalternas que podem falar. De acordo com Burke (1992), o acesso à verificação de novas fontes históricas, como as literárias, permite abranger diversas vozes de excluídos da história, como as mulheres e os negros. Por conseguinte, a obra já mencionada traz uma nova ótica sobre o negro e a escravidão pelo olhar dos de baixo. A história da escravidão é contada pelo ponto de vista do negro, e não do colonizador, contrapondo-se assim à visão do negro no cânone literário e na historiografia tradicional.

No entanto, antes de apresentarmos a autora e sua obra, percorreremos o lugar e o contexto nos quais a literata esteve inserida, a fim de entendermos as motivações que levaram Maria Firmina dos Reis a escrever a obra em questão e como tal obra se tornou uma escrita política.

No primeiro capítulo da obra, intitulado *Duas almas generosas*, Maria Firmina dos Reis, embalada pela estética romântica, nos apresenta a província do Maranhão, sua terra natal e a cidade que deu origem a seu pseudônimo, *Uma maranhense*:

São vastos e belos os nossos campos; porque inundados
pelas torrentes do inverno semelham o oceano em bonançosa
calma — branco lençol de espuma, que não ergue marulhadas ondas, nem
brame irado, ameaçando insano quebrar os
limites, que lhe marcou a onipotente mão do rei da criação.
Enrugada ligeiramente a superfície pelo manso correr da vira-
ção, frisadas as águas, aqui e ali, pelo volver rápido e fugitivo
dos peixinhos, que mudamente se afagam, e que depois desaparecem para de
novo voltarem aos campos são qual vasto

¹⁰ A História vista de baixo tem como principais representantes Edward Palmer Thompson, Christopher Hill e Natalie Zemon Davis. Refere-se a uma corrente historiográfica que se atém ao discurso do dominado. Neste caminho, a História vista de baixo usa, por exemplo, textos literários como fontes para estudar determinados momentos históricos, como é o caso da escravidão, preocupando-se, no entanto, em escrever a história a partir da visão do escravizado e não do senhor escravocrata. Nesta pesquisa destacamos que a obra *Úrsula* pode ser lida como um documento histórico que nos possibilita uma compreensão da história do regime escravista no Brasil pelo olhar dos de baixo, do dominado, ou seja, dos negros escravizados.

deserto, majestoso e grande como o espaço, sublime como o infinito (Reis, 2018, p. 27).

Ao lado desta paisagem exuberante, com terras fecundas, rios e oceanos que embelezavam e enriqueciam as terras maranhenses, aparece um pedaço da realidade brasileira que ficou oculta durante muito tempo nos textos históricos e literários do período, a escravidão. No decorrer da narrativa, a autora revela uma realidade escondida por muitos escritores do período, já que estavam mais interessados em construir uma identidade nacional e escondiam um país escravista.

Assim como no restante do Brasil, os navios negreiros também chegaram ao Maranhão, o ingresso do negro escravizado ao estado aconteceu de forma mais acentuada em 1755, com a fundação da *Companhia de Comércio Grão-Pará e Maranhão* por Marquês de Pombal, então ministro do Rei de Portugal D. João I. Os escravizados trazidos para as terras maranhenses vieram em um primeiro momento trabalhar nas fazendas de arroz e algodão, na época, principal produto de comercialização maranhense. Apesar da vinda dos escravos para as terras maranhenses ter sido considerada tardia em comparação aos outros estados brasileiros, o Maranhão tornou-se uma das regiões mais escravocratas do Brasil.

Conforme Silva (2010, p. 35):

A inserção regular de africanos no Maranhão foi tardia, pois, somente a partir da segunda metade do século XVIII “nos defrontamos com processos que já vinham sendo vividos em outras áreas do Estado do Brasil desde os séculos XVI e XVII: a montagem e funcionamento do sistema agroexportador”. E foi em meados dos Setecentos que o Ministério Pombalino implementou políticas de incentivo e de criação de companhias de comércio [...]. A partir de então, o Maranhão se transformou em uma área importante no cultivo e comércio de arroz e de algodão, o que modificou sobremaneira o perfil da região.

A criação de companhias e de comércios instituídas pelo governo Pombalino colaborou expressivamente para que houvesse significativas transformações na província maranhense, pois é por meio dessas Companhias que o Maranhão, além de se tornar a província com maior número de cativos, também se tornou a quinta maior província em importância econômica devido à entrada de um número elevado de negros africanos. Como afirma Assunção (2010, p. 69):

A escravidão africana teve no Maranhão alguns aspectos singulares. Até 1750 o número de africanos escravizados foi insignificante. A Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão obteve o monopólio do tráfico da Coroa, e trouxe 12 mil africanos para a capitania entre 1755 e 1778. Com

o subsequente desenvolvimento das fazendas de algodão e arroz, fomentado pela crescente demanda europeia por esses produtos, vieram mais 100 mil africanos, sobretudo de Guiné, Dahomey e Angola. Desta maneira, às vésperas da Independência, o Maranhão era a província brasileira com maior percentual de escravizados, 78 mil, ou 55% da população.

Ou seja, é neste cenário composto majoritariamente pela população cativa que Maria Firmina dos Reis viveu. A escravidão fazia parte da paisagem do Maranhão, estava presente em todas as áreas. Régia Agostinho (2013), na sua tese, traz inúmeros anúncios de compras, vendas e aluguéis de cativos no jornal *O publicador maranhense*, entre 1859 e 1871. Por meio desses anúncios, podemos ter um vislumbre de como a economia maranhense dependia do suor e do sangue africano. Vejamos alguns desses anúncios que a autora traz:

Quem pretende comprar uma escrava sadia, de idade de vinte e cinco anos pouco mais ou menos, que entende de serviço de casa e cozinha sofrivelmente, dirija-se a rua Formosa, n 22 que achará com quem tratar.
Maranhão, 24 de fevereiro de 1859.

Vende-se uma escrava de 18 anos, sadia e de bons costumes, que sabe lavar, engomar e fazer renda; quem a pretender queira dirigir-se ao estabelecimento de Branco, a rua grande que achará com quem tratar.
Maranhão, 11 de dezembro de 1868.

Aluga-se um escravo para serviço diário de uma casa na rua de S.João, n. 42. Afiança-se o seu bom comportamento.
Maranhão, 27 de junho de 1871

Aluga-se uma ama de Leite sem filho, na Rua Palma, n. 15.

Isso posto, no Maranhão do século XIX, encontramos negros escravizados nas fazendas de café, algodão e açúcar. Nas cidades trabalhando como escravos de aluguéis ou construindo casas, igrejas, praças, etc., mulheres negras são vistas nas funções de mucamas, amas de leite, trabalhando nas cozinhas, nas lavouras, nas cidades. Homens negros são vistos também carregando homens brancos, desempenhando o mesmo serviço de cavalos e burros. Assim, no cotidiano maranhense desse período, encontramos os cativos em diversas funções e lugares, só não os encontramos nas escolas, nas igrejas, nos postos políticos, visto que esses locais eram destinados à elite branca e escravocrata.

Destarte, ao longo da história da escravidão na província maranhense, os ciclos econômicos também foram se modificando, mas o negro continuou sendo a principal força braçal. Logo, “a escravidão foi o principal elemento de sustentação das principais economias

da província: o algodão, o arroz e a cana-de-açúcar, os escravizados tornaram-se na província de fato os pés e as mãos dos senhores” (Silva, 2013, p. 18).

Ainda segundo Silva (2013), apesar de o auge da população cativa ter ocorrido em décadas antes, por meio das *Companhia de Comércio Grão-Pará e Maranhão*, às vésperas da abolição da escravatura, o Maranhão ainda se configurava como umas das regiões com mais cativos, composta de mais de trinta mil escravizados.

Ademais, os resquícios desse passado escravocrata ainda estão presentes em todas as áreas da sociedade maranhense do século atual. Na paisagem podemos ver os grandes casarões, e muitos lugares que foram deixados pelos escravizados, como a casa de tambor de Minas, em São Luís. Na população, o sangue africano corre na maioria dos maranhenses, pois a população é formada na maior parte por pessoas que são descendentes dos povos africanos, que desembarcaram no solo maranhense a fim de enriquecerem as famílias abastadas.

Nessa perspectiva, o cotidiano da primeira mulher negra a escrever um romance afrodescendente, Maria Firmina dos Reis, era balizado pelo regime servil, e lendo sua obra podemos ter acesso a um Maranhão pouco conhecido, uma região que foi levantada pelas mãos dos negros escravizados. A autora, por meio de sua obra, não só representa o triste passado escravocrata, mas, acima de tudo, denuncia os horrores da escravidão, demonstrando uma atitude revolucionária em escrever o livro *Úrsula*, no contexto no qual estava inserida. Como afirma Lucena:

Conteúdo revolucionário para o período oitocentista, principalmente se levarmos em consideração que o Maranhão era uma das províncias mais escravocratas do Brasil, dessa forma a autora pode ser considerada uma mulher de muita coragem, por denunciar atos opressivos de muita violência brutal e psicológica nesse contexto social do século XIX (Lucena, 2012, p.18).

A autora demonstra uma atitude de coragem não só em escrever em um contexto escravista, mas também em um contexto patriarcalista e dominado pela misoginia, pois nasceu numa época em que a mulher não tinha voz, era inferiorizada, submissa ao marido, criada somente para cuidar do lar e dos filhos, impedida de estudar, trabalhar e de ter os mesmos direitos que os homens possuíam. Entretanto, mesmo com todos esses obstáculos, a escritora maranhense revolucionou, no período oitocentista, ao escrever a obra romântica *Úrsula*, numa época em que os apelos dos negros e mulheres eram silenciados e essa classe

deixada à margem da sociedade. Quanto ao exposto, veja-se o que expressa Machado (2019, p. 01):

Firmina dos Reis nasceu destinada a ocupar um espaço social muito pouco acolhedor: como mulher negra, bastarda e de família de poucas posses, ela estava destinada ao silêncio. Contra todas as expectativas, invadiu áreas altamente excludentes da sociedade patriarcal escravista maranhense.

As áreas excludentes do século XIX que a autora passou a ocupar dizem respeito ao espaço público, visto que as mulheres deste período encontravam-se majoritariamente nos espaços privados, como o lar e a igreja. Assim, os espaços públicos eram ocupados pelo sexo masculino, pois havia uma ideologia impregnada na sociedade oitocentista que disseminava que a mulher, por ser considerada inferior e um “sexo frágil”, não podia ocupar espaços e postos de destaque, pois seu lugar era ao lado do pai e, quando crescia, deveria cuidar do marido e da família.

Dessa maneira, a mulher no século XIX vivia à sombra de um patriarcalismo exacerbado. Era moldada desde pequena a cuidar do lar, tornar-se uma boa mãe e esposa. Essa classe marginalizada não participava de decisões políticas e a educação que recebiam acontecia normalmente em sua própria casa, pois as escolas eram destinadas aos homens, que eram letrados e se formavam, enquanto que, para as mulheres, não lhes restavam outra alternativa a não ser se tornarem exímias donas de casa.

Como afirma Mendes (2013, p. 27-28):

Às mulheres da primeira metade do século XIX, a instrução oferecida era quase exclusivamente voltada para a economia doméstica, não havendo espaço para o aprendizado de um ofício externo ao lar. O que diferenciaria a instrução destinada às mulheres e aos homens é o fato de que a estes o ensino visava ao desempenho de uma profissão. A mulher, como precisava ser boa mãe e esposa, para que cuidasse bem de seu marido e educasse seus filhos dentro da moral patriarcal e cristã, esperava-se apenas que fosse bem-educada e instruída de forma a desempenhar corretamente os afazeres domésticos. O homem era entendido como o provedor da família, já a mulher deveria cuidar, exclusivamente, da educação dos filhos, da economia doméstica e organizar de forma precisa o bom funcionamento do lar.

Dialogando com o excerto anterior, afirma-se que havia naquele período o pensamento misógino de que os lugares, as tarefas, etc, eram divididas por sexo, com isso as mulheres eram impedidas de ocupar espaços e executar tarefas exercidas majoritariamente pelo sexo

masculino, sobretudo “as que exigiam um vigoroso trabalho intelectual, a exemplo da política e do exercício da escrita” (Santana, 2020, p. 02).

Neste caminho, escrever no período oitocentista representa uma atitude de rebeldia contra as barreiras impostas pela sociedade patriarcalista, que excluía a mulher do exercício da escrita, visto que escrever não constava no papel do sexo feminino, porque esta atividade era destinada ao sexo masculino, detentor do conhecimento. Às mulheres, no entanto, restavam-lhes o papel pacífico de meras leitoras, quando a estas era permitido o acesso ao letramento.

Logo, o difícil acesso das mulheres à escola é um dos motivos que influenciaram para que a sua entrada no exercício das letras ocorresse há pouco tempo de uma maneira mais profícua. No cotidiano no qual Maria Firmina dos Reis esteve inserida, a cidade de Guimarães, por exemplo, segundo o autor Agenor Gomes:

Um ano antes da partida de Maria Firmina para Guimarães havia, em toda província, 39 escolas de primeiras letras da rede pública para meninos e 12 para meninas. Nesse ano de 1846, o relatório que o vice-presidente da província apresentou à Assembleia Legislativa do Maranhão registrava a matrícula de 1.453 alunos na rede pública provincial, sendo 1.237 do sexo masculino e 216 do sexo feminino. Como se constata, do total de alunos e alunas matriculados na rede pública da província, 85, 13% eram homens e apenas 14,86% mulheres (Gomes, 2022, p. 115).

Em conformidade com o excerto, esta desproporção entre o número de alunos e de alunas mostra as restrições existentes para as mulheres alcançarem a educação formal. O direito à educação, ao acesso às escolas, mesmo que aparentemente fosse estendido a todos os cidadãos, para as mulheres havia menores oportunidades para o ingresso nas escolas, devido às restrições impostas pela sociedade patriarcal. Ressalta-se que mesmo quando tinham a oportunidade de adentrarem no ambiente escolar, os conteúdos, as disciplinas que aprendiam divergiam grandemente do ensino para os homens, nas grades curriculares das escolas para meninas constava, por exemplo, “o ensino de bordados e trabalhos de agulhas” (Gomes, 2022, p. 121). Deste modo, mesmo nas escolas, as mulheres eram ensinadas a desempenhar tarefas e a ocuparem os espaços privados.

Mesmo com todas estas restrições, paulatinamente surgem mulheres que se aventuraram no exercício da escrita e mesmo timidamente começam a ocupar e a exercer funções e lugares destinados ao sexo masculino. Maria Firmina dos Reis faz parte deste pequeno número de mulheres que, inquietas com a situação de subalternidade que ocupavam

na sociedade do século XIX, usa a pena para mostrar que o exercício da escrita também poderia fazer parte das tarefas das mulheres.

2.1.2 A narrativa em movimento

“Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume” (Reis, 2018, p. 13). Pela continuação do prólogo do livro *Úrsula*, podemos inferir as dificuldades enfrentadas por uma mulher, ainda mais uma mulher negra em exercer o exercício da escrita no período oitocentista. O esquecimento de sua obra por quase um século também demonstra que o cânone literário é elitista e é balizado pelo masculino e pela cor branca.

Sendo assim, observando a historiografia literária, percebemos que as vozes de mulheres e, principalmente mulheres negras, foram silenciadas ao longo da história, pois sob essa recai, além do preconceito de gênero, o preconceito de raça. Desse modo, convém mencionar que, visitando as principais escolas literárias brasileiras, vem-nos à mente normalmente nomes de autores consagrados que representam cada escola literária. São eles que normalmente são estudados nas escolas, perpetuando o pensamento misógino de que o território da escrita era de fato destinado aos homens. Pois, decerto não temos nenhuma mulher escritora que seja símbolo de uma escola literária no Brasil.

Entretanto, por mais que a historiografia literária se detivesse a voltar sua atenção, por exemplo, para autores do século XIX, aqueles que levantaram a bandeira da abolição, dentre eles Castro Alves, com o seu poema clássico *O navio negreiro*, escrito em 1880; Bernardo Guimarães, com seu romance *A Escrava Isaura*, escrito em 1875; já em 1859 temos uma voz feminina e negra, que se levanta para denunciar os horrores do sistema escravista pelo ponto de vista do negro, Maria Firmina dos Reis, demonstrando assim que “o negro sempre falou” (Zin, 2018, p. 261).

Um episódio no dia do lançamento do livro *Úrsula*, narrado por Nascimento de Moraes Filho no livro *Maria Firmina: fragmentos de uma vida*, já deixava claro o posicionamento da escritora frente a sociedade escravista, que, ao longo do tempo, foi tirando tudo do negro, até mesmo a sua humanização, uma vez que era comum aos escravizados desempenhar os serviços de cavalos e burros.

Querendo seus familiares que fosse de palanquim (espécie de cadeira onde era preciso mão escrava para conduzi-la) receber o seu título de nomeação, recusou-se irrevogavelmente, verberando: “NEGRO NÃO É ANIMAL PARA SE ANDAR MONTADO NELE!” E foi a pé!, demonstrando assim, respeito com os seus semelhantes (Morais Filho, 1975, p. 01, grifos do autor).

Esta imposição da autora frente à sociedade escravista se reflete principalmente por meio de sua obra *Úrsula*, que estava sendo lançada naquele dia, rompendo um silêncio em torno do cativo que perdurava desde a sua chegada às terras brasileiras, pois, segundo Gomes (1988), nos primeiros séculos da história brasileira, as manifestações literárias em defesa da liberdade dos negros escravizados foram, praticamente, inexistentes. À vista disso, atualmente, além da autora ser considerada a primeira romancista negra brasileira, o livro *Úrsula* (1859) é considerado o primeiro romance de cunho abolicionista do Brasil.

Antes de falarmos sobre sua obra-prima, *Úrsula*, faremos de modo sucinto um rápido passeio pela vida e pela produção intelectual da autora maranhense para mostrarmos que, apesar das barreiras impostas pela sociedade patriarcal e escravista, a autora teve grande participação na vida intelectual da província.

A autora nasceu no Maranhão, no dia 11 de outubro de 1825. Descendente de uma família humilde, neta de escravizados, filha bastarda, a escritora desde cedo sofreu preconceito por sua classe social e principalmente por ser negra, pois nasceu numa época em que a cor da pele negra significava inferioridade.

No ano de 1830, aos cinco anos de idade, Firmina vai morar com sua tia materna, em São José dos Guimarães, município de Viamão (MA), lugar que vai viver até sua morte, em 1917. A escritora consegue, então, graças à condição financeira melhor da sua tia, estudar e ter contato com os cânones literários da época, incluindo obras do Romantismo brasileiro e do francês. O contato desde cedo com a literatura refletirá na sua vida adulta. Segundo Lobo (1993), Maria Firmina ainda teve grande apoio e influência do seu primo, Sotero dos Reis, que era escritor e gramático. Sotero a inspirará em muitos de seus escritos futuros.

Com 22 anos, Maria Firmina inicia sua carreira como professora, sendo aprovada e nomeada para ocupar a cadeira de *Instrução Primária* em Guimarães, tornando-se assim, a “primeira professora efetiva a integrar, oficialmente, os quadros do magistério maranhense” (Zin, 2016, p. 23), profissão que a autora vai exercer até o final da vida.

Uma mulher à frente de seu tempo, Firmina continuou ousando quando criou, na cidade de Guimarães, a primeira escola mista para meninos e meninas do Estado do Maranhão, causando grande polêmica na época. Segundo Zin, “essa aula mista escandalizou os círculos locais, [...] e por isto foi a professora obrigada a suspendê-la depois de dois anos e meio” (2016, p. 24).

Esta atitude da autora é considerada revolucionária para o contexto no qual esteve inserida, pois, ciente da disparidade dos conteúdos que eram ensinados para meninas e meninos no século XIX, a autora visava a uma “transformação educacional”, (Zin, 2016, p. 24) por meio da implantação de escolas mistas, que igualaria o ensino entre meninas e meninos, pois, enquanto para os meninos era ensinado conteúdos que lhe garantiam os mais altos cargos na sociedade, para as meninas, no entanto, era ensinado “leitura, com o objetivo religioso; bordado para as tarefas domésticas; piano como passatempo” (Zin, 2016, p. 24). Assim, para a professora maranhense, as meninas tinham direito também a ter acesso a conteúdos que lhe garantiriam lugar nos espaços públicos da sociedade.

Firmina, depois de 34 anos de magistério, resolve aposentar-se, mas continua dando aulas para crianças pobres, sem ganhar nada por isso. Nascimento Moraes traz no seu livro alguns depoimentos de ex-alunos da mestra régia, no qual podemos conhecer um pouco mais da Maria Firmina professora:

Mestra Maria Firmina era enérgica, falava baixo, não aplicava castigos corporais, não ralhava: aconselhava. Estudei com ela por volta de 1891, mais ou menos. Éramos meninas e meninos, na mesma sala, estudando juntos. A aula funcionava pela manhã e era em Maçarico (Moraes Filho, 1975, p. 20).

Além de atuar no magistério, a produção intelectual de Maria Firmina dos Reis é profícuca. A autora começou sua carreira na literatura em 1859, com a publicação do romance *Úrsula*. O livro foi lançado na cidade de São Luís, pela tipografia do Progresso. A obra foi lida pelos críticos da época, mais pela sua qualidade estética do que pelas temáticas abordadas, escravidão e patriarcalismo, assuntos estes silenciados no contexto da época. Com a redescoberta do livro recentemente, críticos literários como Eduardo de Assis, por exemplo, além de destacar a riqueza estética da obra firminiana, ressalta também a grandeza histórica do romance e o pioneirismo da narrativa em tratar o assunto da escravidão pela perspectiva do oprimido, do negro.

Depois da publicação da obra *Úrsula*, a imprensa maranhense, espaço comumente ocupado pelo sexo masculino, recebeu também da literata a materialização de uma cultura letrada feminina, embora a “produção de mulheres na imprensa tenham sido colocadas a margem ou mesmo tenham sido silenciadas pelos críticos e historiadores da literatura brasileira” (Zin, 2016. p. 40). Ademais, sempre indo contra os costumes vigentes da época, na juventude, a autora começa a trabalhar em jornais maranhenses, contribuindo com seus poemas, contos, crônicas, enigmas, charadas e logogrifos, assinando suas publicações com as iniciais do seu nome ou com o pseudônimo *Uma maranhense*.

Segundo Morais Filho (1975):

Em 1860, Maria Firmina colaborou em A Imprensa com uma poesia usando as iniciais M.F.R., no ano seguinte, em 1861, colabora no Publicador Maranhense; colabora assiduamente no jornal literário A VERDADEIRA MARMOTA; na antologia poética PARNASO MARANHENSE, em O Jardim das Maranhenses- jornal literário- do qual também é assídua colaboradora (Morais Filho, 1975, p. 01).

Além de *Úrsula*, a autora escreveu ainda um conto indianista intitulado *Gupeva*, os poemas de *Cantos à beira mar* (1871), e em plena efervescência do movimento abolicionista a literata publica o conto *A Escrava* (1888), voltando de forma mais incisiva à temática da escravidão, denunciando, assim, a crueldade do sistema escravista. Firmina destaca-se também como compositora, é de sua autoria o hino de libertação dos escravos. Também criou algumas canções folclóricas, exaltando a cultura maranhense, como o bumba-meu-boi.

De toda a sua produção intelectual, a obra *Úrsula* é considerada um marco nas nossas letras, pois, além de ser considerada a obra que dá origem à chamada literatura afro-brasileira, também é uma obra que documenta a sociedade escravista de seu tempo. A autora, sobretudo, usou sua obra não só para entreter, como era comum no Romantismo, mas, acima de tudo, como um instrumento de denúncia contra uma sociedade patriarcal que via no negro e na mulher seres inferiores. Assim, de acordo com Santos e Carvalho (2018):

Uma obra inaugural ao apontar o romance romântico não mais como projeto nacionalista, mas como atitude política de denúncia da escravidão negra no Brasil, do papel submisso da mulher na sociedade patriarcal e conservadora do século XIX, da exclusão da mulher e do negro e dos dramas sociais aos quais eram submetidos, enfim, Maria Firmina dos Reis afrodescendente, propõe-se a narrar, na ficção, o drama de milhares de pessoas negras e escravizadas desde o início da colonização, no século XVI, com base na história oculta da diáspora africana no Brasil (Santos e Carvalho, 2018, p. 34).

Maria Firmina dos Reis aborda a temática relacionada ao negro expondo as desigualdades do sistema colonial mediante a um discurso ideológico. Essa manifestação possibilitou a Firmina a apresentação da imagem dos escravos baseada em uma fala discordante em relação à escravidão no século XIX. Com o objetivo de combater o sistema escravocrata daquele período, ela utilizou os seus escritos para chamar a atenção dos leitores sobre a indecente e injusta submissão dos escravizados.

Firmina vale-se da representação dos negros de forma estratégica para “[...] afirmar sua identidade e a existência de uma história própria deles” (Said, 2011, p. 11). Visto que a autora põe em evidência a ascendência africana daqueles que eram oprimidos pelo patriarcalismo da época.

Dessa forma, a escritora expressa questões reflexivas que vão desde a conduta do negro até os temas voltados a sua cultura própria da África. Essas temáticas fazem do discurso de Firmina algo inovador, já que ela consegue utilizar diversas características e mostrar a respeito da figura do sujeito negro, levando em consideração sua vivência na África e suas práticas em territórios diferentes sob a tirania do sistema escravista.

Levando em consideração os aspectos compreendidos anteriormente, o negro deveria ser um atuante na sociedade brasileira, pois era visto apenas como um escravo, tendo a função meramente de servir os seus senhores. Maria Firmina elimina essa característica depreciativa e coloca uma imagem em que prevalece a história dos negros. Essa representação teria como finalidade mostrar a importância dos cativos na sociedade, indo além dos trabalhos forçados que eles exerciam e configurar na população um povo com uma história e cultura diversificada e rica.

À vista disso, Firmina quis desconstruir o modelo pejorativo do cativo, mostrando a imagem dele através da literatura. Esse interesse pode ser visto a partir de um sentimento humanitário surgido em uma época em que o negro era conhecido com característica de inferioridade diante dos seus senhores.

A escolha de mostrar os escravos de forma benevolente encaminhava-se à oposição das manifestações do sistema patriarcal, pois a escritora via o grande contraste presente entre negros e brancos, por isso em suas ideias antiescravistas “há a construção de uma subjetividade negra, reafirmando-se o aspecto político de seus posicionamentos e a busca pela liberdade em expressá-los de modo a promover uma mudança social” (Carvalho, 2018, p. 16).

A transformação social possuía o propósito de alterar o panorama no qual os escravos estavam sendo vistos e usados pela sociedade. Maria Firmina exhibe suas opiniões em relação ao contexto histórico-social no qual há uma subversão quanto à maneira de trabalhar o tema escravista em confronto com os discursos impostos no período.

É a partir da subjetividade que Firmina coloca a sua identidade como meio de retratar os negros, pois em suas obras “[...] o comportamento dos personagens, a construção de cenas e diálogos, o encadeamento de conflitos e as relações entre as personagens são marcadas pela presença de percepções próprias acerca da causa antiescravista” (Carvalho, 2018, p. 17). Essa causa adotada por ela deu uma compreensão da condição de submissão dos cativos, isso é apresentado pelos próprios negros, dando, dessa forma, a representação que eles mereciam.

É situada a questão antiescravista de maneira silenciosa, encontrando-se implicitamente apresentada para suprimir o estereótipo no qual era visto o sujeito negro, uma vez que a atuação deles eram impugnadas, sendo dessa forma vistos como escravos sem vez e voz.

Maria Firmina foi além, colocando sua expressão em relação aos negros em destaque através de seu discurso de igualdade entre brancos e negros. Ela apresenta o sujeito negro como um ser que possui história, cultura e sua própria identidade que ultrapassa apenas o relato da escravidão.

Úrsula, na sua primeira edição, não traz o nome de Maria Firmina dos Reis, pois a autora maranhense, temendo a recepção da obra pela sociedade machista da época, prefere assinar o livro com o pseudônimo *Uma maranhense*. E esse é um dos motivos que levou a autora afrodescendente a cair no esquecimento por quase um século. Somente recentemente, nos anos 60, o historiador Horácio de Almeida encontra o Romance *Úrsula* e apresenta essa importante obra ao público, que passou a conhecer o livro de Firmina, romance que teve um papel significativo na sociedade maranhense do século XIX. É sobre esse redescobrimento que o próximo subtópico tratará.

2.1.3 A cristalização da palavra

Visitando o centro da capital maranhense atualmente, encontramos na praça *Panteon* os bustos de grandes nomes da produção intelectual maranhense, como o de Sousa Andrade, Gonçalves Dias. Dentre essas figuras reconhecidas no Maranhão e no Brasil, encontra-se o

busto de Maria Firmina do Reis, a única mulher a figurar entre os grandes nomes da produção intelectual e, nele escrito, a primeira romancista brasileira.

Entretanto, até alcançar o devido reconhecimento, a autora maranhense e sua obra *Úrsula* permaneceram em um silêncio absoluto. É somente em 1975, no mesmo ano de inauguração de seu busto na capital maranhense, que a autora começa, a passos lentos, a fazer parte da história e da historiografia literária brasileira.

O ano é 1973, José Nascimento Moraes Filho, enquanto pesquisava documentos para o seu livro *Esperando a missa do galo* na capital maranhense, encontra, por acaso, vários textos e poemas de Maria Firmina dos Reis, escritora que até então não conhecia. Inquieto para descobrir quem era essa mulher que figurava entre grandes nomes da literatura brasileira, aventurou-se a desvendar esse mistério por meio de uma busca incessante. Em razão disso é que, quase cem anos depois da primeira publicação de *Úrsula*, a autora e sua obra são redescobertas por Nascimento Moraes Filho, que se tornou seu principal biógrafo. Depois de dois anos analisando documentos, livros e jornais, o autor chegou à conclusão que estava diante da primeira romancista brasileira.

De acordo com Gomes:

Com sua voz de barítono, ao sair, acompanhado de muitos amigos, da calçada, falava como em um comício, a enaltecer a mulher que, vivendo em Guimarães, tornara-se a primeira poeta e a primeira romancista do Maranhão. (Gomes, 2022, p. 290).

Entretanto, durante a pesquisa, nenhum exemplar da obra *Úrsula* foi encontrado em território maranhense. Entre a população ninguém conhecia a Maria Firmina escritora, somente a professora, apesar do grande valor estético e histórico do livro. Assim, quem também irá contribuir grandemente para este renascimento da escritora e sua obra é Horácio de Almeida, que portava o único exemplar da obra *Úrsula*, adquirido anos antes em um sebo na cidade do Rio de Janeiro. Juntamente com Nascimento, o historiador será responsável pelo resgate da autora e sua obra.

Devido às pesquisas realizadas em torno da vida e obra da autora, no ano de 1975 foi comemorado o sesquicentenário da escritora na capital maranhense e em Guimarães. Neste mesmo período, também é lançada a segunda edição da obra *Úrsula* com o prefácio de Horácio de Almeida, tudo custeado pelo governo do Maranhão. O livro *Maria Firmina dos Reis: Fragmentos de uma vida*, de Nascimento, também é lançado neste mesmo período. O

aniversário da escritora também foi marcado por várias homenagens. Seu nome é posto em ruas e escolas de São Luís e Guimarães. Passeatas e palestras em escolas são feitas com a finalidade de que a população conhecesse a primeira escritora do Brasil e, finalmente, seu busto é colocado entre considerados importantes nomes maranhenses.

À vista disso, depois dessa redescoberta da autora e sua produção intelectual por Nascimento Moraes Filho, paulatinamente começam a surgir trabalhos acadêmicos que dão destaque ao pioneirismo de Maria Firmina na literatura feminina e afro-brasileira. Seu romance é estudado sob várias perspectivas e em variadas áreas do conhecimento. O nome da autora que anteriormente não aparecia na historiografia literária começa a ser citado mesmo que de forma tímida pela crítica literária.

De acordo com Gomes (2022), onze anos após o sesquicentenário da escritora, a produção de Maria Firmina começaria a ser divulgada em Universidades da Europa. A principal porta-voz da produção intelectual da autora em solo estrangeiro é a professora brasileira Luiza Lobo, que, fazendo doutorado nos Estados Unidos, escolhe como objeto de estudo a obra *Úrsula*, destacando o pioneirismo da autora maranhense tanto na literatura quanto no tratamento destinado aos negros.

Outro grande nome, que juntamente com Luiza Lobo também contribuirá para que Maria Firmina seja reconhecida no Brasil e no exterior, é Charles Martin, que dedica um capítulo de sua tese de doutorado ao estudo da obra *Úrsula*, o professor também é responsável por escrever o prefácio da terceira edição de *Úrsula*, lançada em 1988. Segundo Zin (2003), Martin, analisando a obra firminiana, sustenta a ideia de que é o primeiro romance brasileiro a tratar da temática da escravidão e do negro escravizado com uma perspectiva compromissada.

Depois do pioneirismo de Luiza Lobo e Charles Martin no estudo acadêmico da obra firminiana, a partir da década de 90, os trabalhos acadêmicos ligados à construção da fortuna crítica de Maria Firmina dos Reis começam a germinar em várias universidades brasileiras. São artigos, ensaios, monografias, dissertações e teses que, aos poucos, foram e vão apresentando a autora maranhense, como também descortinando e denunciando um cânone literário brasileiro, patriarcalista, classista e racista.

Dentre os trabalhos do atual século, relacionados ao estudo da autora e sua obra, destacamos as pesquisas de Eduardo de Assis Duarte (2004), Algemira Mendes (2003), Jessica Catherine (2018), Régia Agostinho (2013) e Rafael Balseiro Zin (2016). São nomes

que publicaram livros, artigos e dissertações sobre a romancista e que por meio de seus trabalhos vão desvendando as várias faces da poética firminiana.

Eduardo de Assis Duarte, por exemplo, em 2009, é responsável pelo posfácio da quarta edição do livro *Úrsula*, o posfácio é intitulado *Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção brasileira*. Embora seja um escrito breve, o autor ressalta a preocupação da autora maranhense em fazer de sua obra um lugar de fala para os negros escravizados.

Fazendo um diálogo entre a História da literatura, História, História das mulheres e Teoria literária, a professora Algemira Mendes, em sua tese, realiza um estudo das obras *Úrsula* e dos romances *Angústia* (1913) e *Jeanete* (1933), da autora piauiense Amélia Carolina de Freitas Beviláqua. Analisando as “memórias, imagens e representações do estatuto da mulher no contexto sócio-político e cultural no qual as obras se inserem” (Mendes, 2003, p. 08).

Jéssica Catharine Barbosa de Carvalho, na sua dissertação intitulada *Literatura e atitude políticas: olhares sobre o feminismo e o antiescravismo na obra de Maria Firmina dos Reis* (2018), destaca como a escrita da autora foi usada como uma arma para lutar contra a sociedade patriarcalista e escravista do século XIX, dando ênfase também às várias visões que as mulheres do período oitocentista possuíam e como essa visão estão refletidas na obra *Úrsula*.

Mostrando que a história e a literatura caminham juntas, Régia Agostinho (2013), mesclando o discurso literário com o discurso histórico, traz na sua tese as representações sobre a escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX, presentes na Obra *Úrsula* e no conto *A escrava*, demonstrando assim como a autora maranhense retratou a sociedade na qual esteve inserida.

Rafael Balseiro Zin (2016), na sua dissertação intitulada *Maria Firmina dos Reis: A trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista*, faz uma análise de registros bibliográficos e de fragmentos literários extraídos da obra *Úrsula* e de outros escritos da autora, objetivando delinear os sentidos que Firmina concedeu à causa abolicionista. O pesquisador também é autor de vários artigos e livros sobre autoria negra, sempre ressaltando o pioneirismo de Firmina na literatura afro-brasileira, destacando em um de seus escritos que, se Luís Gama é considerado o pai da literatura afro-brasileira, Maria Firmina ocupa o papel da mãe, visto que, antes de 1859, não temos escritos comprometidos em retratar a triste realidade na qual a população negra estava inserida.

Assim, devido a essas e outras pesquisas que vão sendo feitas em diversos estados da federação do Brasil, “a espessa cortina de silêncio que envolveu a autora ao longo de mais um século” (Duarte, 2009, p. 265) começa lentamente a desfazer-se (abrir) e podemos ter acesso à riqueza tanto histórica como artística da obra *Úrsula*.

2.2 O abolicionismo às avessas em Joaquim Manuel de Macedo

A voz de Manuel Joaquim de Macedo, escritor do século XIX, será pautada neste tópico, buscando compreender como a produção literária do autor, principalmente em *As Vítimas-Algozes*, versam sobre o negro e a escravidão. Mostraremos como Macedo foi influenciado grandemente pelas teorias científicas raciais vigentes na época, e que, pensando no bem dos senhores de escravos, ele escreve a obra em questão, *As Vítimas-Algozes*, configurando um abolicionismo às avessas.

2.2.1 A escravidão delineada

Manuel Joaquim de Macedo foi um grande escritor do século XIX que usou a literatura para falar sobre a escravidão. Sua obra-prima é o livro que deu origem ao Romantismo brasileiro, *A moreninha*, mas foi com a obra *As Vítimas-Algozes* que o autor causou polêmica, ao lutar contra a escravidão de uma forma pouco convencional.

Joaquim Manuel de Macedo nasceu no dia 24 de junho de 1820, na freguesia de São João de Itaboraí, no Rio de Janeiro. Com 24 anos de idade, formou-se médico psiquiátrico, profissão que exerceu por pouco tempo. A sua tese de conclusão do curso de medicina teve por tema *Considerações sobre a nostalgia* e já revelava a desvalorização do autor pelos escravizados.

De acordo com Alves (2012, p. 65):

Sua tese de conclusão do curso de medicina intitulada *Considerações sobre a nostalgia*, mostra a incidência de suicídios de escravizados no Brasil. Neste trabalho, o autor desconsidera o escravizado como pessoa. Apesar de ser uma questão de saúde pública, Macedo pouco se importa com isso. Irá reprovar o ato suicida do escravo, não pensando em sua vida, mas enquanto mercadoria: essa grande incidência de suicídios traria sérias consequências para os senhores escravistas, que ficavam assim com prejuízo, por perderem tantas “mercadorias”.

Assim, observando a produção acadêmica, histórica e literária de Macedo, temos acesso a um olhar sobre o escravizado e sobre a escravidão sob o ponto de vista da Casa-Grande.

Tanto nos seus textos literários como nos seus trabalhos acadêmicos e históricos, o negro escravizado é visto como um objeto. Se no seu trabalho de conclusão de curso Macedo tenta provar que os escravizados prejudicavam seus senhores por meio dos suicídios, por meio da arte, o literato usa a pena para continuar provando que os escravizados prejudicavam seus senhores, mas agora de outras maneiras.

No mesmo ano em que se forma em Medicina, o autor publica o livro *A moreninha*, que inaugura o Romantismo no Brasil, um dos principais romances brasileiros. Com o livro, o escritor consegue o sucesso tão desejado. A obra traz todas as características da escola romântica: possui uma linguagem de fácil entendimento, a típica história de amor, as descrições dos costumes da sociedade carioca do período oitocentista, como as festas e as tradições. Com essa obra-prima, o autor fica eternizado nos cânones literários.

Logo após a publicação de *A moreninha*, Macedo se consagra como um dos escritores mais lidos de sua época e, a partir desse momento, começa a escrever constantemente, alcançando notoriedade como romancista, dramaturgo, poeta e orador. Seus escritos eram destinados às pessoas da classe média e alta da cidade do Rio de Janeiro. Tornou-se o autor da elite branca.

Além de ganhar notoriedade como escritor, Macedo destacou-se também como político, foi deputado no Rio de Janeiro por vários anos. Ocupou também o cargo de presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Foi um dos historiadores pagos pelo governo imperial e teve a missão de escrever uma história oficial do país. A historiografia da época, segundo Abreu (2013), tinha o interesse de narrar eventos políticos, grandes feitos e personalidades do passado, esquecendo-se, no entanto, da problemática da escravidão, pois esta era vista como uma mancha para a nação, e o país almejava ser exemplo de nação. Por ocupar cargos importantes na sociedade e conviver diariamente com a família imperial, tornou-se amigo íntimo do Imperador D. Pedro que lhe entregou a educação dos filhos.

Segundo Silva (2016), as obras de Macedo são divididas em duas fases. A primeira, mais romântica, compreende todas as características da escola romântica, como o enredo girando em torno de uma história de amor destinada a entreter e divertir o público, sem denunciar as injustiças da época; *A moreninha* é o romance mais famoso dessa fase. Na segunda fase, o autor já tem uma escrita mais madura, preocupado com questões políticas e sociais. Essa fase, no entanto, não agradou ao público, visto que estavam acostumados com as novelas românticas.

O romance mais famoso da segunda fase, e que causou grande polêmica na sociedade escravocrata da época, foi o livro *As Vítimas-Algozes*, publicado em 1869. Esta obra é um livro importantíssimo para se compreender a mentalidade escravista e patriarcal do século XIX, pois, embora pouco conhecido, revela um posicionamento polêmico para lutar contra a escravidão. É influenciado pelas teorias científicas raciais vigentes na época e é pensando no bem dos senhores de escravos que o autor escreve este romance de tese, pregando o fim da escravidão no Brasil.

De acordo com Vasconcelos e Romero (2016, p. 02):

O livro *As vítimas-Algozes* em sua totalidade conta histórias de escravos de confiança que traíram seus senhores, praticando roubos, assassinatos, feitiçarias, e corrompendo a moral das famílias. *As vítimas-Algozes* é, portanto, uma obra de tese, onde o autor, manipulando o imaginário do medo da classe senhorial, tenta convencer o leitor da necessidade da emancipação gradual dos escravos.

No século XIX, devido aos debates abolicionistas, o regime escravista havia se tornado uma mancha e o motivo de atraso de países que ainda utilizavam a mão de obra escrava. O Brasil era um dos últimos países resistentes à ideia da emancipação dos escravizados. Macedo, atento às ideias do seu tempo, “Não vos iludais, não vos deixes iludir, preparai-vos: a emancipação dos escravos há de realizar-se dentro de poucos anos. Está escrito”. (Macedo, 2006, p. 17) e, ciente do papel que a literatura desempenhava naquele contexto, se utiliza do texto literário como ferramenta para persuadir a elite escravocrata da necessidade de se pôr fim à escravidão.

Procuraremos esclarecer o público sobre as altas conveniências econômicas, e as santas e irrecusáveis lições que condenam a escravidão. Como, porém, é dever de cada um concorrer a seu modo, e nas suas condições, para o desenlace menos violento desse nó terrível. E servir a causa mais melindrosa e arriscada, porém indeclinável, que atualmente se oferece ao labor e a dedicação do civilismo, pagaremos o nosso tributo nas proporções da nossa pobreza, escrevendo ligeiros romances (Macedo, 2010, p. 18).

Macedo era um dos maiores defensores do emancipacionismo, “ideia que defendia a emancipação dos escravizados em troca de uma indenização aos seus senhores” (Silva, 2016, p. 10). Durante toda a narrativa de *As Vítimas-Algozes*, o autor fala da necessidade de libertar os escravizados, no entanto, essa abolição deveria ser feita de forma gradual e com direito a indenização aos senhores, visto que, se acontecesse de forma imediata, ocasionaria grandes prejuízos à classe escravocrata. Observemos o excerto:

A emancipação imediata e absoluta dos escravos, que aliás pode vir a ser um fato indeclinável e subido na hipótese de adiantamento teimoso do problema, e provocador do ressentimento do mundo, seria louco arrojo que poria em convulsão o país, em desordem descomunal e em soçobro a riqueza particular e pública, em miséria o povo, em bancarrota o Estado. A emancipação gradual iniciada pelos ventres livres das escravas, e completada por meios indiretos no correr de prazo não muito longo, e direto no fim desse prazo com indenização garantida aos senhores, é o conselho da prudência é o recurso providente dos proprietários (Macedo, 2010, p. 18).

O autor fazia parte do rol dos abolicionistas da época, mas pregava um abolicionismo às avessas. Tentou convencer os proprietários de escravos a emancipar os negros escravizados, não por razões humanitárias, e sim por questões políticas e econômicas. Macedo, no início de sua obra, diz que tinha duas opções para convencer o público, por meio de seu livro, da necessidade de se colocar um fim da escravidão no Brasil. A primeira delas seria a de expor a miséria dos escravizados, falando de seus inúmeros sofrimentos. A segunda seria a de mostrar os vícios e as maldades dos escravizados contra os escravocratas. Ele optou pela segunda opção, persuadindo os senhores escravocratas pelo imaginário do medo, afirmando, em sua obra, que estes deveriam libertar seus cativos, pois o escravizado fazia mal às famílias brasileiras. Os maiores beneficiados com o fim da escravidão seriam os próprios senhores escravocratas. Observemos:

Seguindo dois caminhos opostos, chega-se ao ponto que temos fitado, à reprovação profunda que deve inspirar a escravidão. Um desses caminhos se estende por entre as misérias tristíssimas, e os incalculáveis sofrimentos dos escravos, por essa vida de amargura sem termo, de árido deserto sem um oásis, de inferno perpétuo no mundo da escravidão. É o quadro do mal que o senhor ainda sem querer, faz ao escravo. O outro mostra aos seus vícios ignóbeis, a perversão, os ódios, os ferozes instintos dos escravos, inimigo natural e rancoroso do seu senhor, os miasmas, deixei-nos dizer assim, a sífilis moral da escravidão infeccionando a casa, a fazenda, a família dos senhores e a sua raiva concentrada, mas sempre em conspiração latente atentando contra a fortuna, a vida e a honra de seus incôscios opressores. É o quadro que o escravo faz de assentado propósito ou às vezes involuntária e irrefletidamente ao senhor. Preferimos esses segundo; é o que mais convém ao nosso empenho (Macedo, 2010, p. 13 e 14).

Joaquim Manuel de Macedo direcionou sua obra aos senhores escravocratas para que eles pudessem refletir sobre as histórias “verdadeiras” que seriam contadas. Ele afirma, já no início do livro, que as histórias que seriam narradas eram as dos escravos de suas casas e fazendas. No prefácio do livro, ele adverte que “estas histórias veracíssimas foram de ontem e

serão de amanhã, enquanto tiverdes escravos” (Macedo, 2010, p 17). É pelo imaginário do medo que Macedo vai tentar convencer os senhores de escravos a banirem a escravidão. Já no início do romance, o autor deixa clara a sua intenção ao montar os seus quadros da escravidão. Vejamos:

Trabalhar no sentido de tornar bem manifesta e clara a torpeza da escravidão, sua influência malvada, suas deformidades morais e congênicas, seus instintos ruins, seu horror, seus perigos, sua ação infernal, é também contribuir para condená-la e para fazer mais suave e simpática a ideia da emancipação que a aniquila (Macedo, 2010, p. 19).

Assim, o objetivo do romance era mostrar aos senhores escravocratas os males que os escravizados ocasionavam aos seus senhores e a necessidade de se pôr fim à escravidão. Para conseguir seu objetivo, Joaquim Manuel traz na figura do escravo um ser diabólico, cheio de vícios, vingativo, que a qualquer momento irá revoltar-se contra os seus donos, montando assim os seus quadros de escravidão:

Queremos agora contar-vos em alguns romances histórias verdadeiras que todos vós já sabeis, sendo certo que em já saberdes é que pode consistir o único merecimento que porventura tenha esse trabalho; porque na vossa ciência e na vossa consciência se há de firmar as verdades que vamos dizer. Serão romances sem atavios, contos em fantasias poéticas, tristes histórias passadas a nossos olhos, e a que não poderá negar-se o vosso testemunho (Macedo, 2010, p. 15).

As histórias apresentadas trazem os escravizados nos papéis de algozes, enquanto que os senhores são retratados como seres benevolentes e que escravizam sem querer, “É o quadro do mal que o senhor ainda sem querer, faz ao escravo”. (Macedo, 2010, p. 19). Sob a ótica do escritor, o mal, portanto, não é escravizar, mas sim conviver diariamente com os negros escravizados, pois estes eram possuidores dos piores vícios que infeccionavam, deturpavam e corroíam a sociedade escravista. “A escravidão é um mal enorme que afeia, infecciona, avilta deturpa e corrói a nossa sociedade” (Macedo, 2010, p. 15).

O autor sustenta a tese de que, embora a escravidão tenha beneficiado economicamente o país, por outro lado ela prejudicava de outras formas, é como se fosse uma moeda com dois lados opostos, enquanto enriquecia-se, também o regime escravista seria o motivo de toda a degradação do país e motivo de atraso do Brasil. Vejamos:

Não se extirpa o cancro sem dor. A escravidão, que é cancro social, abuso inveterado que entrou em nossos costumes, árvore venenosa plantada no

Brasil pelos primeiros colonizadores, doente de desmoralização, de vícios e de crimes, é também ainda assim instrumento de riqueza agrícola, manancial do trabalho dos campos, dependência de inumeráveis interesses, imenso capital que representa a fortuna de milhares de proprietários, e portanto a escravidão para ser abolida fará em seus últimos arrancos de mostro cruelíssima despedida (Macedo, 2010, p. 17).

Logo, a obra *As Vítimas-Algozes*, escrita dezenove anos antes da abolição da escravatura, é uma obra de convencimento que conduz o leitor a pensar não só nos benefícios da escravidão, mas, sobretudo, nos seus malefícios. A tese elaborada pelo autor reflete as opiniões divergentes dos abolicionistas ao se combater a escravidão. Se por um lado pensava-se no negro escravizado, na maioria das vezes, as discussões antiescravistas eram impregnadas de um discurso senhorial, preocupando-se tão somente com os interesses dos senhores escravocratas, colocando-os no lugar de vítimas de um sistema cruel. As inversões de papéis no romance macediano deixam transparecer mais uma vez o perigo de uma história única, tanto no texto historiográfico, quanto no texto literário. A escravidão pela ótica do romancista perde seu caráter cruel, transformando-se em um incômodo não para os negros escravizados, mas para seus opressores.

2.2.2 Ecos no ladrilho

Depois de vermos qual caminho Macedo escolheu trilhar para pedir o fim da escravidão, veremos agora quais ideias vigentes na época colaboraram para que o autor escolhesse andar por esse caminho e não por outro. Caminhando juntamente com o escritor, escutamos os ecos das teorias raciais, são elas que estarão presentes em todo o percurso que o literato fará, desde a escolha do caminho até a maneira que o autor vai nos apresentando seus personagens negros e brancos no decorrer desse caminho.

A ideia de raça surge no século XV, quando o mundo europeu se depara com o outro, devido às expansões. Com isso, o europeu precisa explicar as diferenças, aquilo que ele não entende. Nesse período surge a primeira explicação de raça que vem de uma base bíblica, ou seja, os europeus usam a sua religião para explicar o outro. O grande motivo dessa diferença de raça vem da história de Noé. Uma história da bíblia foi usada para justificar a escravização dos africanos.

Segundo a Bíblia, Cam, Sem e Jafé, filhos de Noé, desceram da arca para povoar a terra. Certo dia, Cam encontrou o seu pai totalmente embriagado e despido. Por ver o pai

naquela situação, começou a zombar dele e, com isso, foi amaldiçoado por Noé, tornando-se escravo de seus irmãos. A maldição passou para os descendentes de Cam, que passaram a ser sempre tratados como “raça inferior” por todos os outros povos. Logo, para se justificar a escravidão, os europeus associaram essa passagem bíblica ao cativeiro dos negros africanos, que seriam descendentes de Cam. Portanto, raça inferior, amaldiçoados e propensos à escravidão.

Entretanto, com o avanço da razão, com o Iluminismo, a explicação da inferioridade dos negros em relação aos brancos não poderia mais se sustentar por meio da religião. Com isso, os europeus começam a explicar o diferente por meio do conceito de raça, que vai ser extraído de uma classificação biológica.

Para Munanga (2004), não existe problema em você dividir, classificar, buscar ver a diferença. Para o autor, a ideia de buscar a diferença é parte constitutiva da experiência humana. O problema não é falar que o branco é diferente do negro, o problema é hierarquizar, dizer que o branco é superior ao negro. Assim, o problema não foi a ciência no começo classificar as espécies humanas, o problema começou quando essa classificação determinou hierarquias, superioridades e inferioridades. Quando os europeus se apropriaram do conceito biológico de raça, eles estabeleceram uma hierarquia, e se colocaram no topo dessa hierarquia. O diferente para o Ocidente transformou-se em sinônimo de inferior. Tudo que foi visto como diferente pelos brancos foi colocado numa posição de inferioridade. Com isso, justifica-se a escravidão, pois o racismo,

era a fórmula preciosa para justificar o domínio branco sobre o resto do mundo: se as outras raças eram biologicamente inferiores, se eram incapazes de atingir os valores mais elevados da civilização, só poderiam sobreviver como as massas trabalhadoras submetidas aos brancos (Leite, 1992, p. 131).

Ou seja, a escravidão moderna tornou-se uma naturalização, diferenciando-se da escravidão antiga, que era uma condição. Como o negro foi visto como inferior ao branco, tanto biologicamente, moralmente e culturalmente, escravizava-se justificando-se esse ato afirmando que era um mal necessário, pois os negros seriam civilizados pelos europeus que eram vistos como um padrão a ser seguido, pois eram “brancos, alfabetizados em línguas europeias, cristão, símbolo do progresso” (Munanga, 2004, p. 20). Assim, o conceito de raça é usado de forma estratégica para ocultar toda a violência inerente ao sistema escravista.

Para Munanga, raça é um conceito ideológico, pois visa a naturalizar uma relação econômica de exploração, de submissão e de dominação. Desse modo, o objetivo dos

europeus não era civilizar os negros e sim interesses econômicos, políticos e sociais. Um projeto de violência e exploração econômica é visto como um projeto civilizatório. A raciologia se transformou em uma ideologia colonialista para legitimar e para justificar o colonialismo e o escravismo.

Foi na segunda metade do século XIX que o racismo científico teve o seu grande desenvolvimento. As principais teorias raciais foram gestadas na Europa e se disseminaram rapidamente nos outros continentes, ganhando vários adeptos, que faziam parte do grupo dominante, sendo que estes buscavam manter sua posição de superioridade na pirâmide social. Dentre as principais teorias que tentaram provar de forma científica que existiam raças inferiores e superiores, raças atrasadas e evoluídas, destacam-se o Darwinismo social, o Determinismo racial e a teoria do branqueamento. São os autores dessas teorias, juntamente com os seus discípulos, conhecidos como “homens da ciência”, que usam os negros como objetos de estudos e dão origem ao racismo, como ainda conhecemos hoje. Como afirma Schwarcz:

Negros, africanos, trabalhadores escravos e ex-escravos “classes perigosas” transformam-se em objetos da ciência. Era a partir da ciência que se reconheciam diferenças e se determinavam inferioridades (Schwarcz, 1993, p. 28).

Observa-se que os intelectuais usavam a ciência não só para destacar as diferenças entre os brancos e negros, mas, acima de tudo, para enfatizar qual grupo era inferior e superior. O Darwinismo social, partindo equivocadamente da teoria Evolucionista de Charles Darwin, pregava que a raça branca era a mais evoluída, preconizava que a humanidade estava dividida em raças superiores e raças inferiores, colocava a raça ariana, ou seja, a branca, no topo de uma hierarquia, enquanto a raça etíope, ou seja, a negra, ocupava a base dessa pirâmide devido às suas características físicas. Segundo essa teoria, como a raça branca era a mais evoluída, a mais civilizada, ela teria, portanto, a missão de civilizar as demais raças. Por meio dessa teoria, a escravidão ganha uma roupagem de paternalismo, escravizava-se porque fazia bem para os negros, visto que o contato com a raça branca os tornaria civilizados.

O determinismo racial, por sua vez, baseado também na teoria de Darwin, chega à conclusão que pelas características físicas de uma pessoa pode se saber quem ela será. Assim, a cor da pele determina se um indivíduo é inteligente, civilizado, de boa índole. É por meio principalmente dessa teoria que ficará enraizado na sociedade a ideia que o negro tem

propensão para o crime, devido aos seus caracteres físicos, pois a cor negra é associada à maldade. De acordo com Cesare Lombroso (1885–1909), principal representante dessa teoria, em sua obra *O homem delinquente* (2007), o fenotípico é o espelho da alma, ou seja, daria para se conhecer um criminoso antes mesmo deste praticar um crime, somente observando a qual raça a pessoa pertencia. Por meio do determinismo racial se disseminou a ideia de que “as aptidões de negros e brancos eram diferentes, brancos eram mais propensos à intelectualidade, à bondade, à moralidade e à civilidade, ao passo que negros eram animais escuros, imorais, criminosos e pouco inteligentes” (Nobrega, 2019, p. 69).

Como o Darwinismo social colocou o negro na base de uma hierarquia racial, e o determinismo racial determinou este lugar de subalternidade devido às características biológicas dos negros, deu-se então origem à teoria do branqueamento, pois, se o negro era considerado uma raça inferior e propenso a praticar o mal, este não deveria misturar-se geneticamente com o branco, pois esta mistura ocasionaria uma degeneração. Por meio dos estudos de Gobineau (*apud* Schwarcz, 1993), a miscigenação é vista neste período como algo ruim para o desenvolvimento das raças, pois, como a criminalidade, a imoralidade, e a incivilidade estavam na genética do negro, este deveria manter-se longe dos brancos, pois contaminariam e degenerariam uma raça vista como pura e superior. De acordo com Brookshaw (1983),

A respeito de raça, os darwinistas sociais a consideravam um fator primordial de desenvolvimento: Os países da Europa eram industrialmente poderosos porque eram racialmente superiores, enquanto o Brasil com sua vasta população negra e mista estava destinado ao subdesenvolvimento, a menos que pudesse purificar-se em termos étnicos. Foi desta ideia que emergiu o conceito de retorno à cor branca, que se tornou a política oficial da República velha (Brookshaw, 1983, p. 40).

É por meio desse pensamento que no Brasil, por exemplo, adota-se políticas de branqueamento, por meio da vinda de europeus para a substituição da mão de obra escrava. Ou seja, a luta de muitos pela abolição revela mais uma tentativa de livrar-se do sangue dos negros, de sua má influência do que uma atitude humanitária.

As teorias raciais foram bem recebidas no contexto brasileiro. No livro *O espetáculo das raças* (1993), a historiadora Lília Moritz Schwarcz mostra como as ideias do racismo científico estiveram presentes nos vários setores importantes da sociedade brasileira oitocentista, moldando a mentalidade da população. Dentre esses setores, a autora destaca os

museus etnográficos, os institutos históricos e geográficos, as faculdades de direitos e medicina. São esses setores que usarão o negro como objeto de estudo, tentando provar, de forma científica, que este era inferior ao branco em todas as áreas. De acordo com a autora:

Raça é um dado científico e comparativo para os museus; transforma-se em fala oficial nos institutos históricos; é um conceito que define a particularidade da nação para os homens de lei, um índice tenebroso na visão dos médicos. O que se percebe é como determinados contextos reelaboram-se símbolos disponíveis dando um uso original. Se a diferença já existia, é nesse momento que é adjetivada (Schwarcz, 1993, p. 242).

Neste caminho, a intelectualidade brasileira importa as teorias raciais europeias para reforçar ainda mais as diferenças sociais. Pois, segundo a autora, as teorias raciais adotadas no Brasil não foram “frutos da sorte”, mas introduzidas de forma crítica e seletiva, como instrumento de respaldo conservador e autoritário sobre as hierarquias sociais já fortemente constituídas no país. Os principais “homens da ciência” que colocam os negros nesse papel de subalternidade eram: Manoel de Oliveira Lima, do IAGP; Joaquim Manuel de Macedo, do IHGN; Francisco José de Oliveira Viana, do IHGN; Tobias Barreto, da Faculdade de Direito de Recife; Silvio Romero, da Faculdade de Direito de Recife; João Baptista Lacerda, do Museu Nacional; Raimundo Nina Rodrigues, da Faculdade de Medicina da Bahia; Euclides da Cunha, do IHGB; Edgard Roquete Pinto, do Museu Nacional; Herman Von Ihering, do Museu Paulista; Oswaldo Cruz, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; Miguel Pereira, da Academia de Medicina do Brasil; A. A. de Azevedo Sodré, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Os estabelecimentos de pesquisas e estudos da época tiveram como missão “representar uma solução original aos problemas e ao destino do Brasil”. (Schwarcz, 1993, p. 53). É por meio dos estudiosos destes estabelecimentos que se chega à conclusão que o negro era o principal problema de atraso do Brasil. Historiadores, médicos, juristas, bitolados de preconceitos contra o negro o elegem como o verdadeiro vilão da sociedade brasileira, que, por ser incivilizado, imoral, propenso ao crime, degrada tanto biologicamente como socialmente a sociedade brasileira.

O discurso raciológico se expressa também na literatura brasileira do século XIX. Enquanto os “homens da ciência” elegem o negro como objeto de estudo, os “homens das letras”, por sua vez, almejando um certo objetivismo para o texto literário, fazem uso das teorias científicas vigentes na época, representando seus personagens de acordo com o que a

raciologia preconizava. Esses romances são chamados de romances científicos e fazem parte do Naturalismo, escola literária que tem como principal característica o uso de correntes científicas europeias como matéria-prima na elaboração de enredos literários. É, portanto, por meio do texto literário que as ideias do racismo científico se aflorarão. Pois, de acordo com Schwarcz:

Com efeito, a moda cientificista entra no país por meio da literatura e não da ciência mais diretamente. Os personagens serão condicionados pelas máximas deterministas, os enredos terão seu conteúdo determinados pelos princípios de Darwin e Spencer, ou pelas conclusões pessimistas das teorias científicas raciais da época. Essa é a época em que a ciência serve de rótulo ao literato. Os modelos e teorias ganharam larga divulgação por meio dos personagens e enredos dessa literatura que pareciam guardar mais respeito as máximas científicas evolutivas do que a imaginação do autor (Schwarcz, 1993, p. 32).

Neste percurso, a literatura brasileira também faz uso das teorias científicas europeias para fazer um contraponto entre o negro e o europeu, colocando o homem branco como dotado de características físicas, morais e intelectuais, enquanto que o negro careceria de todas estas características. Por meio do texto literário, tenta-se também explicar o suposto atraso do Brasil, colocando-se o sujeito negro no papel de principal motivo desse atraso no país. O texto literário naturalista serve, portanto, como instrumento que reforça as diferenças sociais.

Brookshaw (1983) revela que a justificativa para o preconceito contra o negro recebeu um grande impulso dos naturalistas, pois foi na escola naturalista que as diferenças entre negros e brancos foram mais acentuadas. O interesse do Naturalismo em descrever clinicamente a interação de diferentes camadas sociais como determinadas por forças naturais parecia corresponder às necessidades dos escritores brasileiros, então preocupados com ideias relativas à hereditariedade racial e aos efeitos do ambiente natural no comportamento humano. O Naturalismo faz principalmente um estudo clínico do negro, por meio do qual sua inferioridade e sua bestialidade é demonstrada na liberdade de descrições.

Escrita no século XIX, a obra *As Vítimas-Algozes* nasce em um período em que o racismo científico é usado para justificar as hierarquias raciais. Os preconceitos racionais, juntamente com a construção de imagens estereotipadas dos negros escravizados, permeiam as páginas do romance e evidenciam por meio da literatura a superioridade do branco sobre o negro. As diferenças físicas, culturais e morais entre os personagens negros e brancos

sobressaem no decorrer do romance. Esse processo comparativo demonstra a supremacia do branco, comprovando a influência da mentalidade racista no texto macediano.

Dessa maneira, o romance *As Vítimas-Algozes*, de forma implícita e explícita contém vários aspectos que se coadunam com uma concepção naturalista. Numa análise mais atenta que se fará no capítulo III, demonstraremos como as máximas do racismo científico permeiam todo o romance, fazendo com que na elaboração dos personagens e enredo sobressaia uma mentalidade contaminada por preconceitos racionais.

CAPÍTULO III

SUJEITO OU OBJETO? A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO EM ÚRSULA E AS VÍTIMAS-ALGOZES

O Capítulo III é o momento da análise verticalizada – de base comparativista. Nele é investigado como o negro é representado na *corpora* desta pesquisa. Percebe-se, a partir de pontos específicos entre as obras analisadas, que o negro transita entre as condições de sujeito ou objeto. Posto isso, destaca-se que os autores, embora sejam considerados abolicionistas, têm percepções diferentes sobre o negro. O capítulo utiliza como embasamento teórico os pensamentos de David Brookshaw (1983), Kabenlege Munanga (2019), Tania Carvalhal (2006), entre outros. O tópico a seguir inicia a discussão sobre as relações entre textos.

3.1 Primeiros passos: entre textos, há comparação

O exercício da comparação faz parte da natureza humana, o homem sempre teve a necessidade de comparar, a todo momento de forma consciente ou não, o ser humano em tudo que faz, vê ou escuta está constantemente comparando. Escuta uma música e logo já compara com outra, assiste um filme e logo lhe remete a outro, lê um romance e a sua mente o leva a buscar analogias e diferenças com leituras anteriores. “A comparação é um procedimento integrante do pensamento humano” (Carvalhal, 2006, p. 07).

A partir disso, verifica-se que a prática da comparação esteve presente desde sempre nas várias áreas do saber, contagiando assim a literatura. Entretanto, o termo literatura comparada, embora seja muito presente no meio acadêmico, desde seus primórdios, ainda é muito impreciso tanto pela natureza da disciplina, mas, sobretudo, pela falta de conhecimento das pessoas. O que é literatura comparada, qual o seu objeto e método, são discussões que ao longo da história inquietaram vários estudiosos.

A literatura comparada não é precisamente uma teoria crítica, mas é uma grande escola metodológica que de um certo modo vai orientar uma série de outras teorias criadas a partir das ideias defendidas por essa escola. O nome literatura comparada é recorrente na academia e existe uma série de programas de pós-graduação no Brasil como a USP, a UFMG, entre outros, e o maior congresso de Letras realizado no Brasil é organizado por uma

associação de literatura comparada que é a ABRALIC (Associação brasileira de literatura comparada).

Observa-se que o nome das teorias científicas é muito significativo, porque de um certo modo ele sintetiza a natureza e as ideias centrais que se pretende abordar com cada corrente literária, o Formalismo estuda as formas, o Estruturalismo as estruturas, o mesmo acontece com a grande corrente literária chamada literatura comparada, pois os dois termos que formam o título dará um direcionamento muito forte para definição do que seja literatura comparada, isso no entanto, é uma grande qualidade, mas também um grande defeito. “Aos poucos torna-se mais claro que literatura comparada não pode ser entendida apenas como sinônimo de comparação” (Carvalho, 2006, p. 07).

A origem da literatura comparada é muito discutida, mas observa-se, segundo os estudos de alguns teóricos como Nitrini (2010), Carvalho (2006), que ela é muito antiga, pois é feita desde épocas muito remotas e, devido ser uma prática antiga comparar textos, sua definição foi sofrendo alterações de acordo com cada contexto.

Nota-se que a definição do que venha a ser realmente literatura comparada ainda é bem polêmica nos dias atuais, literatura comparada, a princípio, como o próprio título sugere, trata-se do exercício da comparação, mas o grande debate desde seus primórdios é que a maioria das pessoas pensam que fazer literatura comparada é só comparar duas obras, normalmente você encontra um elemento mediador e, a partir daí, tenta estabelecer algum tipo de comparação entre as obras, por exemplo, a morte em Ferreira Gullar e João Cabral de Melo, o amor em Cecília Meireles e Clarice Lispector, a seca em *Vidas Secas* e o *Quinze*, todavia esse tipo de estudo é o menos recorrente e menos produtivo que se faz hoje, o menos interessante. Quanto aos trabalhos classificados como “estudos literários comparados” Carvalho (2006) enfatiza que:

Paralelamente a um denso bloco de trabalhos que examinam a migração de temas, motivos e mitos nas diversas literaturas, ou buscam referências de fontes e sinais de influências, encontramos outros que comparam obras pertencentes a um mesmo sistema literário ou investigam processos de estruturação das obras. A diversidade desses estudos acentua a complexidade da questão. Além disso, a dificuldade de chegarmos a um consenso sobre a natureza da literatura comparada, seus objetivos e métodos, cresce com a leitura de manuais sobre o assunto, pois neles encontramos grande divergência de noções e de orientações metodológicas (Carvalho, 2006, p. 06).

Segundo Nitrini (2010), Carvalhal (2006), Coutinho e Carvalhal (2011), na literatura comparada destacam-se três momentos: a fase dos estudos das influências, a fase das explicações das origens, a fase dos estudos relacionais.

A fase dos estudos das influências ainda é muito determinante hoje em relação ao nome da disciplina na literatura comparada. A literatura comparada surge com a necessidade de explicar a formação das literaturas romanas a partir do modelo grego. Essa fase buscava saber qual era a influência de uma literatura sobre outra, você tem duas obras e procura-se saber como a obra A influenciou na obra B.

A segunda fase coincide com o período do romantismo, é a fase da busca das origens. O romantismo é marcado pela subjetividade, sentimento nacionalista predominante, patriotismo, então é natural esse interesse em saber de onde vem as literaturas e uma vez descoberta a origem, houve uma espécie de supervalorização da obra original. Nessa fase, o preconceito predominou porque disseminou-se que uma literatura era melhor do que a outra, uma literatura influencia as outras, e as outras que são influenciadas eram vistas como inferiores. Essa realidade diz respeito ao quadro francês.

A última fase diz respeito ao século 20, fase dos estudos relacionais. A ideia de aproximar dois textos era bem comum, a literatura comparada sempre foi o estudo de dois textos literários, mas nessa fase há um acréscimo de saberes de outros campos para uma maior ampliação para se fazer comparação entre obras. A literatura está ligada ao mundo, ela precisa dele para existir, até então essa relação com elementos externos não era bem aproveitada, era uma leitura muito presa a materialidade do texto, a estrutura da obra, nessa fase o campo de estudo é mais abrangente. Mas se foi positivo por um lado, foi negativo por outro, pois alguns críticos se prenderam muito ao externo e esqueceram do interno.

Segundo Carvalhal (2006), a origem da literatura comparada está ligada ao pensamento cosmopolita que vigorou no século XIX, pois nessa época foi predominante nas ciências biológicas a comparação de estruturas ou fenômenos semelhantes, objetivando-se descobrir leis gerais. No entanto, o termo comparar já era utilizado desde a idade média, com o uso nas comparações de outras disciplinas do saber. Mas, é somente no século XIX, depois de ser amplamente utilizado em outras áreas do saber é que a comparação se transfere para os estudos de literatura por uma espécie de contágio.

Depois do contágio do termo “comparar” com a literatura, é na França que a nomenclatura literatura comparada irá se firmar. É no contexto francês do século XIX que vão

surgir várias obras que versam sobre a literatura comparada. Dentre essas obras que são a gênese da literatura comparada na França, pode-se destacar, segundo Nitrini (2010), os autores Noël e Láplice, que publicaram uma antologia em 1816, com o título: Curso de literatura comparada, entretanto não houve a preocupação de comparar os textos da coletânea. Abel François Villemain, com sua obra Panorama da Literatura francesa do século XVIII, preocupou-se em disseminar a expressão literatura comparada, ao lado dessa expressão, Villemain também usou as nomenclaturas *panoramas comparados*, *estudos comparados* e *história comparada*.

Nesse sentido, depois do surgimento, no contexto francês, de obras que versavam sobre a literatura comparada, a França vai influenciar grandemente outros países que vão adotar a mesma nomenclatura utilizada no território francês, “literatura comparada”, e assim surgiram várias obras como na Alemanha, sendo o precursor Moriz Carriere, a Inglaterra com Hutcheson Macaulay, na Itália, De Sanctis, em Portugal seu precursor é Teófilo Braga.

Dessa forma, a literatura comparada, depois de seu início na França e expansão em outros países, com a necessidade de formulá-la, muitos críticos teceram polêmicas quanto aos processos que configuram o seu objeto e método. Desse modo, nas tramas das indagações necessárias à consolidação da disciplina, alguns estudiosos desenvolveram suas teorias diante da pergunta que inquieta até hoje: o que é literatura comparada? Qual o seu objeto e método? Diante dessas questões, teóricos como Paul Van Tieghem se destacou no que se refere aos manuais da “escola” francesa. René Wellek, por sua vez, foi o principal marco teórico da escola americana, e crítico ferrenho de Tieghem. Juntamente a esses estudiosos, ressalta-se o nome de Henry Remak, teórico da escola norte americana. Quanto à definição das chamadas escolas que esses grandes teóricos representavam, Carvalhal (2006) enfatiza que:

A denominação "escolas" começou justamente a ser empregada quando René Wellek se opôs ao historicismo dominante nos estudos comparados dos mestres franceses, sugerindo uma cisão entre a suposta "escola" francesa e outra, norte-americana. O emprego do termo, portanto, sugere a formação de dois blocos radicalmente diferentes. No entanto, a incompatibilidade entre eles não é tão grande quanto se poderia supor (Carvalhal, 2006, p. 14, grifos da autora).

Paul Van Tieghem é o principal representante da escola francesa, para ele, o objeto da literatura comparada é o estudo das diversas literaturas com suas relações correspondentes,

para esse teórico, o papel do comparativista limitava-se somente “à pesquisa de fatos comuns a duas literaturas parecidas” (Carvalho, 2006, p. 18). Ele insistirá na busca de fontes e influências, preocupando-se restritivamente com os casos de imitações e empréstimos, esquecendo-se de fatos primordiais em uma análise comparatista como suscitar atitudes críticas, sem jamais chegar a análise da obra em sua totalidade, sua metodologia influenciou grandemente outros países, visto que a França era tida como um modelo a ser seguido.

O conceito de literatura comparada e literatura geral sempre foi muito discutido ao longo da história da literatura, Paul Van Tieghem em seus posicionamentos teóricos distingue ambas; para ele a literatura comparada é diferente da literatura geral, pois a primeira é uma “análise preparatória aos trabalhos de literatura geral” (Carvalho, 2006, p. 18). Segundo o estudioso, a literatura comparada é responsável por estudos de duas literaturas e a literatura geral preocupa-se em estudar várias literaturas. Além de fazer essa diferenciação, segundo Nitrini (2010), o autor baseia sua teoria em três elementos: o emissor, o receptor e o transmissor. Para o exercício da comparação, Paul Van Tieghem reforça que o comparativista deve levar em conta um fator primordial para ele: a vida do autor.

Contudo, o principal opositor à escola francesa e principalmente a Paul Van Tieghem, foi o estudioso da escola americana, René Wellek, que critica grandemente o teórico francês de fazer distinção entre literatura comparada e literatura geral, quanto ao método da literatura comparada francesa o autor enfatiza que:

Para ele a literatura comparada tinha se limitado, até então a estudar mecanicamente as fontes e influências, as relações de fatos, fortuna, a reputação ou acolhida reservada a um escritor ou a uma obra e as causas e as consequências deterministas das produções literárias, sem nunca se ter preocupado em desvendar o que tais relações supõem ou poderiam mostrar no âmbito de um fenômeno literário mais geral, a não ser mostrar o fato de que um escritor leu ou conheceu de outro escritor (Nitrini, 2010, p. 34).

Assim, Wellek vai criticar grandemente a denominada “caça” de fontes e influências, prática comum dos comparativistas franceses, distanciando-se de uma atividade crítica, diferentemente dos militantes da escola francesa, o teórico buscava uma análise centrada no texto, sem dispensar o contexto. As ideias de Wellek foram fundamentais para que houvesse um debate sobre o que estava sendo literatura comparada naquele contexto, mas suas posições deixaram muitas lacunas no que refere à literatura comparada, pois ele “propõe a introdução da reflexão crítica nos estudos comparados, mas não define a atuação do comparativista” (Carvalho, 2006, p. 38).

Outro grande nome da escola norte americana é Henry Remak, diferenciando-se grandemente dos pressupostos da escola francesa, o estudioso vai ampliar o objeto da literatura comparada, que até então era a comparação entre literaturas, para os estudos de comparação entre literatura e as mais diversas artes, ou ramos do saber. Assim, o campo de estudo se expande e começam a ser feitas comparações entre literatura e música, literatura e pintura, literatura e escultura, literatura e história, literatura e filosofia, etc.

Nesse caminho, tanto a escola francesa quanto a americana trouxeram significativas contribuições para os questionamentos e discussões ao longo da história do que é literatura comparada e seu método de estudo. As posições teóricas dessas duas escolas consideradas as maiores segundo Carvalhal (2006), influenciaram grandemente outros países e seus reflexos e posicionamentos ainda encontram-se na atualidade, principalmente no que diz respeito à escola francesa, pois muitas pessoas, até as que fazem parte da academia, ainda pensam que literatura comparada é somente a “caça” de fontes e influências sem adotarem assim uma atitude crítica. Lamentavelmente, no contexto atual ainda há muitos preconceitos contra obras que foram “influenciadas” e a supervalorização das obras fontes.

Depois de Paul Van Tieghem, René Wellec e Henry Remak, surgiram vários estudiosos comparativistas ao longo do tempo, modificando-se assim constantemente o objeto e o método da literatura comparada, o campo do estudo da comparação ao longo da história foi se expandindo e hoje, por exemplo, não é mais usual utilizar o termo influência, pois reflete o preconceito enraizado na área de literatura comparada desde seus primórdios, preferindo-se usar intertextualidade.

Logo, depois de algumas considerações sobre o que é literatura comparada, sua breve história e métodos, entende-se que literatura comparada não é só a busca por analogias e diferenças entre obras, mas, acima de tudo, uma atitude crítica para entender as obras em sua totalidade, portanto, traz-se, a fim de exemplificação nesta dissertação, nos próximos tópicos, uma análise comparativista entre as obras abolicionistas: *Úrsula* (2018), de Maria Firmina dos Reis, e *As Vítimas-Algozes* (2010), de Joaquim Manuel Macedo, buscando-se analisar de que forma cada autor representou seus personagens negros.

3.2 A escrita de si: o negro sob o olhar de “Uma maranhense”

Maria Firmina dos Reis, na obra *Úrsula*, coloca a história de um casal tipicamente branco, muito divulgado nas obras literárias naquela época. No entanto, por detrás daquela

famosa história de amor, aparece a voz do negro ganhando destaque ao longo da narrativa. A autora maranhense, por meio da sua escrita, tenta desfazer o status de negatividade que o negro era visto, ao construir personagens negros como portadores de aspectos positivos e como seres virtuosos, transformando-os de personagens secundários a protagonistas da história.

O título do primeiro capítulo é denominado “As duas almas generosas”, no qual já é perceptível a igualdade em que Firmina coloca os personagens negros e brancos. Nesse capítulo, o negro Túlio, um jovem escravo, socorre Tancredo de um acidente, demonstrando sentimento de compaixão por um homem branco que ele não conhecia, mas, como Deus havia colocado sentimentos generosos em seu coração, o jovem escravo demonstra bondade e socorre Tancredo.

Reunindo todas as suas forças, o jovem escravo arrancou de sob o pé ulcerado do desconhecido o cavalo morto, e deixando-o por um momento correu à fonte para onde uma hora antes se dirigia, encheu o cântaro, e com extrema velocidade voltou para junto do enfermo, que com desvelado interesse procurou reanimar. Banhou-lhe a fronte com água fresca, depois de ter com piedosa bondade colocando-lhe a cabeça sobre seus joelhos. Só Deus testemunhava aquela cena tocante e admirável, tão cheia de unção e de caridoso desvelo! E ele continuava a sua obra de piedade, esperando ansioso a ressurreição do desconhecido, que tanto o interessava (Reis, 2018, p. 19).

Nota-se, nesse episódio, a estratégia inovadora da autora de construir um personagem que fosse diferente de outros relatos que abordaram o negro. O jovem negro Túlio é vítima da escravidão e não desumano. A escravidão fazia Túlio sofrer, mas o negro continuava possuindo os mesmos sentimentos generosos. Essa construção de Túlio como um negro possuidor de sentimentos generosos destoa da construção do negro presente, por exemplo, no livro *As Vítimas-Algozes*, no qual Joaquim Manuel de Macedo defende que todo negro vítima da escravidão era incapaz de possuir sentimentos nobres. Esses sentimentos de bondade na obra de Macedo aparecem tão somente nos personagens brancos que são os senhores escravocratas.

Observa-se que em Úrsula, Maria Firmina dos Reis aborda todas as crueldades que permeavam o regime servil, “a odiosa cadeia da escravidão” (Reis, 2018, p. 18), mas a escravidão não endurece a sensibilidade do jovem negro. Ao longo da obra, nota-se que o comportamento de Túlio é sempre baseado em valores cristãos. Percebe-se a infelicidade na qual Túlio estava passando por ser escravizado, era um negro que sofria por toda aquela

situação de submissão, no entanto, isso não o impediu de ser bondoso e ter seus valores apesar de todos os obstáculos. Como pode ser observado no trecho a seguir:

E o mísero sofria; porque era escravo, e a escravidão não lhe embrutecera a alma; porque os sentimentos generosos, que Deus lhe implantou no coração, permaneciam intactos e puros como a sua alma. Era infeliz, mas era virtuoso; e por isso seu coração enterneceu-se em presença da dolorosa cena, que se lhe ofereceu à vista (Reis, 2018, p. 19).

Firmina inova na literatura ao humanizar os negros, construindo os personagens negros escravizados de seu romance com sentimentos generosos, desfazendo estereótipos negativos contra o negro, os quais predominavam os de que eles eram odiosos e incapazes de possuírem sentimentos nobres, pois a sociedade escravocrata acreditava que os africanos eram uma raça inferior e que não possuíam valores. “O colonizador escravagista apresentava o outro, no caso o negro, como a encarnação do mal e a si mesmo como a do bem” (Brookshaw, 1983, p. 22).

O negro foi descrito em muitos romances das piores maneiras possíveis. Maria Firmina destoa de outros relatos quando exalta a figura do negro, falando da sua nobreza e do sangue africano. Na construção do personagem Túlio, nota-se uma valorização das características próprias dos afrodescendentes, desconstruindo, assim, com o estereótipo racial que sempre deu ao negro um status negativo. A autora descreve Túlio como:

O homem que assim falava era um pobre rapaz, que ao muito parecia contar vinte e cinco anos, e que na franca expressão de sua fisionomia deixava adivinhar toda a nobreza de um coração bem formado. O sangue africano fervia-lhe nas veias; o mísero ligava-se à odiosa cadeia da escravidão; e em balde o sangue ardente que herdara de seus pais, e que o nosso clima e a servidão não puderam resfriar, em balde – dissemos – se revoltava, porque se lhe erguia como barreira – o poder do forte contra o fraco! (Reis, 2018, p. 18).

A caracterização dos personagens brancos e negros em *Úrsula* acontece de forma igual. A caracterização dos personagens negros acontece de forma que a autora exalte a figura do negro. No decorrer do enredo, a estratégia de Firmina consiste em atribuir aos negros tanto características físicas quanto morais que lhes foram silenciadas em muitos relatos.

No romance de Firmina, há uma desconstrução de estereótipos enraizados na sociedade oitocentista que via o negro como “um ser despido de humanidade, receptáculo da maldade, da crueldade e da maledicência” (Rufatto, 2015, p. 12). A autora lança um novo olhar sobre o negro, ao construí-lo como ser humano dotado de sentimentos e em pé de igualdade com o branco.

A teoria da inferioridade das raças, advinda da Europa, chegou ao Brasil no século XIX. “As teorias raciais deram status científico às desigualdades entre os seres humanos e por meio da utilização do conceito de raça puderam classificar a humanidade, fazendo uso de sofisticadas formas de separar as raças humanas” (Barbosa, 2016, p. 251). As teorias científicas raciais refletiram-se em várias obras abolicionistas. A ideia da superioridade da raça branca sobre a negra fazia parte da mentalidade da sociedade oitocentista. Maria Firmina, no entanto, acreditando na igualdade entre as raças, constrói o personagem Túlio no mesmo grau de igualdade que o personagem e protagonista branco da narrativa, Tancredo.

Ao longo da narrativa, Maria Firmina destaca o zelo e a dignidade de Túlio que resulta em sua alforria. Mostra o laço de amizade verdadeira entre um branco e um negro. Ela constrói um personagem negro de bom caráter, que durante a narrativa cresce enquanto personagem. A autora revela, por meio da construção desse personagem, que “a escravidão, de um modo geral, nunca conseguiu apagar, na maioria dos povos africanos trazidos para o Brasil como escravos, o respeito pela a vida do outro” (Santos, 2016, p. 195).

Túlio também, durante a narrativa, tem acesso a voz e fala sobre suas subjetividades. Por intermédio da construção deste personagem, a narradora denuncia também algumas das crueldades que permeavam o regime servil, dentre elas a separação entre mães escravas e seus filhos. É pelo olhar do escravo que foi separado ainda criança de sua mãe que o leitor conhece o drama de milhares de crianças negras que ficaram órfãos ainda bebês, não por motivos de morte, mas pela ganância de senhores escravocratas que, pensando no lucro, vendiam as mulheres negras ainda amamentando, muitas vezes deixando seus filhos morrer, para servir, por exemplo, de amas de leite para os filhos de outros senhores.

Durante a narrativa em tom melancólico, o personagem conta ao leitor sobre a saudade e a tristeza por não ter crescido com sua mãe, pois esta havia sido vendida no tráfico intraprovincial, e coube a escrava Susana o papel de tentar sanar a falta que o escravo sentia do colo materno.

Bem pequeno era eu — continuou Túlio após uma pausa entrecortada de soluços —; mas chorei um pranto bem sentido por vê-la se partir de mim, e só comecei a consolar-me quando mãe Susana, à noite balouçando-me na rede, disse-me: — Não chores mais, meu filho, basta. Tua mãe volta amanhã, e te há de trazer muito mel, e um balaio cheio de frutas. — Enxuguei os olhos e dormi na doce esperança de revê-la; e à noite sonhei que a vira carregada de frutas, como a boa velha me havia dito. Embalado a esperei no outro dia, porém mãe Susana, que chorava enquanto eu cuidava dos meus brinquedos, sorria-se quando me via, e procurava fazer-me esquecer minha mãe e seus afagos. Minhas forças eram ainda débeis para compreender toda a extensão da minha desgraça, e por isso as saudades que me ficaram, pouco e pouco, foram-se-me adormecendo no peito (Reis, 2018, p. 138).

Mesclando o discurso literário com o discurso histórico, o texto firminiano traz na voz de Túlio a inquietação do psicológico do personagem que, apesar de ser acolhido por uma negra escrava, sente que não há consolo a ser oferecido para ele, pois desde a infância o jovem escravo convive com as consequências da forçada separação entre ele e sua mãe, levando o mesmo a viver em uma eterna angústia. Quanto a esta crueldade da separação entre mães e filhos refletida na obra, a autora (Costa, 2012, p. 94) ressalta que: “Vendiam-se os escravos sem atenção aos laços familiares: mães e filhos, marido e mulher eram separados ao sabor das circunstâncias”. Pinsky (1997) também afirma que mães e filhos eram separados sem menor problema por compradores que não tinham, eventualmente, interesse na família inteira.

Para criticar o regime escravocrata, a autora também usa no decorrer na narrativa um discurso religioso para falar da incoerência de todos serem irmãos e, no entanto, haver a escravidão, “dia virá em que os homens reconheçam que são todos irmãos” (Reis, 2018, p. 35). Assim, de forma estratégica, a narradora constrói Túlio para criticar o regime servil por meio da religião, visto que, neste período, o discurso religioso ocupava posição de destaque no imaginário da população.

Senhor Deus! Quando calará no peito do homem a tua sublime máxima — ama a teu próximo como a ti mesmo —, e deixará de oprimir com tão repreensível injustiça ao seu semelhante. Àquele que é seu irmão! (Reis, 2018, p. 32).

Firmina então baseia seu discurso religioso em favor do fim da escravidão na premissa de que todos são irmãos, filhos de um mesmo pai e, por isso, iguais. Esta igualdade entre negros e brancos manifesta-se desde o primeiro capítulo, observamos assim que, para se opor ao discurso científico racial que justificava a escravidão e dava aos negros o status da

inferioridade, a autora ancora-se na religião para mostrar ao leitor que o que separava negros e brancos era a escravidão. A liberdade, portanto, era um direito de todos, visto que todos tinham nascido livres perante Deus.

Em vários momentos da obra, o personagem Túlio fala ao leitor sobre suas angústias e a tristeza de fazer parte da odiosa cadeia da escravidão, sua amizade com um homem branco, Tancredo, e a generosidade com que este lhe tratava impressionava o escravo, uma vez que o jovem escravo não era acostumado em ser bem tratado por um homem branco, pois ele convivia diariamente com o desprezo da população branca que o enxergava como objeto.

Ah, meu senhor — exclamou o escravo enternecido —, como sois bom! Continuai, eu vo-lo suplico, em nome do serviço que vos presto, e a que tanta importância quereis dar, continuai, pelo céu, a ser generoso, e compassivo para com todo aquele que, como eu, tiver a desventura de ser vil e miserável escravo! **Costumados como estamos ao rigoroso desprezo dos brancos**, quanto nos será doce vos encontrarmos no meio das nossas dores! Se todos eles, meu senhor, se assemelhassem a vós, por certo mais suave nos seria a escravidão (Reis, 2018, p. 36, grifo nosso).

Por intermédio da voz de Túlio, o narrador firminiano denuncia o racismo estrutural presente de forma explícita na sociedade da época que, balizado pelas teorias científicas, era naturalizado e visto como algo normal. Assim, desprezar os negros devido a cor de sua pele, durante muito tempo foi visto como algo normal para a sociedade, visto que a escravidão foi justificada pelos discursos científico e religioso. É somente no século XIX que o negro começa a ser visto como gente por alguns devido ao movimento abolicionista, pois até então escravizar, desprezar e inferiorizar os negros em todas as áreas, fazia parte do cotidiano da população que via o escravizado como coisa, objeto e não como um ser humano. De acordo com Munanga (2019):

A desvalorização do negro colonizado não se limitará apenas a esse racismo doutrinário, transparente, congelado em ideias, à primeira vista quase sem compaixão. Além da teoria existe a prática, pois o colonialista é um homem de ação, que tira partido da experiência. Vive-se o preconceito cotidianamente. Conjunto de condutas, de reflexos adquiridos desde a primeira infância e valorizado pela educação, o racismo colonial incorporou-se tão naturalmente aos gestos, às palavras, mesmo as mais banais, que parece constituir uma das mais sólidas estruturas da personalidade colonialista (Munanga, 2019, p. 33).

Nesse viés, se no período colonial o racismo era explícito, o desprezo pelo negro na contemporaneidade adquiriu novas roupagens, se em Túlío observamos um racismo explícito refletido na forma como este era menosprezado pela maioria das pessoas brancas, na atualidade esse desprezo do homem branco pelo negro manifesta-se comumente de forma implícita, mantendo esse grupo em posição de subalternidade. Os Túlios da atualidade encontram-se em cargos considerados análogos ao regime escravocrata, morando em favelas, continuam com dificuldade de ascenderem socialmente, pois “ficou enraizado na sociedade um pensamento racista que marginaliza as pessoas negras, impedindo de se tornarem cidadãos plenas” (Almeida, 2019, p. 56). Assim, o desprezo pela população negra esconde-se numa suposta democracia racial que mascara a segregação que acompanha a população negra desde o período colonial.

A denúncia da crueldade que envolvia todo o sistema escravocrata é mostrada ao leitor tanto em passagens que evidenciam os maus-tratos à população negra, como também por meio dos pensamentos, subjetividade dos personagens. Logo, observando as entrelinhas do romance, notamos que o corpo de Túlío era escravizado, mas sua mente não, pois, por intermédio da imaginação ele vive uma liberdade que lhe foi tirada desde que nasceu, recorrendo a mente, o jovem escravo experiencia toda a alegria de viver (sentir-se) livre. Deste modo, quando temos acesso a imaginação do personagem e contrastamos com a realidade que seu corpo vivia, percebemos o quão cruel era a escravidão que privava o negro de usufruir de tudo aquilo que a liberdade proporcionava em seu país de origem.

Oh, a mente! Isso sim ninguém a pode escravizar! Nas asas do pensamento o homem remonta-se aos ardentes sertões da África, vê os areais sem fim da Pátria e procura abrigar-se debaixo daquelas árvores sombrias do oásis, quando o sol requeima e o vento sopra quente e abrasador: vê a tamareira benéfica junto à fonte, que lhe amacia a garganta ressequida; vê a cabana onde nascera, e onde livre vivera! Desperta, porém em breve dessa doce ilusão, ou antes sonha que a engolfara, e a realidade opressora lhe aparece — é escravo e escravo em terra estranha! Fogem-lhe os areais ardentes, as sombras projetadas pelas árvores, o oásis no deserto, a fonte e a tamareira — foge a tranquilidade da choupana, foge a doce ilusão de um momento, como ilha movediça; porque a alma está encerrada nas prisões do corpo! (Reis, 2018, p. 44).

Além de Maria Firmina inovar na literatura ao construir um personagem negro que está em pé de igualdade com o branco, possuindo sentimentos generosos como a bondade e amizade, ela também constrói, em seu romance, uma personagem negra escravizada que tem voz, história e que representa todos os negros que foram arrancados de sua terra para virem ser mercadoria humana em terras brasileiras. Com o intuito de dar voz aos negros e deixar que eles mesmos contem a sua história é que a escritora constrói estrategicamente a personagem Susana. Por meio dessa personagem, Firmina usa a literatura como instrumento de denúncia das mazelas sociais que ocorriam no período da escravidão no Brasil.

É no nono capítulo do livro que conhecemos a história de Susana, uma negra que havia cuidado de Túlio durante toda sua vida. Ela e Túlio tinham como senhora Luísa B., e sentiam muita gratidão pela sua senhora. Firmina, no início do capítulo, descreve também Susana como boa e compassiva:

E aí havia uma mulher escrava, e negra como ele; **mas boa, e compassiva**, que lhe serviu de mãe enquanto lhe sorriu essa idade lisonjeira e feliz, única na vida do homem que se grava no coração com caracteres de amor (Reis, 2018, p. 67, grifo nosso).

Ao colocar na narrativa uma personagem negra de forma humanizada, portadora, assim como Túlio, de todos os sentimentos generosos, Maria Firmina mais uma vez persiste em mostrar ao leitor que a bondade, a generosidade, a mansidão, eram características que permeavam a vida do negro. Durante toda a narrativa, a vida de Susana pauta-se na dignidade. Seus caracteres de amor são observados primeiramente por meio de sua relação com Túlio, visto que, a escrava o adota como filho e tenta de todas as formas sanar a falta que este sentia de sua mãe. Em um segundo momento, as características morais da escrava são ressaltadas por meio de sua senhora Úrsula, pois em demonstração de amor e coragem, ela termina sua vida sacrificando-se pela donzela Úrsula, visto que, ela juntamente com sua mãe, tornaram a escravidão menos agressiva à velha escrava.

Assim, a construção da personagem Susana com as características morais e físicas destoa de muitos relatos que falavam sobre a mulher negra, que geralmente assumia o papel de sensualidade e luxúria. Firmina, no entanto, descreve a mãe Susana como uma mulher idosa, sem atributos físicos e sexuais. A intenção da autora não é criar uma mulher negra que chame atenção por seus atributos físicos, e sim por sua história e moral. No capítulo nove, a escritora descreve Susana como:

Susana, chama-se ela, trajava uma saia de grosseiro tecido de algodão preto, cuja orla chegava-lhe ao meio das pernas magras, e descarnadas como todo o seu corpo: na cabeça tinha cingido um lenço encarnado e amarelo, que mal lhe ocultava as alvíssimas cãs (Reis, 2018, p. 67).

É por meio da personagem mãe Susana que Maria Firmina dos Reis inova e desconstrói estereótipos que a literatura oitocentista usava para caracterizar as mulheres negras, representando-as como corpo-objeto de prazer.

De acordo com Thayara Rodrigues Pinheiro (2016), a representação da mulher negra foi estereotipada na literatura brasileira. Isso não trouxe uma visão favorável sobre seu corpo e existência, uma vez que

A presença da mulher negra na literatura brasileira sempre foi apresentada por escritores brancos com seus discursos bastante negativos. Quando são representadas por esses escritores a maioria das vezes, são explorados temas como sedução, beleza, resistência física, pois as qualidades que são apresentadas sempre estão ligadas ao corpo da mulher, **nunca é mencionado o que ela pensa, ou o que deseja** (Lousada; Cambraia, 2017, p. 35, grifo nosso).

Este silenciamento ao qual a mulher negra foi relegada ao longo da história literária evidencia o racismo e o patriarcalismo presentes na sociedade brasileira. Como consequência dessas práticas, “quando as personagens negras aparecem nas obras, praticamente não falam e têm pouca participação nas ações” (Duarte, 2013, p. 07). Logo, esta falta de voz das personagens negras na literatura deve-se ao fato, principalmente, de serem representadas por autores brancos que buscaram falar em nome desse grupo, assim o olhar do outro sob o negro na literatura ao longo do tempo se não silenciou, estereotipou.

Rasurando o discurso hegemônico, a personagem Preta Susana, entretanto, é construída por Firmina não com a intenção de ser vista como um objeto de prazer, mas sim como uma mulher negra que possui voz e história e que precisa ser ouvida. É por meio dessa personagem que a escritora vai contar a história pelo ponto vista do negro e não do colonizador a respeito de como eram suas vidas na África, da maneira como eram capturadas as pessoas em seu país e o traslado para o Brasil, nos monstruosos navios negreiros. Dessa forma, a autora constrói uma personagem que sensibiliza seus leitores.

Liberdade! Liberdade... ah! Eu a gozei na minha mocidade! – continuou Susana com amargura – Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira amor, eu corria as descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias. Ah! Meu filho! Mais tarde deram-me em matrimônio a um homem, que amei como a luz dos meus olhos, e como penhor dessa união veio uma filha querida, em quem me revia, em quem tinha depositado todo o amor da minha alma: uma filha, que era minha vida, as minhas ambições, a minha suprema ventura, veio selar a nossa tão santa união. E esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, e essa filha tão extremamente amada, ah Túlio! Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh! Tudo, tudo até a própria liberdade! (Reis, 2018, p. 69).

Nessa passagem, Susana representa a voz de todos os negros que viviam livres e felizes na África com seus familiares, possuindo empregos dignos, momentos de lazer etc., mas que foram brutalmente capturados e levados a diversas partes do mundo para virarem mercadoria humana, separando-se de seus entes amados.

Destacamos que quando Susana rememora a triste tragédia que ocorreu na sua vida, ela a todo momento destaca quem são os responsáveis, “Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh! Tudo, tudo até a própria liberdade!” (Reis, 2018, p. 69). A escravizada nomeia seus algozes de bárbaros, invertendo assim, os papéis entre os negros escravizados e os traficantes de escravos.

Os bárbaros sorriam-se das minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão. Julguei enlouquecer, julguei morrer, mas não me foi possível. . . A sorte me reservava ainda longos combates. Quando me arrancaram daqueles lugares, onde tudo me ficava — pátria, esposo, mãe e filha, e liberdade! Meu Deus, o que se passou no fundo da minha alma, só vós o pudestes avaliar! (Reis, 2018, p. 103).

Quando a personagem enfatiza que durante seu aprisionamento os bárbaros (traficantes de escravos) não demonstravam nenhum ressentimento e ainda zombavam de seu sofrimento, a autora mostra ao leitor que o homem branco era o verdadeiro desumano, pois demonstrava desprezo pelo sofrimento de seu semelhante. Assim, por intermédio do texto literário, a escritora tenta desconstruir uma ideia estereotipada da sociedade escravocrata que

acreditava que os povos africanos eram bárbaros, ou seja, povos sem alma, sem cultura, incivilizados, selvagens e cruéis. De acordo com Munanga:

A partir de sua imaginação e com base na teoria dos climas, criou-se uma imagem do resto do continente (não visitado) de clichês bastantes desfavoráveis. Segundo essa teoria dos climas, as temperaturas extremamente baixas ou altas tornam o homem bárbaro, enquanto as zonas temperadas favorecem o desenvolvimento das civilizações. Todas as descrições da época mostravam os habitantes do interior do continente africano parecidos com animais selvagens. Essa visão fazia da África negra um mundo habitado por monstros, seres semi-homens, semianimais. Segundo Saint-Simon, os negros viviam num baixo grau de civilização porque biologicamente são inferiores aos brancos (Munanga, 2019, p. 28).

Ou seja, se na mentalidade oitocentista estava impregnada essa visão negativa do continente africano e de seus habitantes, a autora maranhense, por meio da memória de Susana, uma personagem testemunho, mostra ao leitor que os negros não eram bárbaros, pois amavam, trabalhavam, tinham suas famílias, casavam. Viviam numa sociedade organizada e eram civilizados. O lugar de origem de Susana também é descrito de forma saudosa pela personagem, revelando assim que, o continente africano não era uma nação que se assemelhava ao inferno.

Nota-se que há um contraste estratégico no depoimento da personagem, pois em um primeiro momento Susana exalta e destaca sua felicidade de viver em seu país de origem e logo em seguida narra de forma comovente sobre tudo o que lhe foi tirado pelos “bárbaros”. Logo, a teoria que justificava a escravidão, pregando que era necessária, pois fazia bem aos escravizados, visto que estes eram considerados bárbaros, é questionada no texto firminiano, visto que, pelo olhar da autora o negro e seu lugar de origem ganharam conotações positivas, logo a escravidão não era um mal necessário como acreditava a sociedade, ou seja, se os negros não eram bárbaros não haveria razões para se manter a escravidão.

Susana, no decorrer do capítulo IX, continua narrando sobre tudo que os bárbaros a obrigaram a vivenciar. É por meio da voz da mãe Susana que a autora escancara todas as crueldades que permeavam o regime escravocrata. O leitor conhece a história pela perspectiva do negro, de como os negros eram arrancados de suas terras e trazidos para o Brasil nos terríveis navios negreiros. Devido às condições monstruosas à que eram submetidos durante a viagem, muitos morriam ou chegavam a terras brasileiras muito doentes. Pela primeira vez na

história literária, o negro contará sobre a forma monstruosa em que foi trazido para o Brasil nos navios negreiros:

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativeiro no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos às praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. Muitos não deixavam chegar esse último extremo, davam-se à morte. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos! (Reis, 2018, p. 71).

Ao analisarmos esse relato de Susana, percebemos como o texto literário dialoga com a história, visto que, a personagem relata com riqueza de detalhes toda a odisseia da vinda forçada dos escravizados para o Brasil. A biografia de Mahommah Gardo Baquaqua, a única autobiografia escrita por um ex-escravo que viveu a experiência do tráfico e que morou no Brasil, dialoga com o relato da escrava Susana sobre sua captura em seu país e a dolorosa viagem nos tumbeiros, dando assim ao texto firminiano caráter histórico. Baquaqua narra que:

Não sabia do meu destino. Feliz de mim que não sabia. Sabia apenas que era um escravo, acorrentado pelo pescoço, e devia submeter-me prontamente e de boa vontade, acontecesse o que acontecesse. Isso era tudo quanto eu achava que tinha o direito de saber. Fomos arremessados, nus, porão adentro, os homens apinhados de um lado e as mulheres do outro. O porão era baixo que não podíamos ficar em pé, éramos obrigados a nos agachar ou a sentar no chão. Noite e dia eram iguais para nós, o sono nos sendo negado devido ao confinamento de nossos corpos. Ficamos desesperados com o sofrimento e a fadiga. Oh! A repugnância e a imundície daquele lugar horrível nunca serão apagadas de minha memória. Não: enquanto a memória mantiver seu posto nesse cérebro distraído, lembrarei daquilo. Meu coração até hoje adoece ao pensar nisto (Baquaqua, 2017, p. 52).

Deste modo, por intermédio da arte, as experiências de milhares de pessoas foram ressignificadas, possibilitando ao leitor um contato, mesmo que momentâneo, com o drama dos negros escravizados que vieram para o Brasil para virarem mercadoria humana. Sabemos que a história da escravidão sempre foi contada pela perspectiva do homem branco que tendeu

a romantizar ou mesmo silenciar a violência do sistema escravista. Deste modo, observando o relato da personagem Susana que se mescla com o depoimento de Baquaqua (2017), temos acesso por meio dessa personagem a algumas partes da história da escravidão que foram silenciadas e romantizadas ao longo do tempo, tanto no texto literário como no texto histórico.

Primeiramente temos acesso ao número desproporcional de escravos para um navio que não suportava nem metade dos passageiros que levava, “meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio” (Reis, 2018, p. 21), inferimos nessa parte que o que importava era o lucro, quanto mais escravos se acomodava nos navios, mais lucros renderia. Logo, a superlotação tornava a viagem insuportável.

O Porão dos navios, lugar que os negros permaneciam durante toda a viagem, segundo Laurentino gomes (2022), parecia uma estante humana. Pois, os traficantes dividiam o porão em três patamares, com altura de menos de meio metro cada um. Presos pelos pés, mais de 500 escravos se espremiavam deitados ou sentados. Assim, devido ao pouco espaço, calor, fetidez e a falta de ventilação nesses porões, era comum os negros morrerem asfixiados, “vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar” (Reis, 2018, p. 71). Destarte, o cativo era privado até mesmo de respirar um ar saudável, pois, emaranhados em suas próprias fezes e vômitos, sucumbiam se entregando à morte.

Segundo Munanga (2019, p. 49), “na condição de escravizados, os negros foram desumanizados”, o que se identifica a partir do relato de Preta Susana. Percebe-se por meio da construção dessa personagem, a forma como o cativo foi privado de tudo o que era necessário à existência humana. Na seguinte passagem de *Úrsula* (1859), evidencia-se os maltratos destinados sobre os negros: “davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água” (Reis, 2018, p. 103).

Os negros eram vistos pelos traficantes não como seres humanos, mas como mercadoria. Desse modo, objetivando-se o lucro, economizava-se em tudo que era necessário para a vida do cativo. Logo, o genocídio do negro começara ainda mesmo nos navios negreiros, pois a “taxa de mortalidade durante a travessia no atlântico era extremamente elevada” (Gomes, 2021, p. 57), a viagem no transatlântico foi responsável por mais da metade da morte dos negros que desembarcaram no Brasil.

Devido a essas numerosas mortes dos escravizados, Laurentino Gomes (2022) conta que os tubarões mudaram suas rotas, acompanhando os navios tumbeiros, desde sua partida até as praias brasileiras, pois os corpos dos negros mortos eram jogados no oceano e, às vezes, ainda mesmo com vida. Revelando uma face do tráfico pouco conhecida.

Além dos negros morrerem nos tumbeiros em decorrência da falta de água, alimento e das doenças, era bastante comum tirarem a própria vida, como lembra Susana “Muitos não deixavam chegar esse último extremo, davam-se à morte” (Reis, 2018, p. 132). A dor da perda da pátria, dos entes queridos, da liberdade, da incerteza do que estava no porvir levava muitos negros ao suicídio. O banzo, era uma espécie de depressão que acompanhava os negros durante toda a viagem e quando muitos não se suicidavam ainda nos navios, quando chegavam ao Brasil davam fim a sua existência, devido principalmente à desesperança, os abusos e o cárcere. Logo, a violência da escravidão exterminava os negros de várias formas, ou seja, tanto fisicamente, culturalmente e como desabafa Susana, mentalmente, ocasionando o suicídio.

É interessante destacar que Susana termina seu relato enfatizando que “É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos!” (Reis, 2018, p. 71). Mais uma vez a autora apela para o discurso religioso e denuncia a violência da escravidão, mostrando que os homens brancos não enxergavam como o regime servil era um sistema de barbárie e desumanização, visto que, impedir o negro de ar, alimentos, água e liberdade tinha se tornado algo normal para a sociedade da época.

Maria Firmina constrói os personagens negros como vítimas de um sistema cruel. Para criticar os senhores escravocratas, ela também constrói, estrategicamente, o personagem Fernando, representando assim os terríveis senhores de escravos. É por meio da voz de Susana que as crueldades sofridas pelos escravos por seus donos são contadas, como pode ser notado neste trecho:

O comendador P. foi o senhor que me escolheu. Coração de tigre é o seu! Gelei de horror ao aspecto de meus irmãos... os tratos por que passaram doeram-me até o fundo do coração! O comendador P. derramava sem se horrorizar o sangue dos desgraçados negros por uma leve negligência, por uma obrigação mais tibiamente cumprida, por falta de inteligência! E eu sofri com resignação todos os tratos que se dava a meus irmãos, e tão rigorosos como os que eles sentiam. E eu também os sofri, como eles, e muitas vezes com a mais cruel injustiça (Reis, 2018, p. 71).

O relato de Susana expõe as condições de convivência do escravizado com os senhores, mostra de forma minuciosa, a perversidade da relação escravista. Logo, a crença em uma escravidão relativamente branda, bastante difundida nesse período, é questionada na obra *Úrsula*. Joaquim Nabuco (2000), por exemplo, enfatizava que:

Em qualquer número de um grande jornal brasileiro (...) encontram-se (...) declarações repetidas de que a escravidão entre nós é um estado muito brando e suave para o escravo, de fato melhor para este do que para o senhor, tão feliz pela descrição, que se chega a supor que os escravos, se fossem consultados, prefeririam o cativeiro à liberdade (Nabuco, 2000, p. 101).

Essa romantização da escravidão ganha também reforço em Gilberto Freyre, com a obra *Casa-grande e Senzala* (2003), pois a relação entre dominadores e dominados, ou seja, entre negro e brancos, não foram registradas de forma verídica, pois o estudioso da sociedade colonial adocicou a violência que foi o sistema escravista. “Desde logo salientamos a doçura nas relações de senhores com escravos, talvez maior no Brasil do que em qualquer outra parte da América” (Freyre, 2003, p. 434). Logo, a tese da benignidade foi uma mera tática de defesa do regime escravista por parte dos interessados na sua continuação.

Neste caminho, Firmina traz uma personagem que desmitifica toda a suavidade que envolvia a cadeia da escravidão. A escritora mostra que a violência esteve presente em todas as etapas do sistema escravista. Desde o sequestro dos negros no continente africano, passando pela monstruosa viagem nos navios negreiros, até finalmente chegarem em solo brasileiro, onde na condição de escravos viveriam sob a dominação dos brancos em todas as áreas. Logo, percebe-se que, por meio de Susana, a autora dá voz a milhares de negros que sentiram na pele toda a violência de um sistema opressor, que os silenciavam e os escravizavam a todo tempo, sem dar valor às suas origens, tratando-os como animais, e não como seres humanos.

Destarte, Maria Firmina usou a literatura em benefício dos oprimidos, sua obra é um lugar de fala para os negros. Ela constrói o afrodescendente, na obra *Úrsula*, não como um simples objeto a ser descrito, mas como um ser humano que possui sentimentos nobres, história, voz e que precisa ser ouvido. Logo, os personagens negros foram construídos em *Úrsula* de maneira humanizada, sem estereótipos sexuais e com voz para contar sua própria história, revelando, na escrita firminiana, uma atitude compromissada em elevar o negro para o plano do protagonismo e tornando-o sujeito.

3.3 A escrita do outro: O negro na palavra de Joaquim Manuel de Macedo

A obra de Macedo em questão, *As Vítimas-Algozes*, publicada em 1869, é composta por três novelas: *Simeão, o crioulo*; *Pai-Raiol, o feiticeiro*; e *Lucinda, a Mucama*. Por meio dessas três histórias, o autor constrói o negro de forma demoníaca, prevalecendo somente estereótipos negativos sobre o negro, que permeavam a mentalidade do século XIX. Observa-se, no decorrer da narrativa, a desvalorização do escravo enquanto sujeito histórico.

A primeira novela narra a história do negro Simeão que foi capaz de cometer crimes horríveis contra seus donos, mesmo sendo tratado como uma pessoa da família. Macedo tenta provar, ao construir o personagem protagonista, Simeão, que mesmo os senhores escravocratas agindo de forma benevolente com os seus escravos, um dia eles se voltariam contra seus donos, da forma mais cruel possível. Diferentemente do personagem Túlio, da obra *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, que é capaz de ter sentimentos generosos e humanos, apesar da escravidão à qual estava submetido. Simeão, no entanto, é desprovido de todos os sentimentos humanos. Macedo constrói esse personagem como um ser vingativo e dissimulado.

Simeão, **o crioulo mimoso, perdido, malcriado** pelas afetuosas condescendências e fraquezas dos senhores da casa, **perverso** pelos deboches da venda e pelo veneno da crápula, ingrato, sem educação e sem hábito de trabalho, contando com a liberdade, e não conseguindo, era um **perverso** armado loucamente contra seus senhores pelas mãos dos senhores (Macedo, 2010, p. 30, grifo nosso).

Enquanto o autor, no decorrer da narrativa, constrói o negro Simeão como um ser vingativo, malcriado, ladrão e portador dos piores sentimentos, os donos dos escravos são construídos como seres benevolentes. “Domingos e Angélica eram senhores bons e humanos” (Macedo, 2010, p. 08). As qualidades, como generosidade, gratidão, compaixão etc., na obra de Macedo, aparecem comumente associadas aos senhores escravocratas.

O paternalismo dos senhores escravocratas manifesta-se durante toda a narrativa, logo, a romantização da escravidão no Brasil, é refletida na obra macediana, reforçando assim, o discurso que todos os senhores eram como pais para seus cativos, como é enfatizado no trecho a seguir:

Nunca em parte alguma do mundo houve senhores mais humanos e complacentes do que no Brasil, onde são raros aqueles que nos domingos

contem presos no horizonte da fazenda os seus escravos; em regra todos fecham os olhos ao gozo amplo do dia santificado (Macedo, 2010, p. 69, grifo nosso).

Essa ideologia paternalista escravista, baseada na presumida filantropia da escravidão para com os africanos e seus descendentes, encontra ecos no discurso freiriano, transporte na obra *Casa-grande e Senzala* (2003). Vimos que, Freyre retratou a escravidão a partir da Casa-Grande, os cativos pela ótica do estudioso eram como filhos para os senhores, logo, toda a violência que permeava o regime servil foi suavizada, naturalizando assim, o regime escravista no Brasil. Assim, enquanto os senhores eram vistos como filantrópicos, e os negros como seres que precisavam de sua proteção e supervisão, a escravidão continuou a ser naturalizada e justificada no Brasil. As consequências dessa falsa ideologia permanecem ainda hoje na sociedade contemporânea, mascarando o racismo e fazendo a sociedade brasileira acreditar que vivemos numa suposta democracia racial.

Durante toda a narrativa de *Simeão, o crioulo*, é mostrada a ideia de que o personagem escravizado foi ingrato a senhores que o tratavam paternalmente. “O ingrato, se tornou odiento e inimigo figadal de seus benfeitores” (Macedo, 2010, p. 35). A violência do sistema escravista é silenciada na obra, o narrador, em contrapartida, evidencia todos os vícios e a crueldade dos cativos, assim os senhores assumem o papel de vítimas de um sistema cruel, enquanto que, os negros tornam-se algozes de seus senhores que o tratavam filantropicamente.

Simeão, o protagonista da história, vive a esperança de receber a alforria após a morte de seu dono, Domingos Caetano, pois ele havia lhe prometido, em testamento. Ele esperava ansiosamente a morte de seu senhor e planejava no momento da morte deste lhe roubar todos os seus bens, fugindo liberto e rico. “A alegria do escravo estava dependente da morte do senhor. O dia da maior dor para a família de Domingos Caetano devia ser de festa para o coração do crioulo ingrato” (Macedo, 2010, p. 20). Macedo, ao construir Simeão, carrega o personagem de características negativas. O trecho no qual Domingos Caetano fica à beira da morte, e Simeão é chamado para buscar rapidamente o médico, nota-se a falta de humanidade do personagem que, diante de uma situação de compaixão, manifesta sentimentos como a dissimulação e a crueldade.

Simeão, o crioulo estimado, que em hora de desespero da família a quem tudo devia, fora mandado a chamar o médico para acudir a Domingos Caetano moribundo, **Simeão insensível, ingrato, e cruel** parara à venda,

bebera aguardente, jogara o pacaú uma larga hora, conversara ainda depois, ostentando a sua indiferença pelo estado crítico do senhor (Macedo, 2010, p. 11, grifo nosso).

Observa-se, nesse trecho, que Simeão demonstrava indiferença pela vida do seu senhor. Na hora da morte, na qual até o pior dos seres humanos se sensibiliza, Simeão é construído por Macedo como ser desprovido de todos os sentimentos piedosos e fraternais. “Ele, o escravo, o animal composto de gelo e ódio, ele teve olhos malvados, sacrílegos, infames” (Macedo, 2010, p. 12).

Macedo, ao construir tal personagem, carrega o escravo de características como a dissimulação, a falsidade e a ingratidão. No decorrer da obra, nota-se que o escravo é um ator e que, quando age com bondade, é almejando algum benefício próprio.

No velório de Domingos Caetano, o escravo se mostra triste, mas seu coração estava em alegria, pois ia receber a tão sonhada alforria.

Simeão, chegando à fazenda, preparou como pôde a máscara do sentimento para disfarçar a indiferença malvada da sua ingratidão. Simeão teve lágrimas vendo o corpo inanimado de Domingos Caetano; aproveitando as lágrimas, ululou-se fez-se arrancar a força do quarto mortuário, e representou enfim a comédia da dor (Macedo, 2010, p. 63).

Os planos de Simeão não acontecem como este havia planejado, pois, na leitura do testamento de Domingos Caetano, ele descobre que continuava escravo de Florinda, filha de seu senhor, e é a partir desse momento que Macedo vai aterrorizar a sociedade da época, ao trazer, para a cena, um personagem negro, representado na figura de Simeão, como um ser capaz de todas as atrocidades contra os seus senhores, destituído de todo sentimento humano, reforçando, assim, estereótipos negativos da época, na qual o negro era visto como um ser animalizado, criminoso e diabólico.

Os instintos animais do negro são representados nas cenas que falam principalmente das relações amorosas entre Simeão e uma mucama, pois enquanto o amor entre os personagens brancos Hermano e Florinda é descrito como algo sublime e puro, como destacamos no trecho a seguir:

O amor de Hermano e Florinda era a harmonia suave de dois corações que se entenderam antes de pensar que se entendiam: aromas exalados por duas flores, encontraram-se no espaço e misturaram-se na aura encantada a que dão o nome de amor. Na vida e nas relações do campo que entre nós

geralmente se chama a roça, o amor de dois jovens é simples, temeroso e poético; simples como os costumes da boa gente agricultora, temeroso como o pudor da donzela que é puríssima flor da solidão, poético porque suspira à sombra da árvore vizinha da estrada por onde espera ver passar o cavaleiro desejado. Hermano e Florinda amaram-se com esse amor da roça (Macedo, 2010, p. 54).

As relações amorosas entre os negros, em contrapartida, são vistas como:

Sabem todos o que é o amor entre os escravos, desses corpos animados a quem se negam direitos de sensibilidade, materializados à força, materializa neles sempre o amor: sem o socorro da poesia dos sentimentos que alimenta o coração e o transporta às regiões dos sonhos que se banham nas esperanças de santos e suaves laços, **os escravos só se deixam arrebatados pelo instinto animal**, que por isso mesmo os impele mais violento (Macedo, 2010, p. 51, grifo nosso).

Ao construir o personagem Simeão como um negro pervertido sexualmente, o narrador ressalta a ideia que os negros não amavam, apenas possuíam instintos animais. “Ainda bem que Simeão, o escravo, ali ia somente encontrar a mucama como animal, que o instinto arrasta em procura de sua igual” (Macedo, 2010, p. 52). A desumanização dos negros percorre toda a narrativa, pois além dos cativos serem desprovidos de todos os sentimentos positivos, sua sexualidade tida como animal é evidenciada, de maneira que o leitor perceba que os instintos tanto criminosos, quanto sexuais dos negros eram prejudiciais a vida e as famílias dos senhores.

O narrador mostra que os instintos libertinos dos negros eram prejudiciais as famílias dos senhores, pois devido estes conviverem diariamente perto de suas esposas e filhas, suas famílias estariam expostas a toda a depravação que permeava a vida do escravo. Simeão, logo após a morte de seu senhor, demonstra interesse pela filha deste, Florinda, no entanto, seus olhares, suas falas, suas atitudes, demonstram que o escravo não amava a jovem, mas apenas a cobiçava carnalmente.

O escravo não amava, não amou Florinda; mas em sua mente audaz, em seus instintos escandalosos, revoltantemente ultrajadores e licenciosos, lembrou, contemplando a senhora-moça, o que lembrava aproximando-se da negra fácil, da escrava desmoralizada que lhe agradava e não fugia a seus ignóbeis afagos (Macedo, 2010, p. 60).

Além de dar ênfase a promiscuidade do homem negro, as escravas que aparecem ao longo da narrativa assumem o papel de devassidão, são descritas como mulheres fáceis, de forma que prevaleça seus instintos sexuais. A mucama que se relacionava com Simeão é descrita como: “A mucama não tem a educação da senhora-moça: a natureza animal é tudo nela” (Macedo, 2010, p. 65). Logo, enquanto, as personagens negras são descritas como corpo-objeto, há uma exaltação da pureza das personagens brancas, “Florinda, a senhora moça, a santa menina” (Macedo, 2010, p. 35). Reforçando o discurso que também encontramos na obra *Casa-Grande e Senzala*, que a mulher branca é para casar, a mulata para fornicar e a negra para trabalhar (Freyre, 2003).

Destacamos que, além da ênfase do narrador nesta suposta animalidade do negro que se reflete por meio de seus instintos sexuais e a falta de sentimentos positivos, a tendência do negro para a criminalidade é a parte que mais se sobressai na narrativa em questão, reforçando assim teorias que acreditavam que os negros eram propensos a cometer crimes, “o escravo é a matéria – prima com que se preparam crimes horríveis que espantam a nossa sociedade” (Macedo, 2010, p. 47).

Essa suposta criminalidade ligada à natureza dos cativos, é explicada em obras científicas que tentaram provar a inferioridade da raça negra. Nina Rodrigues, inspirado nas ideias de cientistas europeus como Goubinou e Lombroso, foi um dos principais médicos brasileiros que se dedicou ao estudo dos negros, tanto fisicamente como mentalmente. Seus estudos, apesar de atualmente serem considerados ultrapassados, refletem o que a sociedade oitocentista acreditava ser o negro, um ser que devido a sua cor e seus caracteres estava propenso a fazer o mal.

Medindo partes do corpo do negro, como o crânio, o médico tentou provar por meio de experimentos antropológicos e psiquiátricos, não só a inferioridade intelectual do negro em relação ao homem branco, como também sua relação com o crime. Afirmando que é possível conhecer pela fisionomia se uma pessoa tem ou não tendência à criminalidade. Assim, o médico tentou legitimar as hierarquias entre as raças, colocando o ser negro no lugar fixo do criminoso, do suspeito, contribuindo grandemente para estigmas negativos sobre os negros.

A degenerescência dos negros devia ter uma influência decisiva e predominante sobre sua criminalidade, o que era de prever, mas não seria justo inferir daí que essa criminalidade deva ser forçosamente muito elevada, pois compreendemos perfeitamente que a degenerescência, sob a influência de causas múltiplas e difíceis de precisar, difíceis mesmo de conhecer, pode

tomar formas variadas: mais criminosas aqui, mais vesânicas lá, e assim por diante (Rodrigues, 2008, p. 1166).

Deste modo, a cor negra virou sinônimo de criminalidade e esse estereótipo do negro propenso ao crime, refletiu-se na literatura, pois “quando os autores começam a voltar seus olhos para a literatura, reforçam todos os aspectos hediondos que a sociedade acreditava estar ligada aos corpos negros” (Brookshaw, 1983, p. 133). A questão da criminalidade dos cativos perpassa toda a primeira narrativa, *Simeão, o crioulo*, pois desde o início da trama, o jovem escravo manifesta uma suposta propensão ao crime, mesmo sendo tratado de forma generosa por seus senhores, logo, o cativo é incapaz de ter sentimentos bons, pois sua genética lhe tornou criminoso.

A novela de Simeão termina de forma trágica, quando o escravo, carregado de periculosidade e movido pelo sentimento de ódio e vingança, assassina cruelmente seus donos, movido pelo ressentimento e ingratidão.

Simeão aproximou-se do leito, e sem compaixão da fraqueza, sem lembrança dos benefícios, filho celerado da escravidão que é horror, demônio da ingratidão e da perversidade, levantou o machado, e descarregou-o sobre a cabeça de Angélica, que morreu sem expirar (Macedo, 2010, p. 32).

Assim, os corpos negros foram resumidos pela ótica do outro, como a encarnação do mal. A desvalorização do escravo enquanto sujeito, perpassa toda essa primeira narrativa. Ao construir Simeão como um ser vingativo, dissimulado e assassino, o autor silencia o negro. A história é contada pelo ponto de vista de um aristocrático preocupado com os interesses dos senhores escravocratas, cuja intenção não é tornar o negro um sujeito, mas, acima de tudo, um objeto destituído de todos os sentimentos humanos. Logo, a narrativa apenas reforça o estereótipo do escravo como “um ser despido de humanidade, receptáculo da maldade, da crueldade e da maledicência” (Rufatto, 2015, p. 12).

Observa-se que, ao construir o personagem Simeão, o romancista Macedo não destaca a consciência histórica dos negros escravizados que por muito tempo foram “estigmatizados, invisíveis, oprimidos e marginalizados dentro da sociedade brasileira” (Morais e Silva, 2019, p. 229). O autor constrói o escravo como um simples objeto que não tem história. Logo no decorrer da narrativa, a intenção do autor é transmitir ao leitor os males que os escravos podem fazer aos seus senhores. Renegando-lhe o direito à voz, o escravo de vítima passa a ser um algoz.

No segundo Romance, intitulado *Pai-Raiol, o feiticeiro*, semelhantemente à primeira novela, Macedo narra a história de um escravo perverso, assassino e cruel; mas agora com uma nova característica negativa, ele era um terrível feiticeiro. Por meio dessa novela, o autor vai construir seus personagens negros da forma mais cruel possível, prevalecendo a imagem negativa de que tudo de ruim estava ligado aos corpos negros e a África.

Antes do leitor ser apresentado a segunda história, o narrador, de forma persuasiva, chama a atenção dos malefícios que a presença dos africanos trouxe ao Brasil:

O importador não pôde separar do homem importado os costumes, as crenças absurdas as ideias de uma religião extravagante, rudemente supersticiosa e eivada de ridículos e estúpidos prejuízos. O africano vendido conservou puros e ilesos os costumes, sua língua, seus erros, seus prejuízos selvagens e inoculou-os todos na terra e do cativo (Macedo, 2010, p. 78).

Assim, a língua, os costumes, a religião dos cativos, são evidenciados durante a narrativa, de forma depreciativa. É pelo olhar do outro, que inferioriza, diaboliza e estereotipa, que conhecemos a história do negro africano, Pai-Raiol, que foi resumido no título da novela a um simples feiticeiro. A descrição dos personagens, suas falas, seus comportamentos, colocam o negro no lugar fixo do diabólico, do imoral e como um ser animalizado, o que vai de encontro como o que Bhabha (1998) apresenta na sua obra sobre o conceito de fixidez.

O personagem negro Pai-Raiol foi comprado juntamente com sua amante Esméria pelo senhor escravocrata Paulo Borges. Macedo, já no início da narrativa, alerta ao leitor que Paulo Borges estava levando o “mal para sua família” (Macedo, 2010, p. 83). Que tipo de mal o autor se referia? Somos então apresentados a escravos que assumem papéis estereotipados e demonstram à sociedade da época, que o mal não era escravizar, mas sim o conviver diariamente com os filhos da escravidão, ou seja, com os negros.

O narrador apresenta o Pai-Raiol. A descrição do personagem é feita de forma animalésca. O autor atribui características físicas negativas ao personagem, de modo que ponha medo no leitor, destacando, ao longo da narrativa, a sua feiura, como pode ser percebido no trecho abaixo:

Era um negro africano de trinta a trinta e seis anos de idade, um dos últimos importados da África pelo tráfico: homem de baixa estatura, tinha o corpo exageradamente maior que as pernas; a cabeça grande, os olhos vinhos, mostrava os caracteres físicos da sua raça; dentes brancos, alvejantes,

pontudos, dentes caninos que pareciam ostentar-se ameaçadores; sua boca era pois como mal fechada por três lábios; e finalmente braços longos prendendo-se a mãos descomunais que desciam à altura dos joelhos completavam-lhe o aspecto repugnante da figura mais antipática (Macedo, 2010, p. 42).

Observemos que a figura sinistra e horripilante “mostrava os caracteres físicos da sua raça”, nota-se que o narrador vincula a fealdade do personagem à sua origem africana, todas as características contribuem para salientar a natureza animal e selvagem de Pai-Raiol. A caracterização pejorativa do personagem como um ser malfeito e feio é evidente durante toda a narrativa, maioritadamente quando o nome de Pai-Raiol aparece é sempre acompanhado do adjetivo feio, “Pai-Raiol, um negro feio” (Macedo, 2010, p. 85), ou seu nome nem aparece, pois é substituído por “o feio negro” (Macedo, 2010, p. 91).

Logo, Macedo, ao construir o personagem Pai-Raiol, reforça o estereótipo do negro ligado à feiura, pois “para a sociedade da época, ser negro era sinônimo de feiura; logo seria impossível imaginar que pureza, moral e beleza fossem atributos de uma pessoa da cor negra” (Brookshaw, 1983, p. 63). Portanto, as qualidades físicas, como a beleza, nessa novela, vão aparecer comumente em personagens brancos, senhores escravocratas, porque a obra é influenciada pela teoria racial que acredita na superioridade da raça branca sobre a negra. Observemos a descrição de Paulo Borges:

Imaginal um homem alto, com cabelos castanhos, olhos pretos e belos, nariz aquilino, lábios eróticos, rosto oval e de cor que deverá ser branco- rosado, magro sem exageração, peitos largos, mãos engrandecidas, e tereis diante de vós Paulo Borges fisicamente admirável (Macedo, 2010, p. 83).

Logo, comparando as descrições dos traços fenotípicos dos dois personagens, também verificamos que, enquanto o corpo de Pai-Raiol é assimétrico, ou seja, mal feito, o corpo de Paulo Borges é simétrico, isso significa que seus traços beiram a perfeição. Essa suposta desarmonia física liga o negro à feiura, pois seu nariz, lábios, cabeça, etc, por serem considerados desproporcionais, ou seja, diferentes dos ideais brancos de beleza, tornam-se sinônimos de imperfeição.

Vemos que Pai-Raiol, devido seus traços negróides, está próximo da animalidade e não do homem, é como se a cor negra fosse uma cor não humana. Em contrapartida, o ângulo facial e corporal de Paulo Borges aproxima-se do ângulo dos deuses gregos, seus traços

brancóides ressaltam a ideia que os brancos eram os humanos mais belos, como preconizava as teorias científicas raciais.

Neste caminho, a associação do negro à feiura ressalta a ideia de que a população negra era inferior aos brancos não só intelectualmente, culturalmente, mas ainda fisicamente. No imaginário da sociedade escravocrata, os corpos negros tornaram-se sinônimo da fealdade, suas características físicas foram desvalorizadas e desumanizadas. Sua associação a animalidade, ao não humano, a feiura, revela o poder do branco sobre o negro, logo, o negro não era feio, “ele tornou-se feio pelo olhar do branco, que se definiu como padrão de inteligência, cultura e também de beleza a ser seguido” (Kilomba, 2019, p. 46). A literatura refletirá o que a sociedade escravista acreditava ser o negro.

De acordo com Brookshaw (1983, p. 32):

O escravo é visto de forma desumanizada e descaracterizada nas descrições do escritor branco. Eram retratados com um misto de desgosto e piedade, vistos como objetos e, por isso eram submetidos a castigos brutais por parte de seus senhores. Somado a isso, o escravo negro era tido como coisa repulsiva devido a uma suposta feiura, a sua cor e a falta de higiene (esta última se explicava pela condição subumana em que viviam).

Assim, a representação do negro pelo olhar do outro na literatura tendeu a colocá-lo no lugar fixo do feio e também como uma criatura que causa sentimentos ruins, sua presença incomoda. Destarte, além de ser feio, o negro na obra macediana também desperta medo e repulsa. Como podemos perceber no primeiro encontro entre Paio-Raiol com sua senhora Tereza, e o convívio dos filhos dos senhores com o negro:

Luís o filho mais velho de Paulo Borges e Tereza, menino de quatro anos, tinha um dia visto chegar da roça Pai- Raiol e desatara a chorar assustado; sua mãe correrá a tomá-los nos braços, e perguntando porque chorava, o pobre anjinho apontará para o feio escravo. **O medo sentido por Luís passou a Inês**, sua irmãzinha de dois anos, que também tremia e chorava, quando por acaso via Pai- Raiol (Macedo, 2010, p. 95, grifo nosso).

Entre eles vinha Pai – Raiol, um negro feio. Tereza que acudira em receber seu marido, ao correr com os olhos os seus novos escravos, **sentiu um movimento de repulsão vendo o Pai Raiol**, e voltando o rosto, disse baixo a Paulo Borges:

Que má cara tem este negro! (Macedo, 2010, p. 96, grifo nosso).

Os dois fragmentos trazidos reforçam o que Fanon traz na sua obra, *Pele negra, máscaras brancas* (2008). O autor fala que os corpos negros são atravessados por olhares que se não o diminuem, se afastam. Logo, devido a cor negra estar ligada intimamente a maldade, o negro torna-se um eterno suspeito, é como se a qualquer momento fosse praticar o mal, ocasionando o medo negro. Seus caracteres físicos tidos como diferentes, ocasionam também a repulsa, pois no imaginário da população existe “a construção simbólica que pessoas negras são sujas, fedidas e/ou imundas” (Kilomba, 2019, p. 65). Pai-Raiol, portanto, representa as emoções negativas oriundas do racismo, pois é o racismo que faz com que se desperte no outro todos os sentimentos ruins.

Constatamos, no decorrer da narrativa, que, além de o autor reforçar estereótipos negativos sobre o negro escravizado por meio da construção do personagem Pai-Raiol, a religiosidade africana também é demonizada, configurando a estereotipação. Observemos a descrição minuciosa de todo o ritual do culto candomblé, apesar da extensão do trecho, é primordial sua reprodução.

Soam os grosseiros instrumentos que lembram as selvagens do negro da África, veem-se talimãs rústicos, símbolos ridículos; ornamenta-se o sacerdote e a sacerdotisa com penachos e adornos emblemáticos e de vivas cores; prepara-se ao fogo, ou na velha imunda mesa, beberagem desconhecida, infusão de raízes enjoativas e quase sempre esqualida, o sacerdote rompe uma dança frenética, terrível, convulsiva, e muitas vezes, como a sibila, se estorce no chão, a sacerdotisa anda como doida, entra e sai, e volta para tornar a sair, lança ao fogo folhas e raízes que encham de dum sufocante e de cheiro e desagradável e infecta a sala, e no fim de uma hora de contorções e de dança demônio, de ansiedade e de corrida louca da sócia de embusteiro, ela volta enfim do quintal, onde nada viu, e anuncia a chegada do gênio, do espírito, do deus do feitiço, para o qual há vinte nomes cada qual mais burlesco e mais brutal (Macedo, 2010, p. 80).

O trecho citado acima é a narrativa das percepções que o narrador tem de um culto de candomblé. Da leitura do trecho, destacamos a qualificação que o narrador faz da manifestação religiosa. Primeiramente ele percorre o ambiente, que é um terreiro onde ocorre toda a cerimônia religiosa africana, com um olhar de repulsa mostra ao leitor todos os instrumentos e símbolos que fazem parte do “ritual satânico”, qualificando-os como ridículos. O local aparece como um lugar imundo. Antes do ápice do ritual acontecer, ocorre as danças dos sacerdotes e sacerdotisas que são vistos como se fossem doidos, devido todos os gestos

que executam. Assim, o narrador caracteriza a prática religiosa como um estado de loucura empregando descrições como: dança frenética, terrível, convulsiva, no fim de uma hora de contorções. Salientamos ainda a maneira como o enunciador qualifica a dança chamando-a de “dança do demônio”. Finalmente, depois de todo o processo de cultuação, o deus que foi invocado aparece, mostrando-se como a encarnação do mal, o leitor então é apresentado aos orixás, qualificado pelo narrador pejorativamente de deus do feitiço.

As expressões, selvageria, diabólico, infernal, feiticeiro são as mais recorrentes na descrição do ritual descrito, aparecem tanto de forma clara, como também nas entrelinhas. Associa-se assim a religiosidade africana a cultuação do maligno, pois esta é vista pelos olhos do outro.

Vejamos mais algumas informações que o narrador nos traz sobre essa cerimônia, e percebamos como a sociedade escravocrata via a religiosidade africana. Essas casas dos candomblés, são chamadas de “casas do escandaloso culto do feitiço” (Macedo, 2010, p. 81), os líderes dos terreiros são chamados de “feiticeiro-mestre” e “entidade malvada” (Macedo, 2010, p. 80). Nesses rituais, pratica-se a maldade, “desse culto grotesco saem envenenamentos que matam de subido” (Macedo, 2010, p. 80). Assim, a prática do feitiço vai ser usada pelos negros somente para fazer o mal. O narrador também enfatiza que uma das consequências maléficas da entrada dos africanos no Brasil foi que eles trouxeram o feitiço. Observemos:

O feitiço, como a sífilis, veio d’África (Macedo, 2010, p. 35).

O escravo africano é o rei do feitiço (Macedo, 2010, p. 35).

O feitiço tem o seu pagode, seus sacerdotes, seu culto, suas cerimônias, seus mistérios; tudo porém grotesco, repugnante, e escandaloso (Macedo, 2010, p. 36).

Nota-se que a reponsabilidade de toda maldade que acontece nas fazendas sobrecairá sobre o negro escravizado. “Essa prática da feitiçaria, instituída com cerimônias e mistérios, embora repugnantes e ignóbeis, é uma peste que nos veio com os escravos da África, que desmoralizou, e mata mais do que se pensa” (Macedo, 2010, p. 81). Logo, o estereótipo de que tudo que tem associação com o negro é do mal, recai também sobre sua religião.

O título da segunda novela traz a principal característica do protagonista Pai-Raiol, ele era um feiticeiro. Esse adjetivo pejorativo diz respeito ao que na religião africana é chamado de pai de santo, no entanto, o líder religioso é chamado ao longo da narrativa de feiticeiro e também algumas vezes de macumbeiro e charlatão.

O narrador representa a religiosidade africana a partir de uma perspectiva europeia e cristã, com isso despreza a cultura africana. O personagem negro Pai-Raiol é construído pelo autor como uma figura horripilante e um feiticeiro terrível que usava a prática do feitiço somente para fazer mal ao próximo. “Pai- Raiol, o feiticeiro, o rei das serpentes, o demônio que matava de longe com os olhos” (Macedo, 2010, p. 124). O escravo assumirá na trama o papel de escravo demônio que usa sua religião e seu conhecimento sobre ervas para prejudicar, aterrorizar e, principalmente, para matar.

Logo após a chegada do escravo pai-Raiol à fazenda de Paulo Borges, tudo de ruim começa a acontecer. Primeiramente, seus animais e plantações começam a morrer, a priori o senhor achou que fosse força do destino, mas logo depois o leitor descobre que quem estava a envenenar e matar era o escravo que acabara de chegar. “Seis meses depois da arrematação dos vinte escravos, que foram seis meses de paciência e cálculo para Pai- raiol, a fortuna começou a desandar na fazenda de Paulo Borges, os bois e as bestas morriam” (Macedo, 2010, p. 96). O negro africano, usando seus poderes diabólicos, prejudica seu senhor tanto financeiramente como atentando contra a vida deste e de sua família que são descritos no romance como senhores bons e compassivos. Verificamos que o paternalismo dos donos de escravos também permanece nesta segunda narrativa, pois enquanto Pai-Raiol é descrito como a encarnação do mal, Domingos e Tereza assumem papéis de vítimas da escravidão.

Assim, o narrador enfatiza que “o negro atizou a inteligência para fazer o mal” (Macedo, 2010, p. 82). Pai- Raiol demonstra um grande conhecimento sobre plantas e ervas, mas estas são usadas em rituais onde se prepara a morte de pessoas inocentes. “Pai- Raiol se armava, preparava e enriquecia o seu arsenal: o feiticeiro não passa de envenenador; é o assassino charlatão” (Macedo, 2010, p. 93). No decorrer da narrativa, tal personagem vai usar a prática da feitiçaria para conseguir seus objetivos, envenenando e matando cruelmente a esposa e os filhos do seu senhor. “Que demônio de Pai-Raiol! Que terrível veneno! O tigre da escravidão já tinha despedaçado e devorado as carnes e bebido o sangue da mulher e dos filhos do senhor” (Macedo, 2010, p. 134).

Destacamos que, no texto em destaque, os poderes do feiticeiro Pai-Raiol, mesclado com o uso de ervas, aparecerá apenas com intenções malignas, não verificamos em nenhum momento passagens que o narrador mostra as habilidades curativas das ervas, elas são usadas pelo negro africano apenas com o propósito de fazer vítimas. Logo, no feitiço e nem no

feiticeiro não existe nada de positivo, visto que, de acordo com o narrador, ambos fazem parte de uma cultura selvagem e diabólica.

Macedo, ao falar de maneira preconceituosa da cultura dos negros africanos, reforça estereótipos negativos presentes na sociedade oitocentista que acreditava que tudo de ruim no negro estava ligado à África. Segundo Brookshaw (1983, p. 89):

Eles acreditavam que os costumes e a cultura africana eram elementos negativos para a sociedade da época, pois a África era sinônimo de coisas ruins e que, por isso o contato com a civilização branca poderia tornar-se algo positivo. Para essa elite da época, a cultura e todos os seus costumes seriam um forte empecilho para o desenvolvimento do país que almejava ser branco.

Pai-Raiol, portanto, representa o papel do negro demônio, negro feiticeiro que ocupou o imaginário escravocrata. Vimos que o personagem é o sinônimo de coisas ruins, desde sua fisionomia, passando por sua religião, até chegar nas suas ações que foram resumidas somente a prática de envenenamentos, ou seja, a prática do mal. Percorrendo a narrativa, observamos que o estereótipo que mais prevalece na novela em análise, é justamente o relacionado à religiosidade africana, vista como “a religião do mal” (Macedo, 2010, p. 80) e seus adeptos são rotulados de diabólicos e sem cultura. Sobre essa percepção social sobre a religiosidade afro brasileira neste período histórico, Carneiro ainda corrobora enfatizando que:

Na sociedade colonial as práticas religiosas dos negros eram vistas principalmente como “magia”, “feitiçaria” e “curandeirismo”, algo que estava relacionado ao mal, e precisava ser combatida, assim, a principal perseguição desta época era por parte da igreja católica, e depois veio a se estender a outros segmentos da sociedade (Carneiro, 2019, p. 06).

Assim, o discurso hegemônico do catolicismo na sociedade colonial colocava o negro no lugar fixo de um ser sem alma, logo “o catolicismo, por meio do processo de conversão, assumiu um importante papel no contexto colonial de dominação dos corpos e das almas dos africanos”, (Nogueira, 2020, p. 43). Neste caminho, a escravização dos corpos negros ocorreu não só por meio da utilização de sua força física, mas principalmente por meio da imposição do catolicismo, visto que, devido a religiosidade africana ser associada ao imaginário europeu, ligada a ideia de feitiçaria, selvageria ou malefício, precisava ser extirpada e no lugar imposta a religião dos europeus.

Somente por meio da conversão o indivíduo seria um ser capaz de ser reconhecido como dotado de inteligência. Fora disso, o restaria a condição de selvagem, desalmado, débil, potencial, maléfico, em suma, desumanizando ao ponto de ser coisificado (Rufino, 2019, p. 79).

Assim, o processo colonial tinha a missão também de espalhar “a verdadeira fé” a todos os povos africanos por meio da conversão, pois acreditava-se que estes eram seres desalmados, maléficos, ou seja, demonizava-se os africanos para justificar toda a violência do sistema escravista, visto que somente por meio da conversão, os negros deixariam de ser pagãos. Macedo, pautado nessa visão eurocêntrica de enxergar a religiosidade dos negros vista como a religião do mal, enfatiza que:

Mas o africano, escravo pelo corpo, livre sempre pela alma, de que não se cuidou, que não se esclareceu, em que não se fez **acender a luz da religião única verdadeira**, conservou puros e ilesos os costumes, seus erros, seus prejuízos, e inoculou-se na terra da proscrição e do cativeiro (Macedo, 2010, p. 140, grifo nosso).

Assim, o negro africano representado por Pai-Raiol, por não ter cedido “à luz da verdadeira e única religião”, ou seja, ao catolicismo, continua a ser mal, porque além de ser negro, também não é cristão. Logo, o argumento que Macedo usa para acabar com a escravidão se deve ao fato que as práticas religiosas dos negros influenciavam negativamente e prejudicavam a sociedade brasileira, visto que o negro quando veio da África não só trouxe sua força de trabalho, mas acima de tudo sua religião, tachada de selvagem e demoníaca. Pai-Raiol, portanto, representa todos os negros que não se submeteram a escravidão da alma e, por isso, foram demonizados e estereotipados.

Além de reforçar estereótipos negativos sobre o negro e sua religião, por meio da construção do personagem Pai-Raiol, Macedo também, ao construir a personagem Esméria, amante de Pai-Raiol, reforça alguns pontos negativos sobre a mulher negra no Brasil, pois a escrava é carregada de características imorais, “Esméria era possessa do demônio da luxúria que é o demônio torpe que desenfreada os instintos animais” (Macedo, 2010, p. 90), assim, a personagem é representada como uma escrava objeto de prazer, que usa seu corpo para conseguir seus objetivos traiçoeiros. Sobre essa representação estereotipada da mulher negra no texto literário, Bernardes, Santos e Debus (2018, p. 123), afirmam que:

A mulher negra tem a materialização de sua representação literária na figura da mulher fogosa, detentora de toda libido tropical e imoralidade. Essa

“mulher fácil”, aparece maioritariamente seduzindo senhores e causando o ciúme e desgraça das donzelas brancas. Em muitas passagens da literatura as mulheres negras são simplificadas a sexualidade aflorada, coisificadas em suas curvas e genitálias.

Essa representação hegemônica da mulher negra na literatura brasileira deve-se ao fato, principalmente, de serem objetos literários de escritores brancos, como é o caso de Macedo. Assim, enquanto a mulher negra assume o papel da promiscuidade, o senhor escravocrata torna-se vítima de sua depravação. A culpa da traição no casamento não é do senhor, mas sim da escrava que se insinua constantemente. Na narrativa de *As Vítimas-Algozes*, a escrava Esméria, por meio do fingimento e dissimulação, ganha a confiança de sua patroa e começa a trabalhar na casa grande. Pai-Raiol, almejando tirar vantagem da situação, convence sua amante a seduzir seu senhor. A escrava aceita a proposta prontamente e usa de todos os artifícios sensuais para seduzir Paulo Borges, como pode ser observado no trecho a seguir:

Enfim tantas vezes em tantos dias, Esméria se insinuou ora com o pequenino nos braços, ora distraíndo com jogos pueris os exigentes e ciumentos Luís e Inês, tomando sempre posições estudadas para ostentar suas proporções físicas, dando ao andar ensaiados requebros, olhando a furto o senhor, e abaixando logo os olhos com aparências de respeito profundo; oferecendo-se petulante, mas dissimulando a intenção; desafiando instintos animais em atitudes que fingia distraidamente tomadas, que acabou após insistente diligência e paciente esforço por conseguir a primeira vitória, aquela que prepara e facilita as outras. Paulo Borges olhou para Esméria, e viu que, além de escrava, ela era mulher (Macedo, 2010, p. 55).

A escrava então consegue seu objetivo e o “senhor, o velho senhor ficou escravo da sua escrava” (Macedo, 2010, p. 56). Por meio da sensualidade, a personagem Esméria manipula seu senhor e, com ajuda de Pai-Raiol, com a prática da feitiçaria, numa atitude cruel, ajuda a envenenar e matar sua senhora e os filhos desta. Destacamos que, enquanto Pai-Raiol utiliza o feitiço para prejudicar a família senhorial, Esméria usa seu corpo para trazer a ruína a casa do seu senhor. Há, portanto, uma inversão de papéis na narrativa macediana, pois quando o narrador traz a personagem com um grande apelo sexual, responsabilizando-a pela perdição sexual do senhor, ele silencia toda a violência sobre os corpos das mulheres negras que eram vítimas diariamente de estupros por parte de seus senhores, assim como afirma Robert Slenes (1999) no excerto abaixo:

A historiografia recente brasileira no tocante a escravidão, tem indicado que os senhores de escravas utilizavam seu poder como estratégia de subjugar seus dominados, deixando claro que nessa relação quem estabelecia normas e regras era ele o *senhor*. (Slenes, 1999, p. 64)

Assim, os corpos das mulheres negras também foram escravizados, pois os senhores utilizavam de seu poder, de sua autoridade para satisfazer seus desejos sexuais. A vítima, portanto, não era os senhores, mas sim as escravas que eram obrigadas maioritariamente a deitar-se com senhores depravados, tendo como consequência filhos oriundos do estupro. Logo, quando o narrador inverte os papéis e coloca os senhores como sendo vítimas desse contato com negras imorais, ele defende e protege a classe senhorial, pois não mostra como o corpo da mulher negra foi invadido, explorado e escravizado.

Deste modo, Macedo, ao construir os personagens Pai-Raiol e Esméria, traz para a literatura a representação do negro carregado de características negativas. Esméria é vista como uma mulher sensual e carregada de todas as características depreciativas, reforçando, assim, muitos dos estereótipos negativos sobre a mulher negra no Brasil. Pai-Raiol é construído de forma animalesca e que usa sua religião para fazer mal. Nota-se que, em nenhum momento da narrativa, esses personagens negros têm voz. Há uma desvalorização de suas raízes e de sua cultura.

A terceira novela do livro é intitulada *Lucinda, a mucama*, diferentemente das histórias anteriores aonde presenciamos negros assassinos e cruéis, a protagonista desta história não mata seus senhores, no entanto, prejudica a família senhorial de outras formas. Por meio da construção da personagem negra Lucinda, o autor tenta convencer os senhores escravocratas sobre o perigo da má influência dos escravos na sua família, sobretudo, os que convivem dentro de suas casas. Um exemplo são as mucamas das filhas dos donos de escravizados.

Compreendeis bem toda a extensão dos abusos, dos males, das consequências perniciosas e até mesmo desastrosas, e às vezes fatais e irremediáveis, que podem provir e que têm provindo da influência das mucamas escravas sobre a educação, a moralidade, a vida, o destino das donzelas? (Macedo, 2010, p. 92).

Assim, o narrador macediano entra no universo das mucamas para advertir sobre o mal que acompanhava suas filhas e esposas diariamente. Para entendermos mais sobre quem eram

as mucamas, Barros (2016, p. 21) nos traz uma breve definição, “a escrava negra moça ou de estimação que era escolhida para auxiliar nos serviços caseiros ou acompanhar pessoa da família, e por vezes era a ama de leite”.

Ainda segundo o autor, geralmente a mucama era jovem e servia a uma sinhazinha adolescente, a quem se dedicava e executava uma série de tarefas, dentre elas: ouvir os segredos da sinhá-moça, cuidar dos penteados, broches, vestidos, jóias, catar piolho, fazer cafuné e infinitas outras atividades. A mucama era considerada a que mais se beneficiava com seu ofício, se comparado com as outras criadas que, dependendo da casa senhorial, ficavam com os serviços e atividades mais pesadas e grosseiros como a cozinha e a lavoura, enquanto que a mucama de confiança frequentava os espaços íntimos da casa como os quartos.

Na narrativa *Lucinda, a mucama*, temos a representação da mulher negra escravizada, que dentre os inúmeros serviços que desempenhava estava o de mucama. Lucinda foi dada de presente para Cândida, filha de um grande senhor escravocrata. Desde cedo, a mucama influencia negativamente o comportamento de sua senhora, que é descrita como uma menina cheia de virtudes, mas que, ao conviver tão perto com a mucama Lucinda, aprende todos os seus vícios. O autor, no decorrer da narrativa, ressalta os males que as mucamas podem trazer para as casas de seus senhores.

A mucama que com a palavra, o gesto, o elogio, a lisonja, a indiscrição, a petulância, e a protéria dos seus vícios, dos vícios próprios da sua miserável condição de escrava, comprometerá, arruinará o grande empenho do vosso amor, plantará no coração de vossa filha a ciência do mal, muito antes do prazo em que o mundo lha devia ensinar (Macedo, 2010, p. 168).

Assim, o contato com a mucama acaba com todos os cuidados que os pais têm ao cuidar de sua filha. É interessante destacar algumas comparações entre Cândida e Lucinda, que o narrador traz, a fim de melhor persuadir seus leitores sobre a necessidade de proteger as sinhazinhas das libertinas mucamas. “Portanto, a mucama escrava ao pé da menina e da donzela é o charco em comunicação com a fonte límpida”. (Macedo, 2010, p. 163). O narrador continua: “a curiosidade impelia essa mimosa filha de Eva, e à porta do paraíso da câmara virginal dormia a serpente da perdição”. (Macedo, 2010, p. 168). Logo, enquanto Cândida ocupa o papel de fonte límpida e filha de Eva, a Lucinda é vista como o charco e a serpente que levou a filha de Eva, ou seja, Cândida ao pecado.

Esse jogo com as palavras “charco”, “serpente” em oposição a “fonte límpida” e “filha de Eva” conduz o leitor a ver a problemática de se conviver com negras escravizadas

por outro ângulo, um mais didático. Cândida, antes de ter contato com sua mucama, era comparada aos anjos, portava todos os bons modos que a sociedade esperava de uma jovem donzela, era boa filha, seguia todas as regras impostas pela sociedade patriarcal e preparava-se para ser também uma boa esposa, por isso é comparada a uma fonte límpida. No entanto, quando recebe de presente a mucama Lucinda, esquece-se de tudo que aprendera, pois o convívio com a negra lhe tira a inocência, pois era tentada diariamente pela “serpente” Lucinda, que por inveja da pureza da sinhazinha usa de todos os artifícios até conseguir levar a jovem donzela para longe de tudo o que estava predestinada a ser.

Lucinda, antes de ser entregue a Cândida, passou por um longo processo de aculturação, pois foi enviada para a escola de mucamas, a fim de ser preparada para exercer a função de mucama da melhor forma. Aprendeu a língua, a religião, os modos europeus, teve aulas de como comportar-se “civilizadamente”. No entanto, mesmo tendo sido ensinada as regras de moralidade, comporta-se de forma imoral, pois, “convivendo com as outras escravas libertinas, aprendera desde cedo sobre a arte da sedução e sobre os prazeres sexuais” (Macedo, 2010, p. 111). O autor destaca, ao longo da narrativa, que todos os vícios que a escrava possuía eram ensinados à sua inocente senhora, corrompendo-lhe a honra. Observemos:

No fim de cinco anos Lucinda, que era inteligente e habilidosa, deixou a mestra, e tornou à casa de seu senhor para passar logo ao poder de Cândida, trazendo as prendas que presunçosa ostentava, e dissimuladamente escondidos os conhecimentos e o noviciado dos vícios e das perversões da escravidão: suas irmãs, as escravas com quem convivera, algumas das quais muito mais velhas que ela, tinham-lhe dado as lições de sua corrupção, de seus costumes licenciosos, e a inoculação da imoralidade, que a fizera indigna de se aproximar de uma senhora honesta, quanto mais de uma inocente menina (Macedo, 2010, p. 94).

Ressaltamos que mesmo Lucinda tendo aulas de educação moral, como nasceu escrava estava predestinada a ser imoral. Segundo Silva (2016), as mulheres negras que eram mucamas viviam à margem da sociedade, condenadas à sua condição de escrava. Portanto, para a sociedade da época, nada de bom poderia vir delas, pois acreditava-se que, como nasciam no berço da escravidão, mesmo as jovens mucamas tendo educação moral, permaneciam com seus vícios. A imoralidade, portanto, seria uma característica inata de todas as mulheres negras escravizadas. Logo, ao construir a personagem Lucinda, Macedo reforça estereótipos já citados sobre a mulher negra, quando descreve a escrava como imoral e

desconhecedora de qualquer regra de moralidade imposta pela sociedade do período oitocentista.

A mucama Lucinda é construída por Macedo sendo “uma rapariga muito pervertida e muito desejosa de se perverter ainda mais” (Macedo, 2010, p. 94). Acompanhando o desenvolvimento da personagem, observamos que suas falas, seus gestos, seus pensamentos giram em torno de sua sexualidade, descrita como afluída, enquanto que o narrador ao descrever sua sinhazinha Cândida ressalta sua ingenuidade, pureza e beleza. Observemos a comparação entre as personagens:

Cândida era loura: seus finos cabelos caíam em anéis; tinha os olhos azuis e belos e o olhar de suavidade cativadora; o rosto oval da cor da magnólia com duas rosas a insinuarem-se nas faces, – um céu alvo com duas auroras a romper; – a boca, ninho de mil graças, era pequena, os lábios quase imperceptivelmente arqueados, lindíssimos, os dentes iguais, de justa proporção e de esmalte puríssimo, o pescoço e o corpo com a gentileza própria da sua idade, as mãos e os pés de perfeição e delicadeza maravilhosas. Fazia pena e medo pensar que a próxima metamorfose podia alterar, como acontece muitas vezes, aquela harmonia feliz de encantos e de beleza. Porém o que mais enfeitadamente radiava em Cândida era o brilho, a expansão, a segurança, o abandono, o celeste perfume da inocência, dessa virginal puríssima, sublime insciência do mal, insciência que faz da menina um anjo da terra, que arremeda e quase iguala os anjos do céu (Macedo, 2010, p. 224).

Aos treze anos de idade a mucama de Cândida só respirava lascívia em desejos, ações e palavras de fogo infernal: sua natureza era sob esse ponto de vista impetuosa, ardente e infrene (Macedo, 2010, p. 238).

Assim, Macedo buscou na simbologia das cores uma forma de justificar a imoralidade da mucama Lucinda. Observa-se que há uma exaltação dos traços brancóides de Cândida, ou seja, da sua beleza. Logo, a cor branca tornou-se sinônimo da beleza e da pureza da sinhazinha. “Na obra do escritor branco, aparece o louvor ao branco como ideal estético, muitas vezes representado pela figura da mulher branca, o símbolo máximo da beleza e pureza” (Brookshaw, 1983, p. 21). Logo, o preconceito racial está presente na voz narrativa e nas personagens analisadas. A virtude e a beleza, nesta novela, estão intimamente associadas à brancura da pele, características essas que a voz narrativa impõe a Cândida a todo momento.

Em contrapartida, Lucinda assume o papel de promiscuidade, por ser negra e ter nascido no berço da escravidão. De acordo com a filósofa e ativista Djamilia Ribeiro (2017, p.

83), “as mulheres negras são ultrassexualizadas desde o período colonial. No imaginário coletivo brasileiro, propaga-se a imagem de que são “lascivas”, “fáceis” e “naturalmente sensuais”. Logo, quando Macedo descreve Lucinda como o “demônio da lascívia” (Macedo, 2010, p. 106), “animal da luxúria” (Macedo, 2010, p. 107), “escrava imoral” (Macedo, 2010, p. 175), ele reforça a ideia de que a mulher negra é inferior as brancas não só intelectualmente, esteticamente e culturalmente, mas acima de tudo moralmente, pois a cor negra pelo olhar do escritor branco também tornou-se sinônimo de devassidão.

De acordo com Brookshaw (1983), para a sociedade colonial, a mulher negra é o símbolo da liberalidade sexual. Ela não é respeitada nem como mulher nem como indivíduo. Sua função é atrair os homens, ser explorada por eles e em troca explorá-los para obter o que precisa por meio do sexo. Neste caminho, Lucinda, assim como Esméria da narrativa anterior, faz uso de seu corpo para conseguir seus objetivos traiçoeiros. Observemos:

A mucama satanicamente inspirada, presumia-se de tentadora, e ardia por tentar o senhor moço: imoral, viciosa e lascívia, apenas contida pelo medo, passava quantas vezes podia diante dele com meneios lascivos do corpo indo e vindo pela casa, onde por acaso Liberato se achava só (Macedo, 2010, p.193).

Destacamos que quando a mulher negra aparece na narrativa macediana é sempre atraindo e seduzindo os senhores, nunca ao contrário. Há uma ênfase no seu corpo, nunca escutamos o que pensa e o que sente em relação a sua situação de escravizada. A devassidão de Lucinda se sobrepõe a todo momento que até esquecemos que ela é uma vítima da escravidão. Observamos também uma desumanização da personagem, pois esta é vista apenas como um corpo-objeto de prazer, seus instintos sexuais assemelham-se aos dos animais, é como se Lucinda não tivesse controle sobre si e sobre seus desejos, logo a personagem é trazida de forma animalizada.

O que podia ensinar Lucinda? Senão a imoralidade e o vício? Acompanhando o desenvolver da trama, observamos que a mucama aproveita o contato íntimo com a sinhazinha para conduzi-la à degradação. É por meio da malícia e de perversos conselhos que Lucinda incentiva a jovem a namorar e a se envolver com muitos rapazes sem nenhum compromisso. Devido a este contato diário com sua mucama, Cândida acaba mudando todo o seu comportamento, transforma-se em uma mulher vulgar, deixa de respeitar seus pais, ocasionando, assim, muita tristeza em sua família. No final da narrativa, quando influenciada

por sua mucama, perde a virgindade e engravida. Sobre o perigo das mucamas no seio da família senhorial, o narrador está sempre a advertir:

A mucama escrava ganha em breve a confiança e a amizade da pobre inocente, e maldade, revela-lhe mistérios cuja inciência é o matiz da virgindade, põe em tributos cruéis e vai gastando o seu pudor com explicações rudes em que não sabe medir o pudor da palavra, fala-lhe de namoros e de casamentos, impele-a a afeições que podem ser nocivas, leva-lhe os bilhetes do namorado, verdadeiro ou fingido amante e pretendente a casamento, serve-lhe à intriga amorosa contra a vigilância dos pais, infecciona-lhe o coração e excita-lhe os sentidos com a manifestação de idéias inspiradas pelo sensualismo brutal, em que se resume todo o amor nos escravos, e em alguns casos por avidez de sórdido ganho, por desmoralização, por perversidade, e até por vingança, chega ao extremo de arrastá-la à perdição, e de facilitar a mácula que para sempre nodoa a vida (Macedo, 2010, p. 162).

Assim, por meio da representação de Lucinda, Macedo reforça a visão negativa de que os negros não eram só imorais, mas que também influenciavam negativamente as famílias de seus senhores. Segundo Castilho (2004), a sociedade escravocrata acreditava que a companhia dos negros não era saudável porque eles não controlavam seus instintos animais, não tinham moral e podiam destruir a de quem tinha, no caso a moral do branco. Quando o narrador fala que “as águas do charco inundaram a fonte pura” (Macedo, 2010, p. 170), ou seja, que Cândida deixou de ser anjo e virou uma mulher pervertida, devido seu contato com Lucinda, ele completa sua missão, pois culpabiliza as negras escravizadas, sobretudo, as mucamas, de trazerem a imoralidade para dentro da casa dos senhores.

Corroborando com essa ideia da sociedade escravocrata que colocou a mulher negra no lugar fixo da imoral e como aquela que contamina e influencia com seus vícios. Freyre também traz em sua obra *Casa-Grande e Senzala* (2003) essa visão negativa sobre as mucamas. “Sabe-se que enorme prestígio alcançaram as mucamas na vida sentimental das sinhazinhas. Pela negra ou mulata de estimação é que a menina se iniciava nos mistérios do amor” (Freyre, 2003, p. 423). Segundo o autor, era a mucama que levava a sinhazinha a conhecer o mundo da sexualidade. Assim como Macedo, Freyre fala sobre o perigo que representava ter uma mucama dentro de casa, devido sua influência perniciososa. Ambos os autores, um por meio do texto literário, o outro por um texto histórico (a história vista de

cima), revelam todo um pensamento depreciativo da sociedade escravocrata em relação à mulher negra escravizada.

Observa-se que quando o narrador macediano dá ênfase ao perigo de se conviver diariamente com as mucamas, ele parece defender a classe senhorial, pois, o outro lado da história da escravidão é silenciada. Ou seja, enquanto as negras das senzalas trabalhavam nas lavouras, as mucamas por conviverem mais próximas de seus senhores eram mais facilmente abusadas sexualmente. “O espaço onde ela transitava, não isentava a mucama de abusos patriarcais e escravistas, sujeitas mais diretamente aos caprichos da dona e do senhor, e muito mais fiscalizadas” (Barros, 2016, p. 01). Logo, o perigo não era o convívio dos senhores com as mucamas, mas sim o contrário, pois ao conviverem diariamente com seus senhores a mulher negra tornava-se um alvo fácil para atender aos impulsos sexuais de seus senhores e, por consequência, serem castigadas devido aos ciúmes que as senhoras tinham de seus maridos.

Constata-se, portanto, que, nas três narrativas presentes no livro *As Vítimas-Algozes*, Joaquim Manuel de Macedo tem uma visão distanciada quando fala do negro, pois, ao construir seus personagens afrodescendentes, não há uma atitude compromissada em trazer, nas três novelas, o negro como sujeito, alguém que tem história e sentimentos. A intenção do autor é tão somente descrever os negros escravizados como cruéis, assassinos, vingativos, imorais e destituídos de todos os sentimentos humanos. Ao construir os protagonistas das três novelas, Macedo demonstra preconceito contra o negro, reforçando estereótipos negativos, enraizados na mentalidade do período oitocentista que viam no negro um ser inferior e portador dos piores vícios.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar a representação do negro nas obras abolicionistas *Úrsula* e *As Vítimas-Algozes* foi o nosso objetivo principal. Em um primeiro momento, delineamos a escravidão no Brasil, contexto no qual as duas obras corpus desta pesquisa estão inseridas, trazendo historiadores comprometidos com a história do negro e da África. Como o texto literário dialoga com seu período histórico, demonstramos essa relação intrínseca entre a literatura e a história nas obras do século XIX que tematizaram a escravidão, ressaltando que estudar os livros abolicionistas nos ajudam a compreender a sociedade escravocrata e as visões que os literatos possuíam da escravidão e do negro.

Vimos que ao mesmo tempo que nasce a literatura abolicionista e os olhos se voltam para o negro, nesse mesmo período são reforçados por meio da literatura os estereótipos raciais, que, como afirma Bhabha (1998), colocam o negro no lugar fixo do imoral, demoníaco, do diferente. Nesse viés, a literatura é então como uma faca de dois gumes, como afirma Candido (1989), pois assim como ela dá voz ao negro, ela também serve como um grande instrumento de disseminação desse olhar distorcido do branco sob o escravizado. Assim, os estereótipos raciais que começam a ser disseminados na literatura abolicionista, se perpetuam nos textos pós abolicionistas.

No segundo momento, trouxemos à baila Maria Firmina dos Reis com a obra *Úrsula* e Joaquim Manuel de Macedo, com a obra *As Vítimas-Algozes*, dois autores com um tema em comum, a escravidão, no entanto a maneira que cada um trata sobre a temática diverge. Percorremos a vida e a produção intelectual dos autores, o contexto no qual estavam inseridos, afim de entendermos as motivações que levaram ambos trilharem por caminhos diferentes no que tange a representação da escravidão e do negro.

No terceiro momento, por meio da literatura comparada, ancorada nos pressupostos de seus principais teóricos, foi feita uma análise comparativista, buscando, assim, primordialmente dar ênfase nas divergências e similaridades no que tange a representação do negro entre as obras analisadas. Para Lelia Perrone-Moisés (1990, p. 96), o ato de comparar sempre traz à baila, intrinsecamente, semelhanças e diferenças, que se pode propor, agora, como transformação dos objetivos da literatura comparada. Não é comparar por meios simplistas. Trata-se de comparar objetivando uma mudança na ênfase comparativa. Sendo

assim, é necessário explorar objetos, formas, personagens, tempos e perspectivas para formar novos paradigmas.

Verificou-se assim, que os dois autores são abolicionistas, mas possuem visões diferenciadas sobre o negro. Esse pressuposto se confirma na construção das personagens negras em suas obras. Enquanto Maria Firmina dos Reis luta pelo fim da escravidão no Brasil por razões humanitárias, Macedo pede o banimento da escravidão por razões políticas e econômicas, pensando no bem e na posição dos senhores escravocratas. A visão distanciada sobre o negro, que parte de Macedo, tece personagens afrodescendentes como objetos que não possuem história e sentimentos humanos, reforçando estereótipos negativos sobre os corpos marginalizados – enraizados na mentalidade da sociedade oitocentista e contemporânea.

Nesse sentido, constatou-se que Joaquim Manuel de Macedo constrói o negro como um ser vingativo, rancoroso, uma fera que a qualquer momento irá se vingar dos brancos. A obra *As Vítimas-Algozes* apenas personifica o estereótipo do escravo como um ser despido de humanidade, receptáculo da maldade, crueldade e da maledicência.

O romance *Úrsula*, ao contrário da obra *As Vítimas-Algozes*, traz o negro com uma outra visão. Ele é construído na obra de Maria Firmina dos Reis como um sujeito que tem história e que, apesar da escravidão que estavam submetidos, possuíam em si humanidade – a escravidão não destituiu o negro da capacidade de sentir e respeitar a existência dos outros seres. Além disso, esse ser marginalizado continuava possuindo sentimentos generosos que Deus havia colocado em seu coração, os negros, apesar de serem caracterizados com estereótipos negativos, causado pela escravidão, no romance *Úrsula*, são colocados como seres bondosos, cheios de virtudes e em pé de igualdade com os brancos, mas sempre denunciando por meio da memória as agruras da escravidão.

Maria Firmina dos Reis, ao elevar seus personagens negros para o plano do protagonismo, destoa de muitos relatos nos quais o negro era visto como um objeto sem história e voz. A autora maranhense se mostra solidária com a dor do negro e, por meio de sua escrita, o torna sujeito, e não na posicionalidade de um simples objeto a ser descrito, como verificou-se na obra de Macedo, uma vez que o autor se mostra indiferente com as situações humilhantes às quais os negros eram submetidos, tornando-os *vítimas-algozes*, como sugere o título da obra.

Em vista disso, destaca-se a necessidade da abordagem entre literatura e história, haja vista que no decorrer dos séculos, encontram-se concepções preconceituosas (racistas e

coloniais) enraizadas na sociedade e que negam a negritude, mesmo que de forma velada e implícita. Por esse motivo, ressalta-se a relevância dos temas tratados neste estudo.

À proporção que as obras se desenvolvem, percebe-se que a realidade do racismo, fortificada pelos estereótipos do período colonial, é encoberta a depender do ponto de vista do autor, do sujeito da história e de quem tem a força da palavra no momento, o que foi constatado entre as obras em destaque nesta dissertação, e até mesmo diante de um estudo comparativo entre obras de diferentes épocas. Nesse sentido, o tema sobre o negro na literatura brasileira precisa ser constantemente debatido, pois muitas obras que trazem o negro como personagem não fazem nada mais do que reforçar estereótipos negativos sobre esse grupo discriminado – realidade que infelizmente ainda persiste na contemporaneidade.

Em suma, assevera-se a partir dos dados levantados e análises realizadas nesta pesquisa, que a luta por direitos iguais entre todos os sujeitos (negros, brancos, indígenas e LGBTQIAPN+) é resultado de uma herança colonial e distante de ser resolvida. Entretanto, é inegável que o negro ao longo do tempo mostrou-se fortemente atento, resistente e perseverante para alcançar o direito à vida – não a de sobrevivência, mas uma vida digna, posta dentro do campo da humanidade. Partindo desse quadro social e histórico, salientam-se perspectivas animadoras, mesmo que em intensidade mínima, para romper com a noção canônica que se tem sobre o negro nos mais variados âmbitos e sentidos das sociedades, assim como Regina Dalcastagnè elenca: “nossa poesia, nossos contos e romances não trazem modelos suficientemente ricos que possam servir de inspiração aos escritores – afinal, nunca coube aos negros o papel de protagonistas dessa história” (Dalcastagnè, 2015, p. 42).

Enfim, por mais que os negros (as) estejam colocados (as) em um lugar de subalternidade, foi em decorrência da exposição das dores e dos absurdos que vivenciaram, que a voz do negro bradou por uma representatividade maior. A partir daí, recorreu-se a desconstrução das formas negativas de se apresentar os negros nas mais diversas artes. Esta pesquisa, assim como tantas outras, é a prova que aos poucos surgiram e estão surgindo produções literárias que realmente trazem o negro como um sujeito – seja em seu lugar de fala ou na exposição da inferioridade dele que gera denúncia.

REFERÊNCIAS

- ABREU, José Antônio Dias de. A abolição sob a lente de autores brasileiros. *Navegações*, Portugal, v. 7(1), p. 16-22, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.15448/1983-4276.2014.1.18848>>. Acesso em: 09 mai. 2022.
- ABREU, José Antônio Dias de. *Os Abolicionismos na Prosa Brasileira*: de Maria Firmina dos Reis a Machado de Assis. 2013, 470 f. Tese (Doutorado em Letras, Literatura Brasileira) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/23777?mode=full>. Acesso em: 15 mai. 2022.
- ADLER, Dilercy Aragão. Maria Firmina dos Reis: Consolidando a ressignificação de uma precursora. *Estudos linguísticos e literários*, Salvador, n.59, p. 217-222, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/estudos/article/view/28875/17096>. Acesso em: 04 mar. 2022.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA, Walter Filho. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALENCAR, José de. *O Tronco do Ipê*. São Paulo: Rideel, 2009.
- ALMEIDA, Silvio. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Coleção Feminismos plurais, 2019.
- ALVES, Marcos Francisco. *Os romancistas da Abolição*: o discurso abolicionista nas obras de Bernardo Guimarães e Joaquim Manuel de Macedo. 2012. 165 f. Dissertação (Mestrado em história) - Universidade Federal de Goiás. Goiás, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/2333/1/Dissertacao%20Marcos%20Francisco%20Alves.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2022.
- AMORA, Antônio Soares. *Introdução à Teoria da Literatura*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- ASSUNÇÃO, M. R. A memória do tempo de cativo no Maranhão. *Tempo*, Inglaterra, v.15, n° 29, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042010000200004>>. Acesso em: 08 dez. 2022.
- AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. São Paulo: Panda Books, 2017.
- BAQUAQUA, Mahommah Gardo. *Biografia de Mahommah Gardo Baquaqua*: um nativo de Zoogoo, no interior da África. São Paulo: Uirapuru, 2017.
- BARBOSA, Maria Rita de Jesus. A influência das teorias raciais na sociedade brasileira (1870-1930) e a materialização da lei nº10.639/03. *REVEDUC*, São Paulo, v.10, n.1, p. 260-272, 2016. Disponível em:

http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S198271992016000200260&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 01 out. 2021.

BARROS, Adelson Florêncio de. Texto discurso e sociedade: O papel da mucama e sua representação sociocultural no nordeste patriarcal-escravocrata. *Revista Aled Brasil*, São Paulo, v. 2, n.1. 2016. Disponível em: <https://www.revistaaledbr.ufscar.br/index.php/revistaaledbr/issue/view/9>. Acesso em: 02 fev. 2022.

BERNARDES, Tatiana Valentim Mina; SANTOS, Zâmbia Osório dos; DEBUS, Eliane Santana Dias. A representação de mulheres negras na literatura afro-brasileira: Uma leitura de “A escrava”, de Maria Firmina dos Reis e “Minha mãe”, de Luís Gama. *Revista da Anpoll*, Florianópolis, v. 1, nº 47, p. 117-129, Set./Dez. 2018. Disponível em: <http://revistadaanpoll.emnuvens.com.br>. Acesso em: 10 jul. 2022.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. São Paulo: Autêntica Editora, 2018.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourença de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Para uma história do negro no Brasil*. — Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2018. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1104317/icon1104317.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.

BROOKSHAW, David. *Raça e cor na literatura brasileira*. Tradução de Marta Kirst, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

BURKE, Peter. (org). *A Escrita da História/ Novas Perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

CANDIDO, A. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

CARNEIRO, Abimael Gonçalves. Intolerância religiosa contra as religiões de afro-brasileiras: uma violência histórica. *IV Jornada internacional de políticas públicas*. São Luís, 2019. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_230_2305cc2fa7b34e8b.pdf. Acesso em: 23 jun. 2021.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Editora Selo negro, 2011.

CARVALHAL, Tania. *Literatura comparada*. São Paulo: Ática, 2006.

CARVALHO, J. C. B. *Literatura e atitudes políticas: olhares sobre o feminino e antiescravismo na obra de Maria Firmina dos Reis*. 2018, 130 p. Dissertação (Mestrado em Literatura) - UFPI, Piauí, 2018. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/12dtFCFkzJsFjKUAhBh_VviO7iFym8tyl. Acesso em: 01 jun. 2021.

CASTILHO, Suely Dulce de. A Representação do Negro na Literatura Brasileira. *Novas Perspectivas. Olhar de professor*, Ponta Grossa, v. 7, n.1, p. 103-113, 2004. Disponível em: <<https://revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/1418.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis historiador*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2003.

CHIAVENATO, José. *O negro no Brasil: Da senzala à abolição*. Rio de Janeiro: Moderna, 1987.

CONFORTO, Marília. *O escravo de papel: O cotidiano da escravidão na literatura do século XIX*. Rio Grande do Sul: Educs, 2012.

CONFORTO, Marília. *Faces da personagem escrava*. Rio Grande do Sul: Educs, 2001.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 5ª edição. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2012.

COUTINHO, Eduardo F.; CARVALHAL, Tania Franco. *Literatura comparada: Textos fundadores*. Rio de Janeiro: Rocco. 2011.

DALCASTAGNÈ, Regina; LEAL, Virgínia (org.). *Espaço e gênero na literatura brasileira contemporânea*. Porto Alegre: Zouk, 2015b. (Estudos de Literaturas Contemporâneas).

DALCASTAGNÈ, Regina. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Vinhedo: Editora Horizonte; Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 2012.

DALCASTAGNÈ, Regina. Entre silêncios e estereótipos: relações raciais na literatura brasileira contemporânea. *Estudos De Literatura Brasileira Contemporânea*, São Paulo, (31), p.87-110, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9434>. Acesso em: 10 fev. 2022.

DUARTE, Eduardo de Assis. Faces do negro na literatura brasileira. *Portal Literafro*, Minas Gerais. 2022. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-criticos/1676-eduardo-de-assis-duarte-faces-do-negro-na-literatura-brasileira>. Acesso em: 05 mai. 2022.

DUARTE, Eduardo de Assis. O negro na literatura brasileira. *Navegações*. Belo Horizonte. v.6, n.2, p.146-153. 2013. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/navegacoes/article/view/16787>. Acesso em: 01 jan. 2022

DUARTE, Eduardo de Assis. *Maria Firmina dos Reis e os Primórdios da Ficção Afro-brasileira*. Posfácio. In: Reis, Maria Firmina dos. Florianópolis, 2009.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Sebastião Nascimento e Raquel Camargo. Salvador: EDUFBA, 2008.

FILHO, Domício Proença. A trajetória do negro na literatura brasileira. *Estudos Avançados*, São Paulo. v. 18, n. 50, p.161-193, 2004. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9980>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Recife: Global Editora, 48 edição, 2003.

GOMES, Agenor. *Maria Firmina dos Reis e o cotidiano da escravidão no Brasil*. São Luís: AML, 2022.

GOMES, Heloísa Toller. *O negro e o Romantismo brasileiro*. São Paulo: Atual editora ltda. 1. Ed., 1988.

GOMES, Laurentino. *Escravidão: Da independência do Brasil à Lei Áurea*. São Paulo: Editora Globo livros, 2022.

GOMES, Laurentino. *Escravidão: Da corrida do ouro em Minas Gerais até a chegada da corte de Dom João ao Brasil*. São Paulo: Editora Globo livros, 2021.

GOMES, Laurentino. *Escravidão: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares*. São Paulo: Editora Globo livros, 2019.

GUIMARÃES, Bernardo. *Uma história de quilombolas*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GUIMARÃES, Bernardo. J. da S. *A escrava Isaura*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

HALL, S. *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2016.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.

LEITE, Dante Moreira. *O Carácter Nacional Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ática, 1992.

LOBO, Luiza. *Autoretrato de uma pioneira abolicionista*. Crítica sem juízo. Rio de Janeiro, 1993.

LOUSADA, Isabel; CAMBRAIA, Cláudia. *A voz silenciada da literatura brasileira. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa*. Portugal, 2017. Disponível em:

http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373324756_ARQUIVO_artigo-FazendoGenero.pdf. Acesso em: 02 mai. 2022.

LUCENA, Daliane de Oliveira. *O sujeito negro na obra “Úrsula”*: uma análise discursiva acerca das relações de poder. 2012. 38 f. Monografia (Graduação em Letras), Universidade Estadual da Paraíba, Catolé do Rocha, 2012. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/4505>. Acesso em: 03 mai. 2022.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *As Vítimas-Algozes*: Quadros da escravidão. São Paulo: Martin Claret, 2010.

MACENO, Regilane Barbosa. *O colonialismo e suas implicações na literatura contemporânea*: identidades cambiantes na trilogia *As areias do imperador*, de Mia Couto. 2021, 204 f. Tese (Doutorado em Literatura) - Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/43619>. Acesso em: 20 set. 2022.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Maria Firmina dos Reis, escrita íntima na construção de si mesmo. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 33, n. 96, p. 93-108, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142019000200091. Acesso em: 07 mai. 2021.

MENDES, Algemira Macêdo. *Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na história da literatura brasileira*: representação, imagens, memórias, nos séculos XIX e XX. 2006, 372 f. Tese (Doutorado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2230>. Acesso em: 17 set. 2021.

MENDES, M. R. *Uma análise das representações sobre as mulheres no Maranhão da primeira metade do século XIX a partir do romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis*. 2013, 149 p. Dissertação (Mestrado em História Social). UFMA, São Luís, 2013. Disponível em: <http://www.ppghis.ufma.br/siteantigo/documentos/Dissertacao%20Melissa.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

MONTEIRO, Patrícia Cavalieri. F.. Discussão acerca da eficácia da Lei Áurea. *Meritum*, Belo Horizonte, v. 7, nº 1, p.355-387. 2012. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/meritum/article/viewFile/1208/829>. Acesso em: 20 dez. 2021.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *Abolição*. São Paulo: Ática, 1988.

MORAES, Evaristo de. *A escravidão Africana no Brasil*: Das origens a extinção. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1933.

MORAIS FILHO, José Nascimento. *Maria Firmina*: Fragmentos de uma vida. São Luís, Governo do Maranhão, 1975.

MORAIS, Maria Perla Araújo; SILVA, Marília Gabriela Pereira da. Úrsula, de Maria Firmina dos Reis, e seu contraponto aos retratos da escravidão no Brasil. *Humanidades e inovação*, Tocantins, v.6, n.5, p.225-237, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1282>. Acesso em: 03 jan. 2021.

MOURA, C. *História do Negro Brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: Usos e sentidos*. São Paulo: Autêntica, 2019.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira*, Niterói: EDUFF, [S.l: s.n.], 2004. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MUÑOZ, Juliana Fillies Testa. A representação do negro na literatura oitocentista brasileira à luz do pós-colonialismo. *Revista de Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro. v. 32, n.1, p. 87-102, 2019. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/brasilbrazil/issue/view/3758>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

MUÑOZ, Juliana Fillies Testa. Questões abolicionistas em Bernardo Guimarães. *Ponta Grossa*, Rio de Janeiro, v.6, n.1 p. 95-108 Jan./Jun, 2015. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tel/article/view/7104>. Acesso em: 04 mai. 2021.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. São Paulo: Publifolha, 2000.

NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NITRINI, Sandra. *Literatura comparada - história, teoria e crítica*. São Paulo: EDUSP, 2010.

NOBREGA, Nára Boninsegna. *O cortiço, de Aluísio Azevedo: Determinismo e regionalidade*. 2019, 79 f. Dissertação. (Mestrado em Letras e Cultura) - Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/5245>. Acesso em: 05 jan. 2021.

NOGUEIRA, S. *Intolerância religiosa*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2020.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Literatura comparada, intertexto e antropofagia*. Flores da escrivanhina: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e literatura: uma velha-nova história. *Nuevo Mundo Debates*, 2006. Disponível em: <<http://https://journals.openedition.org/nuevomundo/1560>>. Acesso em: 05 jun.2022.

PINHEIRO, Thayara Rodrigues. *Vozes femininas em Úrsula, de Maria Firmina dos Reis, "Uma maranhense"*. 2016, 94 f. Dissertação (Mestrado em Literatura e cultura) - UFPB, João Pessoa, 2016. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ppgl/wp-content/uploads/2016/05/DISSERTAÇÃO-_pronta_impri_mir_pdf-1.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

PINSKY, Jaime. *A escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

PROENÇA FILHO, Domício. A trajetória do negro na literatura brasileira. *Estudos avançados*. 18 (50), p.161-193 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9980>. Acesso em: 01 fev. 2021.

RABASSA, G. *Negro na ficção brasileira: meio século de história literária*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

REIS, M. F. *Úrsula*. Coleção acervo brasileiro. Vol. 2. Caderno do mundo inteiro: Jundiaí/SP, 2018.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RODRIGUES, R. N.. Mestiçagem, Degenerescência e Crime. *História, Ciência e Saúde - Manguinhos*, 15, 1151-1180, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/mxYFjnPKvMdtpvnr4q7v6kL/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 17 abr. 2022.

RUFFATO, Luís. *Questão de pele*. São Paulo: Língua Geral, 2015.

RUFINO, Luiz. *Pedagogia das encruzilhadas*. Rio de Janeiro: Mórula editorial, 2019.

SAID, E. W. *Cultura e Imperialismo*. 1. ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

SANTANA, Marcelino de Carvalho; BICALHO, Poliene Soares dos Santos. A condição do negro na transição do modelo escravista para a sociedade de classes no Brasil. *Revista Eletrônica Interações Sociais*, Rio Grande, v.4, n.2, p. 111-130. Disponível em: <https://periodicos.furg.br>. Acesso em: 14 jul. 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista crítica de ciências sociais*, Coimbra, n. 78, p. 3-46, out. 2007. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/753> ; DOI : 10.4000/rccs.753. Acesso em: 07 abr. 2022.

SANTOS, Daniela Soares dos; CARVALHO, Tereza Ramos de. A narrativa Úrsula, de Maria Firmina dos Reis. *Humanidades e inovação*, Mato Grosso, v.5, n.1, p. 29-43, 2018. Disponível em: [file:///C:/Users//Downloads/624-Texto%20do%20artigo-2507-1-10-20180308%20\(12\).pdf](file:///C:/Users//Downloads/624-Texto%20do%20artigo-2507-1-10-20180308%20(12).pdf). Acesso em: 19 jun. 2021.

SANTOS, José Benedito dos. A literatura afrodescendente de Maria Firmina dos Reis. *Literates*, São Paulo, n.5, p. 184-208, 2016. Disponível em: [https:// www.revistas.usp.br](https://www.revistas.usp.br). Acesso em: 01 abr. 2022.

SAYERS, Raymond. *O negro na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa M.. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Alberto da Costa e. *Um rio chamado Atlântico: A África no Brasil e o Brasil na África*. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira participações S.A, 2011.

SILVA, Andréa Marques da. *Corpo em discurso: o silenciamento dos negros escravizados em As vítimas Algozes: Quadros da escravidão*, de Joaquim Manuel de Macedo. 2016, 96 f. Dissertação (Mestrado em Literatura) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2016. Disponível em: <http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/2821>. Acesso em: 18 set. 2021.

SILVA, M. C. G. *Rotas negreiras e comércio de africanos para o Maranhão colonial, 1755-1800*. 2010. 82 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2010. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/bitstream/tede/44/5/2010%20-%20Maria%20Celeste%20Gomes%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2022.

SILVA, Régia Agostinho da. *A escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX*. 2013, 177 f. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-14032014-094659/pt-br.php>. Acesso em: 01 jan. 2022.

SLENES, Robert. *“Na Senzala uma Flor – Esperanças e recordações na Formação da Família Escrava”*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOUZA, Neusa Santos. *Torna-se negro: As vicissitude da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. 2 edição, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

VASCONCELOS, Bruna Montor; ROMERO, Zeus Moreno. A resistência escrava inserida na obra As vítimas Algozes de Joaquim Manuel de Macedo. *Anais*. Paraná. 2016. Disponível em: https://www.seo.org.br/images/Anais/Anais_II_Encontro/Bruna_Vasconcelos_Zeus_Romero_completo.pdf. Acesso em: 21 out. 2021.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso*: ensaios sobre a crítica da cultura. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

ZIN, Rafael Balseiro. *Maria Firmina dos Reis*: A trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista. 2016, 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/19479/2/Rafael%20Balseiro%20Zin.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2021.

ZIN, Rafael Balseiro. Literatura e afrodescendência no Brasil: Condições e possibilidades de emergência de um novo campo de estudos. *Caderno Seminal Digital*, São Paulo nº. 29, v. 29. p. 260-289, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cadernoseminal/article/view/30978>. Acesso em: 01 nov. 2022.